

unidas **Unidas Locações e Serviços S.A.**
 CNPJ/ME nº 75.609.123/0001-23 - NIRE 41.300.078.424
Ata da Reunião do Conselho de Administração
Realizada em 13 de Março de 2024

I. Data, Hora e Local: Realizada aos 13 dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Unidas Locações e Serviços S.A. ("Companhia"), na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Chede, nº 3.136, CIC, CEP 81.170-220. **II. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 19, Parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia. **III. Mesa:** Presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, Sr. Alexandre Honore Marie Thiollier Neto ("Presidente"), e secretariada pela Sra. Laura Rymysza Barbosa, conforme indicação do Presidente. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a análise e aprovação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) a análise e aprovação da proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia; (iii) a análise e aprovação da proposta da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2024; (iv) a realização da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do Artigo 142, inciso IV da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, para que os Acionistas da Companhia deliberem sobre as matérias objeto da Ordem do Dia; e (v) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos que forem necessários à efetivação das deliberações tomadas nos termos da presente ata. **V. Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram por: (i) aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhada do relatório da administração e parecer do auditor independente da Companhia, que serão oportunamente divulgados ao mercado nos termos das normas vigentes e submetidas à apreciação dos acionistas em sede de Assembleia Geral Ordinária; (ii) aprovar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, correspondente a R\$ 101.685.275,32 (cento e um milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais e trinta e dois centavos), a ser apresentada aos acionistas da Companhia em Assembleia Geral, nos seguintes termos: (a) R\$ 5.084.263,77 (cinco milhões, oitenta e quatro mil, duzentos e sessenta e três reais e setenta e sete centavos) para a constituição da reserva legal. (b) R\$ 96.601.011,55 (noventa e seis milhões, seiscentos e um mil, onze reais e cinquenta e cinco centavos) para distribuição a título de dividendos aos acionistas da Companhia, de acordo com sua participação no capital votante e total da Companhia, já antecipados e pagos ao longo do exercício de 2023. (iii) aprovar a proposta de remuneração dos Administradores para o ano de 2024, a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral, no valor global de R\$ 7.206.631,57 (sete milhões, duzentos e seis mil, seiscentos e trinta e um reais e cinquenta e sete centavos); (iv) aprovar a realização da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, para que os Acionistas deliberem sobre as matérias da presente ata; e (v) autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos que forem necessários à efetivação das deliberações tomadas nos termos da presente ata. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. Mesa: Alexandre Honore Marie Thiollier Neto - Presidente. Laura Rymysza Barbosa - Secretária. Conselheiros Presentes: Alexandre Honore Marie Thiollier Neto; Henrique Carsalade Martins; Serge Toppjian; Rafael Thor de Moura Rebelo Rocha; e Patrick Magalhães Von Schaaffhausen. **Certidão:** Declaro que esta é cópia fiel de parte da ata de Reunião do Conselho de Administração acima constante, que se encontra transcrita no livro próprio, arquivado na sede social da Companhia, com a assinatura de todos os participantes: Alexandre Honore Marie Thiollier Neto; Henrique Carsalade Martins; Serge Toppjian; Rafael Thor de Moura Rebelo Rocha; e Patrick Magalhães Von Schaaffhausen. Curitiba, 13 de março de 2024. **Laura Rymysza Barbosa** - Secretária.

Swedish Match. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA SWEDISH MATCH DO BRASIL S/A**
 CNPJ nº 33.016.338/0002-71

Ficam convocados os Senhores Acionistas da SWEDISH MATCH DO BRASIL S/A a participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 29 de março de 2024, às 10:00, em sua sede, localizada na Rua Conselheiro Laurindo, nº 1425, Rebouças, Curitiba/PR, CEP: 80.230-180, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) declaração e pagamento de Juros Sobre Capital Próprio ("JCP") referente ao 1º trimestre de 2024. Os documentos relativos à matéria a ser discutida na Assembleia Geral, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia, em conformidade com as disposições da Lei 6.404/76. **Informações Gerais:** O Acionista, seu representante legal ou procurador, deverá observar as disposições previstas no parágrafo 1º do artigo 126 da Lei nº 6.404/1976 para participar da Reunião, apresentando o documento hábil de sua identificação.

Allan Pahl Carpes - Presidente

Publicidade Legal é coisa séria!

- Atas
- Editais
- Balanços
- Súmulas
- Concorrências
- Tomada de Preços
- Avisos
- Comunicados
- Anúncios

Consulte nossa equipe
41 3333-9800
publegal@induscom.com.br
pl@induscom.com.br

As publicações acima foram realizadas e certificada no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 22/03/2024 07:10:09

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: faf2ce5fcc0e5affda67e55f5c914d335d3e7135392f384cdf88a4d729745ff5



Assinatura

Assinado em: 22/03/2024 07:10:20

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 09570162000130

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 4174fa17457b18efc8c4489c3e840fb3



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.113.244, 172.31.16.189	-25.4541824,-49.2568576	Curitiba	80215-230	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 123.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 983/2020. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



Ambiental Paraná 1 SPE S.A.

CNPJ nº 52.103.543/0001-38

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Resultados Ambiental Paraná 2023

Curitiba, 13 de março de 2024. A Ambiental Paraná 1 SPE S.A. ("Ambiental Paraná" ou "Companhia") presente em 16 municípios do estado do Paraná, apresenta hoje os resultados do ano de 2023. Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

A Ambiental Paraná 1 SPE S.A. é uma sociedade por ações de propósito específico e de capital fechado que foi constituída em 05 de setembro de 2023. A Companhia tem por objeto social prestação dos serviços de esgotamento sanitário na área de abrangência Centro Litoral do Paraná, sob o regime de concessão, com parceria público privada, na modalidade administrativa, pelo prazo de 24 anos e 5 meses de concessão. Em 26 de janeiro de 2024 a Companhia iniciou suas operações de acordo com o Contrato de parceria público-privada nº 55045 - Edital de Concorrência Internacional nº 100/2023 firmado com a SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2023	Passivo
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.562	Fornecedores e empreiteiros
Outros créditos		27	Obrigações trabalhistas e sociais
Total do ativo circulante		6.589	Outras contas a pagar
Ativo de contrato da concessão	6	77	Total do passivo circulante
Total do ativo não circulante		77	Total do passivo
Total do ativo		6.666	Patrimônio líquido
			Capital social
			Prejuízos acumulados
			Total do patrimônio líquido
			Total do passivo e patrimônio líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PERÍODO DE 05 DE SETEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)			
	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados
Saldos em 05 de setembro de 2023 (data da constituição)			
Aumento de capital social	8 a.	8.356	8.356
Prejuízos do período			(2.112)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		8.356	(2.112)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
PERÍODO DE 05 DE SETEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)			

1. Contexto operacional:

A Ambiental Paraná 1 SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de propósito específico, de capital fechado com sede em Curitiba, Paraná, constituída em 05 de setembro de 2023 e têm por objeto social prestação dos serviços de esgotamento sanitário na área de abrangência Centro Litoral do Paraná, sob o regime de concessão, com parceria público privada, na modalidade administrativa, pelo prazo de 24 anos e 5 meses de concessão. Em 26 de janeiro de 2024, a Companhia iniciou suas operações de acordo com o Contrato de parceria público-privada nº 55045 - Edital de Concorrência Internacional nº 100/2023 firmado com a SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná.

2. Base de preparação:

a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), atualmente denominadas "normas contábeis IFRS" (IFRS® *Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 13 de março de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Companhia na sua gestão. b) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. c) **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. d) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.

3. Políticas contábeis materiais:

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todo o período apresentado nestas demonstrações financeiras:

a) **Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia tem como política manter os saldos suficientes para o cumprimento de suas obrigações operacionais e de fluxos de caixa, com títulos de alta liquidez e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia procura manter esses recursos com instituições financeiras de primeira linha.

b) **Benefícios a empregados:** (i) **Benefício de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (ii) **Benefício pós-emprego - Planos de saúde:** A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente.

c) **Tributos:** (i) **Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **Imposto corrente:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **Imposto diferido:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Exposições fiscais:** Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

d) **Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. (i) **Reconhecimento e mensuração inicial:** **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. (ii) **Mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são

Destques Financeiros

Destques Financeiros ('000)		2023
Custos e despesas gerais e administrativas		(2.116)
EBITDA		(2.116)
Resultado Financeiro		4
Lucro (Prejuízo) Líquido		(2.112)

Ao final de 2023 a Companhia ainda não havia iniciado suas operações. Portanto, no seu resultado foram contabilizados custos e despesas pré-operacionais, receitas financeiras com aplicações e despesas financeiras bancárias.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PERÍODO DE 05 DE SETEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)		
	Nota	2023
Despesas administrativas e gerais	9	(2.116)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(2.116)
Receitas financeiras	10	5
Despesas financeiras	10	(1)
Resultado financeiro		4
Resultado antes dos tributos		(2.112)
Prejuízos do período		(2.112)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PERÍODO DE 05 DE SETEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)		
	Nota	2023
Prejuízos do período		(2.112)
Resultado abrangente total		(2.112)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

PERÍODO DE 05 DE SETEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)		
	Nota	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos		(2.112)
		(2.112)

Variações nos ativos e passivos

(Aumento)/Diminuição dos ativos		(27)
Outros créditos		
Aumento/(Diminuição) dos passivos		37
Fornecedores e empreiteiros		88
Obrigações trabalhistas e sociais		297
Outras contas a pagar		(1.717)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais		(77)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		(77)
Aquisição de ativo de contrato da concessão	6	(77)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento		8.356
Aumento de capital social	8 a.	8.356
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		8.356
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		6.562
Caixa e equivalentes de caixa em 05 de setembro		6.562
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	6.562
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		6.562

10. Resultado financeiro:

Receitas		2023
Rendimentos de aplicações financeiras		5
Receitas financeiras		5
Despesas		(1)
Despesas e comissões bancárias		(1)
Resultado financeiro		4

11. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL):

a) **Imposto de renda e contribuição social correntes:** A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, no período findo de 05 de setembro a 31 de dezembro de 2023, está apresentada como segue:

Resultado contábil antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.112)
Alíquota fiscal combinada		34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada		718
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido		(718)
Imposto de renda e contribuição social:		—
Diferido		—
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período		—
Alíquota efetiva		0%
Ativos fiscais diferidos não reconhecidos: Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos seguintes itens:		2023
		718
		718

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilizar tais benefícios.

12. Instrumentos financeiros:

Visão Geral: A Companhia está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. **Estrutura de gerenciamento de risco:** A Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco e os gestores de cada área se reportam regularmente à Companhia sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. Também, a Companhia visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha, que detêm *rating* igual ou superior a AA. O *rating* são aqueles publicados pelas agências: Fitch, Standard&Poors e Moody's, dentro da escala (i) global para aplicações no exterior, ou (ii) local para aplicações no Brasil. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Nota	2023
Bancos conta movimento	4	6.562
Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refetem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2023:		

2023		Fluxo financeiro projetado (incluindo juros) Até 12 meses	
	Valor contábil		
Passivos			
Fornecedores e empreiteiros	37	37	37
Outras contas a pagar	297	297	297
	334	334	334

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. **Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros:** No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros:

	Nota	Classificação por categoria	Valor contábil	Valor Justo
			2023	2023
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	4	Custo amortizado	6.562	6.562
Total			6.562	6.562
Passivo				
Fornecedores e empreiteiros	7	Custo amortizado	37	37
Outras contas a pagar	5	Custo amortizado	297	297
Total			334	334

Para estas operações a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do vencimento dessas operações.

13. Compromissos vinculados a contratos de concessão:


As metas de atendimento de esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: 70% em 2024, 74% em 2025, 76% em 2026, 77% em 2027, 79% em 2028 e 2029, 84% em 2030 a 2032, 91% em 2033 a 2036, 90% em 2037 e deverá ser mantido até o final da concessão.

14. Aspectos ambientais:

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia busca minimizar os riscos associados com assuntos ambientais, através de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

continua →



*continuação		Ambiental Paraná 1 SPE S.A.	
Diretoria		Contador	
Bruna Buldrini Filogonio Silva Diretora		Rafael Fendrich Diretor	
		Vinicius Saraiva Caraca Benedito CRC SP 295505/O-9	
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
<p>Aos Administradores e Acionistas Ambiental Paraná 1 SPE S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Ambiental Paraná 1 SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 05 de setembro de 2023 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período compreendido entre 05 de setembro de 2023 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras: A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p>			
		Porto Alegre, 13 de março de 2024	
		 pwc PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5	
		Rafael Biedermann Mariane Contador CRC 1SP243373/O-0	

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balancos

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 22/03/2024 07:11:24

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: a363b763da285786823610897a48804dec94411053067f2e0ff24feb75d189ad



Assinatura

Assinado em: 22/03/2024 07:11:37

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 09570162000130

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: f209a4e028a8b9cba56ffbb222075282



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.113.244, 172.31.16.189	-25.4541824,-49.2568576	Curitiba	80215-230	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 123.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 983/2020. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.





CNPJ: 14.511.781/0001-93 - Avenida Sete de Setembro, 4781 Sobreloja Conj. 02 - Água Verde - Curitiba/PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
A) Visão Corporativa
 A Administração da Bari Companhia Hipotecária ("Hipotecária"), instituição financeira especializada em crédito imobiliário, em consonância com as disposições legais e estatutárias, apresenta as Demonstrações Financeiras, incluindo as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
 As suas atividades estão reguladas, prioritariamente, pelas Resoluções CMN nºs 4678/2018 e 4.985, de 17.02.2022, e, tendo como principal campo de negócios, os créditos imobiliários, representados, em especial, por a) financiamentos para aquisição de imóveis; b) compra de recebíveis imobiliários; e c) operações creditícias com lastros em bens imóveis ("home equity"), todos com vinculação mediante o instituto de alienação fiduciária.
 A Hipotecária integra o Conglomerado Prudencial Bari, liderado pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., que envolve, além das duas entidades referenciadas acima, a Bari Securitizadora S.A., na forma da regulamentação em vigor.

B) Iniciativas Inovadoras
 A administração da Hipotecária tomou a iniciativa, no segundo semestre de 2023, de contratar empresa de rating, com o objetivo de colher, em especial, uma opinião externa acerca do nível de risco de crédito de curto e/ou de longo prazo de seus negócios, presente que o processo analítico para a atribuição de um rating agrega, ao score estatístico, a avaliação de informações quantitativas adicionais às demonstrações financeiras disponíveis ao público. Assim, tal incumbência foi conferida à Austin Rating, que, por intermédio de seu Comitê de Classificação de Risco, atribuiu o rating "BBB(B)" (escala local) para esta instituição, considerando as demonstrações financeiras do Banco para os cinco últimos exercícios anuais e o período encerrado em 30 de setembro de 2023, além de outras informações quantitativas e qualitativas recebidas no curso do processo analítico. Referida classificação representa que a Austin Rating tem o entendimento que a Bari Cia Hipotecária possui solidez intrínseca adequada e qualidade de suporte externo moderada, emitindo, assim, baixo risco aos seus depositantes e credores em geral.

C) Contexto Econômico-Financeiro
 De início, vale registrar que o Estado do Paraná teve o maior crescimento da atividade econômica do Brasil em 2023, com um aumento de 7,8% em relação a 2022, enquanto a média nacional foi de 2,45%.
 No que tange ao mercado imobiliário, o contexto referente ao ano de 2023 foi positivo, tendo sido o segmento que mais rapidamente se recuperou dos reflexos da pandemia. Houve um crescimento, a nível nacional, de 4% nas concessões de crédito, conforme divulgado pela Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip). Existe previsão de expansão para os exercícios futuros, considerando, em destaque, a projetada redução paulatina da taxa Selic, que experimentou 3(l)res quedas já no decorrer do exercício sob apreço. Merece assinalar que a taxa de juros em patamares mais baixos tem alta representatividade na expansão dos créditos de que se trata.

D) Destaques Operacionais
 A seguir, informamos os saldos apurados de seus principais indicadores, de forma comparativa, com o exercício anterior:

Período	Dezembro/2023	Dezembro/2022
a) Carteira	230.714	295.361
b) Patrimônio Líquido	67.479	60.441
c) Lucro	11.271	15.306
d) LCI	215.099	244.354

As reduções experimentadas na carteira de créditos e nas emissões de LCIs ficaram por conta, em especial, das transferências, via cessões, de operações realizadas internamente para Securitização, com o objetivo de lastrear emissões de CRIs. Tais fatos, em consequência, adicionaram valores auferidos para novos negócios no âmbito da Hipotecária.
 A Hipotecária houve por bem realizar ajustes em suas políticas e normas operacionais, visando incrementar sua competitividade, com geração de novas receitas e alinhamentos com a concorrência, que trouxeram repercussões no patrimônio líquido da instituição em 2023 e efeitos futuros.

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 6% do lucro líquido, conforme consta em cláusula do estatuto social. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor, que são imputados, também, aos dividendos obrigatórios. Conforme a política de distribuição de dividendos, os créditos respectivos ocorrem somente no mês de dezembro. Os dividendos são obrigatórios são destinados, em consonância com o deliberado em assembleia geral extraordinária do início do exercício seguinte ou por decisão adotada na próxima assembleia geral ordinária. Mais informações sobre dividendos e juros sobre capital próprio estão nas notas explicativas, itens 14. d.

E) Ambiente Digital
 A Hipotecária vem investindo continuamente em melhorias tecnológicas, agregando novos produtos à área digital, e trazendo economias processuais e agilidade nos exames de propostas de concessões creditícias, com o que se projeta alcançar outras categorias de clientes e obter maior volume de transações, além da redução da inadimplência. Para tanto, foi implementado sistema de análise de risco, denominado Espana, com a vantagem de que seu desenvolvimento se processou a cargo de equipe interna, portanto, podendo sofrer manutenções e aperfeiçoamentos com maior agilidade e custos menores.

F) Agradecimentos
 Pelas razões antes expostas, agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e, em especial, ao corpo de colaboradores que nos ajudaram na trajetória positiva que logramos atingir.

Curitiba (PR), 20 de março de 2024.
 Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
 Diretor Presidente

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre 2023	2023	2022
Receitas da intermediação financeira		25.363	58.249	75.338
Operações de crédito		23.274	54.447	71.389
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b	2.089	3.802	3.949
Despesas da intermediação financeira		(8.852)	(21.511)	(32.854)
Operações de captação no mercado	9.d	(8.852)	(21.848)	(26.415)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.c	1.007	337	(6.439)
Resultado bruto da intermediação financeira		16.511	36.738	42.484
Outras receitas/despesas operacionais		(11.386)	(21.956)	(24.978)
Receita de prestação de serviços		279	437	1.159
Despesas de pessoal	17	(2.359)	(4.169)	(4.179)
Outras despesas administrativas		(7.620)	(15.045)	(21.060)
Despesas tributárias	18	(617)	(1.398)	(2.129)
Outras receitas operacionais		665	1.350	2.587
Outras despesas operacionais		(1.734)	(3.131)	(1.356)
Resultado operacional		5.125	14.782	17.506
Resultado antes da tributação sobre o lucro		5.125	14.782	17.506
Imposto de renda e contribuição social	19	(248)	(3.512)	(2.200)
Provisão para Imposto de renda		581	(1.339)	(1.766)
Provisão para Contribuição social		185	(514)	(675)
Ativo fiscal diferido		(1.014)	(1.659)	241
Resultado Líquido		4.877	11.270	15.306
Quantidade de ações		45.000	45.000	45.000
Resultado líquido por ação		0,1084	0,2504	0,3401

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre 2023	2023	2022
Resultado Líquido do período		4.877	11.270	15.306
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		16	17	15
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		24	25	22
Imposto de renda e contribuição social		(8)	(9)	(7)
Resultado abrangente total		4.883	11.287	15.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2º Sem. 2023	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		4.877	11.270	15.306
Lucro líquido do semestre / exercício		4.877	11.270	15.306
Atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações		123	216	223
Provisão/(Reversão) para perda esperada associada ao risco de crédito		(1.007)	(337)	6.439
Provisão/(Reversão) para outros ativos financeiros		47	10	42
Provisão/(Reversão) para outros ativos		97	574	208
Provisão/(Reversão) para riscos civis		133	168	231
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes		(766)	1.853	2.441
Imposto de renda e contribuição social - diferido		1.014	1.659	(241)
Participação dos empregados		139	282	43
(Aumento) / (redução) nos ativos operacionais:				
TVM e instrumentos financeiros derivativos		6.389	5.571	(1.395)
Operações de crédito		38.627	59.074	45.129
Outros ativos financeiros		(5.554)	(9.968)	(4.053)
Outros ativos		(638)	(2.007)	(2.532)
Aumento / (redução) nos passivos operacionais:				
Depósitos interfinanceiros		(10.115)	(18.372)	18.372
Recursos de letras de crédito imobiliário		(44.441)	(29.255)	(59.864)
Obrigações por empréstimos		115	115	-
Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		(1)	(10)	(242)
Obrigações sociais e estatutárias		(751)	(848)	(224)
Obrigações fiscais e previdenciárias		(144)	669	6.970
Dividas subordinadas		(22)	(22)	7.141
Outras obrigações		(155)	305	(10.701)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(796)	(1.954)	(16.184)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) / gerado nas atividades operacionais		(12.829)	18.993	7.109
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao imobilizado		(315)	(627)	-
Baixa de imobilizado		85	105	(13)
Baixa de intangível		410	410	1
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		180	(114)	(12)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de juros sobre o capital próprio	14.d	-	-	(13.425)
Pagamento de dividendos	14.d	-	-	(30.000)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		-	-	(43.425)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(12.649)	18.879	(36.328)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/ exercício	4	41.182	9.654	45.982
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/ exercício	4	28.533	28.533	9.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BARI COMPANHIA HIPOTECÁRIA

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Ativo				Passivo			
Circulante		106.643	95.325	Circulante		87.419	185.297
Disponibilidades	4	537	64	Depósitos	9.a	-	18.372
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	27.996	9.590	Depósitos interfinanceiros		-	18.372
Instrumentos financeiros		60.276	78.492	Recursos de aceites e emissão de títulos	9.b	77.418	163.768
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		7.067	12.622	Recursos de letras de imobiliárias, hipotecárias de crédito e similares		77.418	163.768
Carteira própria	5.a	7.067	12.622	Obrigações por empréstimos		64	-
Operações de crédito	6	53.209	65.870	Empréstimos no país		64	-
Operação de crédito - Setor privado	6.a.b	54.973	70.682	Outras obrigações		9.937	3.157
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.c	(1.764)	(4.812)	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		-	9
Outros ativos financeiros	7	4.423	2.726	Sociais e estatutárias	10	3.909	225
Outros ativos financeiros		4.500	2.727	Fiscais e previdenciárias	11	1.118	561
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(77)	(51)	Diversas	12	4.910	2.362
Outros ativos	8	13.411	4.953	Não circulante		149.974	94.915
Outros ativos		13.842	5.549	Exigível a longo prazo		149.974	94.915
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(431)	(596)	Recursos de aceites e emissão de títulos	9.b	137.681	80.586
Não circulante		198.228	245.328	Recursos de letras de imobiliárias, hipotecárias de crédito e similares		137.681	80.586
Realizável a longo prazo		197.394	244.392	Obrigações por empréstimos		51	-
Operações de crédito	6	171.968	218.044	Empréstimos no país		51	-
Operação de crédito - Setor privado	6.a.b	175.741	225.299	Divida subordinada	9.c	7.166	7.188
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.c	(3.773)	(7.255)	Letras financeiras subordinadas		7.166	7.188
Ativos fiscais diferidos	18.c	4.623	6.287	Outras obrigações		5.076	7.141
Outros ativos financeiros	7	1.358	1.573	Fiscais e previdenciárias	11	11	-
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(13)	(30)	Diversas	12	5.065	7.141
Outros ativos	8	19.454	18.518	Patrimônio Líquido		67.478	60.441
Outros ativos		20.767	19.092	Capital		-	-
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(1.313)	(574)	De Domiciliados no país	14.a	45.000	45.000
Permanente		834	936	Reservas de lucros	14.b.c	22.457	15.437
Imobilizado de uso		710	310	Ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado		21	4
Outras imobilizações de uso		996	722	Total do passivo		304.871	340.653
(Depreciações acumuladas)		(286)	(412)				
Intangível		124	626				
Ativos intangíveis		234	942				
(Amortização acumulada)		(110)	(316)				
Total do ativo		304.871	340.653				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Especial Lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2022		45.000	4.868	35.063	(11)	84.921
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	15	15
Lucro líquido do exercício		-	-	-	15.306	15.306
Destinações:						
Constituição de reserva legal	14.e	-	766	-	(766)	-
Constituição de reserva especial de lucros	14.e	-	-	10.511	(10.511)	-
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	14.d	-	-	(28.776)	-	(28.776)
Juros sobre o capital próprio de exercícios anteriores	14.d	-	-	(6.995)	-	(6.995)
Dividendos propostos		-	-	-	(224)	(224)
Distribuição de juros sobre capital próprio	14.e	-	-	-	(3.805)	(3.805)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		45.000	5.634	9.803	4	60.441
Mutações do período						
Saldos em 01 de julho de 2023		45.000	5.954	15.513	5	67.478
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	16	16
Lucro líquido do semestre		-	-	-	4.877	4.877
Destinações:						
Constituição de reserva legal		-	244	-	(244)	-
Constituição de reserva especial de lucros		-	-	4.633	(4.633)	-
Reversão dividendos propostos 1º semestre		-	-	363	-	363
Distribuição de juros sobre capital próprio	14.d	-	-	(4.250)	-	(4.250)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		45.000	6.198	16.259	21	67.478
Mutações do período						
Saldos em 01 de janeiro de 2023		45.000	244	746	16	1.006
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	4	4
Lucro líquido do exercício	5	-	-	-	17	17
Destinações:						
Constituição de reserva legal	14.e	-	564	-	(564)	-
Constituição de reserva especial de lucros	14.e	-	-	10.706	(10.706)	-
Distribuição de juros sobre capital próprio	14.e	-	-	(4.250)	-	(4.250)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		45.000	6.198	16.259	21	67.478
Mutações do período						
			364	6.436	17	7.037

Ativos Contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes - São incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

Provisões - São reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias - Referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.

Depósitos judiciais - São mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

m. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 9% do lucro tributável, conforme legislação em vigor.

Impostos diferidos
Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

n. Resultado recorrente e não recorrente
Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BC nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Companhia assume-se que o lucro líquido da Companhia no semestre e exercício de 2023, no montante de R\$ 4.877 e R\$ 11.270 respectivamente (R\$ 7.914 e R\$ 15.306 em 2022), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

o. Eventos subsequentes
Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações. Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	5	13
Depósitos bancários	532	51
Total de disponibilidades	537	64
Operações compromissadas - Posição bancada	27.986	9.590
Letras do Tesouro Nacional	27.986	9.590
Total de caixa e equivalentes de caixa	28.523	9.654

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	2023		2022	
	Tx.	Curto prazo	Tx.	Curto prazo
DI (pré)	11,65% a.a.	27.986	13,65% a.a.	9.590
Total		27.986		9.590

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda

	2023		2022	
	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro (a.1)	01/09/2029	7.067	7.035	32
Total		7.067	7.035	32

	2022		2022	
	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro (a.1)	01/09/2023	12.622	12.616	6
Total		12.622	12.616	6

(a.1) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

b. Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

	2º sem/2023		2023		2022			
	Rendidas de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.800	2.928	3.170	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	289	874	779
Total		2.089	3.802	3.949				

6 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição da carteira de crédito por tipo de operação

Tipo de operação:	2023		2022	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Financ. Imob. não Resid. Aquisição	8.693	3,77%	13.084	4,42%
Financ. Imob. Resid. Reforma e Ampliação	814	0,35%	1.129	0,38%
Financ. Imob. Resid. Aquisição	33.747	14,63%	45.708	15,44%
Emprestimo com garantia imobiliária	187.460	81,25%	236.060	79,76%
Total	230.714	100,00%	295.981	100,00%

	2023	2022
Circulante	54.973	80.725
Não Circulante	175.741	265.578

Os imóveis financiados são alienados fiduciariamente em favor da Companhia.

b. Prazo de realização das parcelas

	2023	2022
A vencer		
Até 3 meses	14.027	16.872
De 3 meses a 12 meses	37.774	48.375
De 1 a 3 anos	99.028	127.404
De 3 a 5 anos	32.857	56.787
De 5 a 15 anos	41.736	39.193
Acima de 15 anos	2.120	1.915
Total a vencer	227.542	290.546
Vencidos		
	3.172	5.435
Total	230.714	295.981
Circulante	54.973	70.682
Não Circulante	175.741	225.299

c. Provisão para perdas em operações de crédito

c.1 Movimentação da provisão para perdas em operações de crédito

	2º Sem/2023		2023		2022			
	Saldo no início do período/exercício	(8.373)	(12.067)	(10.821)	Constituição líquido de reversões	1.007	337	(6.439)
Creditos baixados para prejuízo		1.829	6.193	5.193	Saldo final do período / exercício	(5.537)	(5.537)	(12.067)
Circulante		(1.764)	(1.764)	(4.812)	Não Circulante	(3.773)	(3.773)	(7.255)

Foram registrados na rubrica contábil "recuperação de créditos baixados como prejuízo", no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 4.633 e R\$ 10.316 respectivamente (R\$ 6.957 em 31 de dezembro de 2022).

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, as operações de crédito refinanciadas totalizaram R\$ 2.001 e R\$ 3.740, respectivamente (R\$ 10.327 em 31 de dezembro de 2022) e não ocorreram operações renegociadas no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, R\$ 6.573 de 2022). Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

d. Concentração de créditos

	2023		2022	
Dez maiores devedores	36.839	41.596	15,97%	14,05%
Percentual do total da carteira de operações de crédito				
Cinquenta maiores seguintes	56.099	67.950	24,32%	22,96%
Percentual do total da carteira de operações de crédito				

e. Composição da carteira e provisão para perdas em operações de crédito, por rating

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Nível Situação	% de Provisão	Setor		Exercício 2023		Exercício 2022			
		Indústria	Comércio	Serviços	Pessoa física	Total	Valor da provisão	Total	Valor da rovisão
AA	0,00%	-	1.446	290	29.006	30.742	-	28.872	-
A	0,50%	-	449	10.847	111.470	122.766	(614)	165.682	(828)
		-	4.932	2.253	10.631	17.816	(178)	18.497	(185)
B	1,00%	-	5.137	652	15.642	21.431	(214)	31.189	(312)
		-	-	-	863	863	(26)	3.997	(120)
C	3,00%	1.565	898	2.928	22.905	28.296	(849)	30.871	(926)
		-	-	-	116	116	(12)	11	(1)
D	10,00%	-	-	-	3.522	3.522	(352)	4.914	(491)
E	30,00%	-	-	-	547	1.017	(305)	2.175	(653)
		-	-	-	-	-	-	-	-
F	50,00%	-	-	-	2.003	2.003	(1.002)	1.592	(796)
		-	-	-	522	522	(365)	1.422	(996)
G	70,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	1.620	1.620	(1.620)	6.759	(6.759)
H	100,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
Total					230.714	(5.537)	295.981	(12.067)	
Circulante					54.973	(1.764)	70.682	(4.812)	
Não Circulante					175.741	(3.773)	225.299	(7.255)	

f. Cessão de crédito

Durante o semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2023, a Companhia adquiriu créditos de terceiros, no montante de R\$ 19.701 (R\$ 12.525 em 31 de dezembro de 2022). Para o saldo da carteira oriunda deste tipo de negociação, para o semestre e exercício em questão, a Companhia auferiu renda no montante de R\$ 1.559 e R\$ 3.547 respectivamente (R\$ 4.385 no exercício de 2022). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia alienou parte da carteira de crédito por intermediação e estruturação pela parte relacionada, Bari Securitizadora S/A, através do patrimônio separado, para emissão de CRI no montante de R\$ 22.876 e R\$ 37.839 respectivamente, (R\$ 75.612

em 31 de dezembro de 2022). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, e também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

7 Outros ativos financeiros

	2023	2022
Circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais	30	36
Impostos a compensar	204	170
Devedores para compra de valores e bens (a)	2.062	1.719
Devedores diversos (b)	2.243	360
Prêmio ou (-) Desconto em operações de crédito	(39)	(8)
Provisão para perda esperada associada ao risco e crédito	(77)	(51)
Total	4.423	2.226

Não circulante/
Devedores por depósito em garantia

	2023	2022
Devedores para compra de valores e bens (a)	1.051	1.368
Títulos sem características de concessão de crédito (c)	-	30
Provisão para perda esperada associada ao risco e crédito	(13)	(30)
Total	1.343	1.543

(a) Referem-se a valores de venda de imóveis, arrematados através de leilão e/ou negociações próprias de forma parcelada no montante de R\$ 3.113 (R\$ 3.087 em 31 de dezembro de 2022).

(b) Os valores inscritos em "Devedores diversos" estão representados por:

(b.1) Valores relativos a baixa de parcelas pendentes, que serão recebidas no dia útil seguinte no montante de R\$ 919 (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2022); e

(b.2) R\$ 1.324 referente a valores a ressarcir de pagamentos de custas e emolumentos para a retomada de imóveis (R\$ 356 em 31 de dezembro de 2022).

(c) R\$ 30 em 31 de dezembro de 2022 refere-se a operação não reconhecida pela contraparte. A administração considerou provisão para perda na sua totalidade. A redução do saldo apresentado em 2022 foi em virtude de recuperação do ativo provisionado.

8 Outros ativos

a. O saldo do subgrupo "outros valores e bens" está composto por bens não de uso e despesas antecipadas conforme segue

	2023	2022
Despesas antecipadas - Seguros	2	1
Despesas antecipadas - Serviços de terceiros	56	48
Ativos não financeiros recebidos	13.784	5.500
(-) redução ao valor recuperável	(431)	(586)
Total	13.411	4.963

Não circulante
Ativos não financeiros recebidos

	2023	2022
Ativos não financeiros recebidos	20.767	19.092
(-) redução ao valor recuperável	(1.313)	(574)
Total	19.454	18.518

Os critérios de classificação dos ativos não financeiros recebidos, para curto e longo prazo, são através de identificação da impossibilidade de venda do bem, seja por liminar judicial ou imóvel ocupado.

b. Movimentação de Ativos não financeiros recebidos, líquido do valor recuperável

	2º Sem/2023		2023		2022			
	Saldo inicial	27.199	23.422	19.541	Retornadas no período	15.925	28.656	16.013
Vendas no período		(9.045)	(16.973)	(13.205)	Resultado na venda	(1.253)	(1.739)	892
Sobejo		77	392	388	(Constituição)/reversão provisão	(97)	(952)	207
Saldo final		32.806	32.806	23.422				

9 Depósitos, recursos de letras de crédito e demais instrumentos financeiros

a. Depósitos interfinanceiros

	2023		2022		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo total
Circulante	-	-	-	-	18.372
Não circulante	-	-	-	-	18.372

b. Recursos de letras de crédito imobiliários e similares

	2023		2022		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo total
Circulante	47.388	30.030	137.681	215.099	244.354
Não circulante	-	-	77.418	163.768	80.586

c. Dívida subordinada

	2023		2022		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo total
Letras Financeiras	-	-	7.166	7.166	7.166
Circulante	-	-	-	-	7.166
Não circulante	-	-	-	-	7.166

d. Resumo da composição das despesas de captação no mercado

	2023		2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Despesas de depósitos interfinanceiros	(414)	(1.614)	(910)	(910)
Despesas de letras de crédito imobiliário	(6.797)	(18.903)	(24.634)	(24.634)
Despesas da dívida subordinada	(512)	(1.051)	(534)	(534)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(136)	(280)	(337)	(337)
Total	(9.859)	(21.848)	(26.411)	(26.411)

10 Obrigações sociais e estatutárias

	Saldo inicial em 01/07/2023	Constituição	Reversão	Saldo final em 31/12/2023	32% em 2026 e 19% acima de 2026..
Imposto de Renda					Crédito Tributário de Imposto de Renda
Provisão para risco cível	55	60	(27)	88	Ativo Diferido Diferenças Temporárias
Provisão p/ participação nos resultados	11	10	(4)	17	Passivo Diferido Diferenças Temporárias
MTM Títulos de Valores Mobiliários	420	(6)	-	414	Valor Presente
Outras provisões	3.664	66	(23)	3.497	
Provisão p/crédito de liquidação duvidosa			(869)	2.361	
Total - IRPJ	4.148	169	(923)	3.394	
Contribuição Social					
Provisão para risco cível	20	22	(10)	32	
Provisão p/ participação nos resultados	(1)	4	(1)	2	
MTM Títulos de Valores Mobiliários	150	(2)	-	148	
Outras provisões	1.319	24	(7)	1.336	
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa			(312)	1.031	
Total - CSLL	1.492	62	(330)	1.224	
Total crédito tributário de IRPJ e CSLL				4.618	
Total ativo diferido	5.643	239	(1.253)	4.629	
Total passivo diferido	(2)	(9)	-	(11)	
	Saldo inicial em 01/01/2022	Constituição	Reversão	Saldo final em 31/12/2022	
Imposto de Renda					
Provisão para risco cível	2	81	(37)	46	
MTM Títulos de Valores Mobiliários	4	2	(7)	(1)	
Outras provisões	294	165	(158)	301	
Provisão p/crédito de liquidação duvidosa	4.419	958	(832)	4.545	
Total - IRPJ	4.449	1.206	(1.304)	4.621	
Contribuição Social					
Provisão para risco cível	1	54	(38)	17	
MTM Títulos de Valores Mobiliários	2	(3)	-	(1)	
Outras provisões	105	59	(57)	107	
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	1.494	345	(299)	1.540	
Total - CSLL	1.602	456	(394)	1.664	
Total crédito tributário de IRPJ e CSLL	6.051	1.662	(1.428)	6.285	
Total ativo diferido	-	-	-	6.287	
Total passivo diferido	(2)	-	-	(2)	

As diferenças temporárias relativas às (i) provisões para contingências pela sua natureza, espera-se que seja realizado 97% do saldo em 2024 e o restante em 2025; (ii) Outras provisões, composta por provisões para desvalorização de ativos não financeiros, têm previsibilidade de realização de 17% do saldo ainda em 2024 e 14% em 2025, e 69% em 2026; (iii) Provisão para participação nos lucros com expectativa de realização até março/2024; e (iv) provisões sobre as operações de crédito e títulos com características de concessão de crédito, cuja dedutibilidade se dará de acordo com os critérios definidos nas regras fiscais, tem expectativa de realização, 17% do valor ainda em 2024, 31% em 2025.

20 Estrutura de gerenciamento de riscos
Na forma da regulamentação vigente, as atividades de gerenciamento de risco encontram-se centralizadas no Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (Banco), líder do conglomerado Prudencial Bari que é composto pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., Bari Companhia Hipotecária e Bari Securitizadora S.A., sendo o Banco Bari líder do Conglomerado e instituição enquadrada no segmento S4, nos termos da Resolução CMN nº 4.553 de 30/01/2017. A seguir, os principais fatores dos riscos elencados que afetam os negócios da companhia:

(i) Risco de crédito
A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito monitora a qualidade em níveis coerentes com o apetite de risco do Bari para cada segmento de mercado em que opera e o comportamento da carteira de crédito através de indicadores consistentes, tanto aqueles definidos por modelos internos, a fim de atender a complexidade do negócio, quanto aqueles previstos pelos órgãos reguladores, visando alcançar boas práticas de mercado. O comportamento da inadimplência é analisado de forma sistemática e metódica com o objetivo de identificar, avaliar e acompanhar tendências, promovendo ações que buscam o controle e mitigação dos riscos.

(ii) Risco operacional
Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui-se também nesta modalidade o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções e danos decorrentes de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

(iii) Gestão de continuidade de negócio
A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações do conglomerado e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados no Plano de Continuidade de Negócio (PCN) e anualmente são realizados testes e/ou simulações de eventos enquadráveis nesse escopo.

(iv) Risco de mercado e de Taxa de Juros
Define-se o risco de mercado e de Taxa de Juros como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado e no resultado de intermediação financeira de instrumentos financeiros detidos pelas instituições do Bari.

A estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado e de Taxa de Juros possui, ainda, um escopo focado no controle do risco do descasamento das posições ativas e passivas no tocante às taxas/indexadores praticadas pelo Bari.

(v) Risco de liquidez
A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez é responsável por identificar, avaliar, monitorar, mensurar, controlar e reportar a exposição ao Risco e situações que possam comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da organização. O comportamento do fluxo de caixa é acompanhado diariamente e outros indicadores de liquidez são acompanhados mensalmente de forma independente e sistemática, buscando identificar situações de risco e promover ações que garantam a boa saúde financeira da instituição.

(vi) Gerenciamento de capital
Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:
I – monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
II – avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta;
III – planejamento de metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos da instituição.
O processo de identificação e avaliação dos riscos relevantes é realizado com periodicidade mínima anual, através do Plano de Capital, contemplando os riscos considerados no cálculo do capital regulamentar.

(vii) Risco Social, Ambiental e Climático
Define-se o risco social como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de eventos relacionados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.
Define-se o risco ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.
O risco climático divide-se em duas vertentes, sendo:
• **Risco climático de transição:** define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de eventos relacionados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados;
• **Risco climático físico:** define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.
A Política de Responsabilidade Socioambiental e Climática do Bari caracteriza o crédito imobiliário como a modalidade de crédito mais sensível ao risco, devido à possibilidade do imóvel, objeto do financiamento e/ou garantia da operação, apresentar desconformidades socioambientais. Neste último contexto, incluímos as operações de compra de carteiras, alcançando as incorporadoras e construtoras cedentes de créditos.
Vale registrar que o Bari desenvolve ações para prevenção dos riscos citados, em especial na área de crédito imobiliário, inserindo nas avaliações de imóveis apurações sobre eventuais pendências junto aos órgãos encarregados de coibir irregularidades na área aqui tratada.
Maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de Riscos do Conglomerado Prudencial Bari estão disponíveis no Relatório de Pilar 3, o qual pode ser acessado através do seguinte link: <https://bancobari.com.br/gerenciamento-riscos>

21 Outras informações
a. Patrimônio líquido exigido (acordo da Basileia) conglomerado
A Companhia detém capital social de R\$ 45.000 (quarenta e cinco milhões de reais), totalmente subscrito, acima do nível mínimo exigido pelas Autoridades Monetárias para as Sociedades da espécie, consoante o prescrito na Resolução CMN nº 2.099/94, Regulamento Anexo II, art. 1º, "caput" e parágrafo primeiro, e em montante adequado para alavancar as suas operações no correto exercício. O acionista controlador está representado pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., com 99% do total das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2023, foi de 17,51% e está apresentado de forma combinada nas demonstrações financeiras do seu controlador, Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Diretoria
RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO
Diretor Presidente
MATEUS VARGAS FOGAÇA
Diretor Executivo
EVALDO LEANDRO PERUSSOLO
Diretor Superintendente
EDUARDO ZAGONEL NEVES
Diretor Executivo

RESPONSÁVEL TÉCNICA
CRISTIANE APARECIDA DAMRAT

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Bari Companhia Hipotecária
Curitiba – PR

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Bari Companhia Hipotecária ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bari Companhia Hipotecária em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria

apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 20 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP-271754/O-9

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Balanços

Concorrências

Editais

Súmulas

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 22/03/2024 07:12:47

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 6e6bea5bdb67627a2870396a0c0d7d742a01a1bb856a7b95311fb951382317ba



Assinatura

Assinado em: 22/03/2024 07:12:58

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 09570162000130

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: cbca369ca10a65a68107159b6f0e7324



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.113.244, 172.31.16.189	-25.4541824 , -49.2568576	Curitiba	80215-230	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 123.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 983/2020. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.





BANCO BARI DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS S.A.

CNPJ: 00.556.603/0001-74 - Avenida Sete de Setembro, 4781 Conj. 02 - Água Verde - Curitiba/PR - www.bancobari.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas. Visão Corporativa

A Administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., banco múltiplo privado de capital fechado, líder do Conglomerado Prudencial Bari, este composto, adicionalmente, pelas controladas Bari Companhia Hipotecária e Bari Securitizadora S.A., submeteu a apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras, incluindo parecer sem ressalva dos Auditores Independentes, KPMG Auditores, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O Banco é especializado em dois produtos, quais sejam: crédito consignado e crédito imobiliário, este com carteiras de recebíveis imobiliários e empréstimos com garantia de imóveis para pessoas físicas e jurídicas.

Iniciativas Inovadoras

O Banco Bari tomou a iniciativa, no segundo semestre de 2023, de contratar empresa de rating, com o objetivo de colher, em especial, uma opinião externa acerca do nível de risco de crédito de curto e/ou de longo prazo de seus negócios, presente que o processo analítico para a atribuição de um rating agrega, ao score estatístico, a avaliação de informações quantitativas adicionais às demonstrações financeiras disponíveis ao público. Assim, tal incumbência foi conferida a Austin Rating, que, por intermédio de seu Comitê de Classificação de Risco, atribuiu o rating "bbbB" (escala local) para esta instituição, considerando as demonstrações financeiras do Banco para os cinco últimos exercícios anuais e o período encerrado em 30 de setembro de 2023, além de outras informações quantitativas e qualitativas recebidas no curso do processo analítico. Referida classificação representa que a Austin Rating tem o entendimento que o Banco Bari possui solidez intrínseca adequada e qualidade de suporte externo moderada, emitindo, assim, baixo risco aos seus depositantes e credores em geral.

Area Administrativa

Foram realizados treinamentos de Softskills (habilidades interpessoais) e Hardskills (habilidades adquiridas em salas de aula, livros e apostilas). Estes abrangendo habilidades interpessoais e técnicas relacionadas ao negócio, como segurança cibernética e prevenção à lavagem de dinheiro.

Campanhas como Trimestre da Saúde, Chá com RH (conhecimento, habilidade e atitude), Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul foram lançadas para promover o modelo de gestão de pessoas no Bari, incentivando a sensibilização interna e respeito ao aspecto social e à inclusão. O Quadro de colaboradores participou de eventos significativos, como o "Abcept Summit 2023", que contou com 5 painéis: Funding, Mercado Imobiliário Consumidor, Habitação Popular, Crédito Imobiliário Digital e Block e O que Esperar do Crédito Imobiliário em 2024. Também liderou a campanha #FimCarDeGolpe em parceria com a ABBC (Associação Brasileira de Bancos), buscando disseminar conhecimento entre instituições financeiras e clientes sobre estratégias de prevenção a golpes financeiros.

Destacamentos Operacionais

Apresentamos, a seguir, os números alcançados (R\$ mil), que mostram a evolução ocorrida no exercício de 2023, comparativamente à posição de encerramento do exercício de 2022:

	2023	2022
a) Patrimônio Líquido:	154.869	143.475
b) Ativos de crédito:	987.970	801.296
c) Captação:	1.115.016	914.900
d) Índice de Basileia:	17,51	12,62
e) Lucro (prejuízo) do período:	22.248	(11.314)

Carteira de Crédito

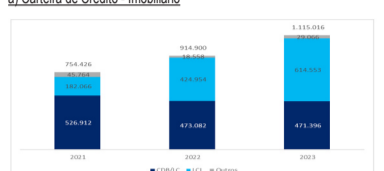
	2023	2022
f) Atraso > 90 dias	0,96%	2,23%
g) Atraso > 180 dias	1,23%	1,45%
h) AA até C	96,68%	95,53%
i) D até H	3,32%	4,47%
j) Caixa Total	167,832	152,719

O resultado auferido na posição de 31/12/2023, conspiciante item "e" supra, demonstra a recuperação do Banco experimentalmente no exercício, em decorrência, em grande parte, das medidas de racionalização de custos, após efetivada a implantação do banco digital e aperfeiçoamentos. Concorreu, ainda, para tanto, novas políticas nas áreas de crédito, com informatização crescente. Vale realçar, também, a expressiva evolução do índice de Basileia, conforme item "d", retro, e o volume do "Caixa Total"

(item "j"), que, na data-base de 31/12/2023, ultrapassou o patrimônio líquido da instituição, abrindo espaço para expansão controlada de novas operações de crédito.

Ressaltamos o crescimento da carteira de crédito, de aproximadamente 56,5%, calculado a partir dos números expostos nos dois gráficos abaixo apresentados, a) imobiliário; e b) crédito consignado + cartão de crédito, compreendendo o período dezembro de 2021 a dezembro de 2023, e de 23,4% no intervalo dezembro de 2022 a dezembro de 2023. Tais resultados foram resultantes de aprimoramentos operacionais contínuos, com destaque para a esteira de contratação de créditos, que permanece trazendo redução importante do tempo médio de análise a ser empreendida.

a) Carteira de Crédito - Imobiliário



b) Carteira de Crédito - Consignado e Cartão



As captações experimentalmente incrementadas próximo a 22% no período de dezembro de 2022 a dezembro de 2023, sendo realizadas em volume crescente por via app, o que trouxe agilidade e comodidade aos nossos correntistas, presente que disponibilizamos aqueles investidores demonstrativos mensais acerca de suas aplicações.

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, conforme consta em cláusula do estatuto social. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. Conforme a política de distribuição de dividendos, os créditos respectivos serão efetivados após deliberação da AGO do exercício de 2024, com fundamento no resultado do final do exercício de 2023. Os dividendos não obrigatórios são destinados através de definição de assembleia geral extraordinária ou por decisão da próxima assembleia geral ordinária. Mais informações sobre dividendos e juros sobre capital próprio estão descritas em Notas Explicativas, itens 18cc. e 18 cc1.

Governança Corporativa

O Banco Bari atende aos princípios básicos de Governança Corporativa, com reuniões regulares do seu Conselho de Administração, e cumprindo uma rotina semanal de reuniões de sua Diretoria. Contamos, ainda, com uma Comissão de Supervisão de Riscos, que é municiada documentalmente, em suas reuniões, pelos departamentos de gerenciamento de riscos e de compliance, a revelar, tais mecanismos, comprometimento e seriedade na condução dos seus negócios. Dispõe de um Código de Ética e Conduta, de Canal de Denúncias, ações internas de sensibilização e disseminação da inclusão, com vistas a respeitar a diversidade e outros instrumentos de transparência de gestão, em total simetria com os preceitos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e de Capital

Trata-se de matéria que vem assumindo relevância progressiva no contexto do sistema financeiro nacional. Em consonância com as prescrições

da Resolução CMN n.º 4.557/17, elegemos setores para atuarem no controle dos diversos riscos previstos no citado normativo, representados por risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez, risco social, ambiental e climático, e risco de gerenciamento de capital, entre outros. Elaboramos uma Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e contamos com um Diretor investido como responsável pelo assunto (CRO). Testes de estresse são realizados semestralmente, de forma a prevenir eventos com severidade que possam derivar de cenários pouco comuns. No que tange ao risco de IRRBB, que cuida da avaliação e controle de seus principais determinantes, incluindo o descaçamento entre ativos e passivos, em relação a prazos, taxas e indexadores, ressaltamos que adotamos providências defensivas, efetuando swap que cubram parcela relevante daqueles descaçamentos. Conquanto estejamos desobrigados de criar um Comitê para acompanhamento da evolução dos diversos riscos, conforme indicado na resolução acima para entidades em que nos inserimos de classe S4, instituímos uma Comissão para executar tal tarefa, que tem a presença, entre outros técnicos, de todos os diretores, e reuniões trimestrais. Tais providências são conjugadas com medidas relativas a controles internos, igualmente estabelecidas na regulamentação (Resolução CMN 4.968, de 25.11.2021).

Agradecimentos

Considerando o exposto, a Administração do Banco Bari vem agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, e parceiros a confiança depositada e ressaltar o desempenho de nossos colaboradores, a demonstrar pleno engajamento na construção de um banco moderno e competitivo, superando os desafios que se apresentem, e perseguindo um futuro com crescimento sustentável.

Curitiba, 20 de março de 2024.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		407.795	332.772	Circulante		404.232	409.715
Disponibilidades	4	6.452	3.553	Depósitos e demais instrumentos financeiros		354.342	361.245
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	143.870	109.972	Depósitos	12.a	163.429	202.893
Instrumentos financeiros		230.728	300.534	Depósitos a vista		22.001	18.828
Titulos e valores mobiliários e intrumentos financeiros derivativos		16.474	129.828	Depósitos a prazo		141.280	163.679
Carteira própria	5.a	4.996	19.540	Outros depósitos		148	186
Vinculados a compromisso de recompra	5.a	10.004	-	Obrigações por operações compromissadas	12.b	9.998	-
Vinculados a garantia de operações	5.b	-	316	Carteira própria		9.998	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.d	1.474	-	Recursos de aceites de emissão de titulos	12.c	180.915	158.552
Operações de crédito	6	214.254	170.706	Recursos de aceites cambiais		-	2.880
Operações de crédito - setor privado		224.547	186.744	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias		180.915	155.672
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(10.293)	(16.038)	Relações interfinanceiras	13	3.670	19.259
Outros ativos financeiros	7	22.799	25.903	Transações de pagamento		3.670	19.259
Outros ativos financeiros		22.819	26.008	Outras obrigações		46.220	29.211
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(20)	(105)	Cobrança e arrecadação de titulos semelhantes Sociais e estatutárias	14	11.667	458
Outros ativos	8	4.115	2.782	Fiscais e previdenciárias	15	2.797	716
Outros ativos		4.115	2.782	Diversas	16	31.457	28.000
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(169)	-	Não circulante		768.410	556.669
Não circulante		919.716	777.087	Exigível a longo prazo		768.410	556.669
Realizável a longo prazo		819.863	676.666	Depósitos e demais instrumentos financeiros		762.770	553.655
Instrumentos financeiros		756.893	630.431	Depósitos	11.a	328.898	285.337
Titulos e valores mobiliários e intrumentos financeiros derivativos		3.927	25.196	Depósitos a prazo		328.898	285.337
Carteira própria	5.a	1.289	18.861	Recursos de aceite de emissão de titulos	11.c	431.776	288.318
Vinculados a garantia de operações	5.b	1.241	793	Recursos de aceites cambiais		431.776	288.318
Instrumentos financeiros derivativos	5.d	1.417	5.542	Instrumentos financeiros derivativos	5.d	2.096	-
Operações de crédito	6	752.966	605.235	Instrumentos financeiros derivativos		2.096	-
Operações de crédito - setor privado		763.423	614.552	Outras obrigações		5.640	3.014
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(10.457)	(9.317)	Fiscais e previdenciárias	15	5.072	2.494
Ativos fiscais diferidos	22	46.788	43.049	Diversas	16	568	520
Outros ativos financeiros	7	331	818	Patrimônio líquido	18	154.869	143.475
Outros ativos financeiros		658	1.231	Capital	18.a	104.500	100.000
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(327)	(413)	De domiciliados no país		104.500	100.000
Outros ativos	8	15.851	2.368	Reservas de lucro		52.951	43.703
Outros ativos		17.000	3.118	Ajustes a valor de mercado - Titulos e valores mobiliários		5	(228)
Provisão para redução ao valor recuperável		(1.149)	(750)	Ajustes a valor de mercado - Hedge fluxo de caixa		(2.587)	-
Permanente		99.853	100.421	Total do ativo		1.327.511	1.109.859
Investimentos	10	75.761	69.041	Total do passivo		1.327.511	1.109.859
Investimentos em participações em coligadas e controladas		75.758	69.038				
Outros investimentos		3	3				
Imobilizado de uso		1.724	1.657				
Outras imobilizações de uso		2.717	3.372				
Depreciações acumuladas		(903)	(1.715)				
Intangível	11	22.368	29.723				
Ativos intangíveis		50.710	50.003				
Amortização acumulada		(28.342)	(20.280)				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
			Legal	Estatutária / Especial			
Saldos em 1 de janeiro de 2022	82.000	-	5.389	49.628	(517)	136.500	-
Aumento de capital	-	18.000	-	-	-	18.000	-
Aumento de capital homologado	18.000	(18.000)	-	-	-	-	-
Ajustes ao valor de mercado - Titulos e valores mobiliários	-	-	-	-	289	(11.314)	(11.314)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Destinações:							
Constituição de reserva	-	-	-	(11.314)	-	11.314	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	100.000	-	5.389	38.314	(228)	143.475	-
Mutações do exercício	18.000	-	-	(11.314)	289	6.975	-
Saldos em 1 de julho de 2023	104.500	-	5.807	41.484	(466)	151.325	-
Ajustes ao valor de mercado - Titulos e valores mobiliários e hedge de fluxo de caixa	5	-	-	-	(2.116)	(2.116)	(2.116)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	17.542	17.542	-
Reversão dividendos propostos no 1º semestre 2023	-	-	-	1.118	-	1.118	-
Destinações:							
Reserva legal	18.b	-	877	-	-	(877)	-
Reserva para integridade do Patrimônio Líquido	18.c	-	-	3.665	-	(3.665)	-
Juros sobre Capital Próprio	18.d	-	-	-	(13.000)	(13.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	104.500	-	6.684	46.267	(2.582)	154.869	-
Mutações do semestre	100.000	-	877	4.783	(2.116)	3.544	-
Ajustes ao valor de mercado - Titulos e valores mobiliários e hedge de fluxo de caixa	5	-	-	-	(2.354)	(2.354)	(2.354)
Aumento de capital	18.a	-	4.500	-	-	4.500	-
Aumento de capital homologado	18.a	4.500	(4.500)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	22.248	22.248	-
Destinações:							
Reserva legal	18.b	-	1.112	-	-	(1.112)	-
Reserva para integridade do Patrimônio Líquido	18.c	-	-	8.136	-	(8.136)	-
Juros sobre Capital Próprio	18.d	-	-	-	(13.000)	(13.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	104.500	-	6.501	46.450	(2.582)	154.869	-
Mutações do exercício	4.500	-	1.112	8.136	(2.354)	11.394	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"), constituído sob a forma de banco múltiplo, com duas carteiras: a) Investimentos; e b) crédito, financiamento e investimentos, atua com ênfase no crédito pessoal e servidores públicos de estados e municípios, beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, representando parcela preponderante do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantias de bens, cartão de crédito e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora da sociedade, com concentração em convênios com órgãos públicos que não apresentaram atrasos nos repasses dos descontos efetuados e consequente nível reduzido de inadimplência. Está localizada na Av. Sete de Setembro, nº 4781, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

a. Base de elaboração das demonstrações financeiras As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis no 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução CBC nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. O Banco aguarda um detalhamento maior por parte do regulador com as alterações necessárias para sua implementação e assim concluir a avaliação dos impactos da sua adoção.

O projeto de implementação do normativo sób lide foi estruturado em várias etapas, algumas das quais já foram concluídas, outras estão em andamento e também há fases a serem iniciadas:

- Etapas já concluídas:

- (1) Mapeamento das áreas envolvidas;
- (2) Identificação dos processos impactados;
- (3) Reunião com os provedores de software;

(4) Entrega e aprovação do plano de implementação junto ao Conselho de Administração; e

(5) Contratação de empresa de consultoria para auxílio da implementação da Resolução CMN nº 4.966 e normas complementares.

-Etapas em andamento:

- (1) Acompanhamento de reuniões sobre este normativo junto a entidade de classe (ABBC) e ao Bacen;
- (2) Follow up dos trabalhos junto aos provedores de software.

-Etapas que serão iniciadas:

- (1) Homologação dos softwares;
- (2) Parametrização dos softwares;
- (3) Apresentação do estudo de impacto nas Demonstrações Financeiras;
- (4) Conclusão do projeto.

A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidência contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, essa Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022. Foi realizada avaliação e análise por parte do Banco, cujo resultado demonstrou que não há impactos e procedimentos a serem estabelecidos.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025. Esse normativo não tem impacto no Banco Bari.

Titulos disponíveis para venda: Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acesso dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "Ajustes com títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Titulos mantidos até o vencimento: Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações contábeis.

Titulos para negociação: compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

As operações com derivativos, representados por operações de swap, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos de swap são apurados diariamente por tipo de ativo e os respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período, seja semestre e/ou exercício.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Os instrumentos derivativos, designados como parte de estrutura de proteção de riscos ("hedge") são classificados como "hedge" de fluxo de caixa. A parcela efetiva da valorização ou desvalorização dos instrumentos financeiros derivativos é registrada em contrapartida conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do hedge, ou (ii) na realização do objeto do hedge. A parcela não efetiva do respectivo hedge é reconhecido diretamente no resultado.

Operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos

As principais operações de crédito do Banco são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas.

As operações com taxas predefinidas são registradas pelo valor de resgate/liquidação, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registrados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pré-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

e. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados:(i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requeir a sua classificação em nove níveis, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

E é considerada a contagem em dobro para os contratos com prazos vencendo superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito controladas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descentralizada, a partir do nível "A", conforme critérios da Resolução 2.697/00 do CMN.

As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As rendas com operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

f. Outros ativos

Correspondem, basicamente, a bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso referem-se a imóveis disponíveis para venda e as despesas antecipadas correspondem a benefícios que ocorrerão em períodos futuros

g. Investimentos

Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

h. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens do Banco. E demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment. As taxas de depreciação anuais são:

	Taxa - %
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Sistema de transporte	20%

i. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas anuais como segue:

	Taxa - %
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	20% e 25%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de impairment.

j. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores contidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).

k. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revisitos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

l. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda provável, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

Provisões - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e civis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.

Depósitos judiciais - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do BACEN.

m. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Aliquota para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi constituída à alíquota de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 3% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Banco espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

n. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BC& nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes do Banco assume-se que o lucro líquido do Banco no semestre findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 17.542, inclui R\$ 9.933 originado da alienação de 100% da participação do Banco Bari da Bari Gestão de Recursos Ltda e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 22.248, registrados na rubrica de "Outras receitas operacionais, nas Demonstrações de resultado, inclui R\$ 19.922 originado da alienação de 100% da participação do Banco Bari na Baricor Corretora de Seguros Ltda e da Bari Gestão de Recursos Ltda. O prejuízo líquido em 31 de dezembro de 2022 montante de R\$ (11.314), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

o. Eventos subsequentes
Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Depósitos bancários	80	9
Reservas livres	6.299	3.472
Disponibilidades em moeda estrangeira	73	72
Total de disponibilidades	6.452	3.553
Operações compromissadas - Posição bancada	143.400	91.199
Letras Financeiras do Tesouro	-	91.199
Letras do Tesouro Nacional	143.400	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	149.852	94.742

As aplicações interfinanceiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	2023	2022
Tx. Curto prazo	Tx. Curto prazo	
Microcrédito	0,9999% a.a	470
DI (pós)	-	100,00% CDI
DI (pré)	11,65% a.a	143.400
Total	143.870	109.972

	2023	2022
Dez maiores devedores	36,958	34,324
Percentual do total da carteira de operações de crédito	3,74%	4,28%
Cinquenta maiores seguintes	93,664	81,119
Percentual do total da carteira de operações de crédito	9,48%	10,12%

d. Concentração de créditos

c. Cessão de crédito
Em 31 de dezembro de 2023, o Banco adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$ 4.578 (R\$ 562 em 31 de dezembro de 2022). Estas operações auferiram, no semestre e exercício em questão, renda no montante de R\$ 11e R\$ 114 respectivamente (R\$ 396 em 31 de dezembro de 2022). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

Durante o exercício em epígrafe, o Banco alienou parte da carteira de crédito para parte relacionada, no montante de R\$ 10.769 (R\$ 6.518 em 31 de dezembro de 2022). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

d. Concentração de créditos

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

a. Títulos e valores mobiliários - Carteira própria

Disponível para venda

	2023		
Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro - LFT	6.265	6.262	3
Total	6.265	6.262	3

	2022		
Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro - LFT	10.004	10.000	4
Total	10.004	10.000	4

Disponível para venda

	2022		
Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro - LFT	34.189	34.171	18
Certificado de recebíveis imobiliários	4.212	4.645	(433)
Total	38.401	38.816	(415)

b. Títulos e valores mobiliários – Valores em garantia de operações – Mantido até o vencimento

	2023		
Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro – LFT	1.241	1.240	1

	2022		
Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro – LFT	1.109	1.108	1

c. Instrumentos financeiros derivativos

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de "swap", envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na Central de Custódia e liquidação Financeira de Títulos – B3. Esses contratos são utilizados visando à eliminação parte do risco de oscilações de taxas de juros da carteira de empréstimos e as captações (corrigidos pelo IPCA e CDI respectivamente), conforme demonstrada a seguir:

	2023				2022			
Contratos de Swap	Valor referencial	Diferencial a receber (pagar)	Posição ativa	Posição passiva	Valor referencial	Diferencial a receber (pagar)	Posição ativa	Posição passiva
Ativos IPCA x Passivos DI (*)	50.000	2.891	53.372	53.372	51.367	50.481	51.367	50.481
Ativos DI x Passivos Pré (**)	249.200	(2.096)	257.570	257.508	256.135	259.604	256.135	259.604
Total	299.200	795	310.942	310.880	307.502	310.085	307.502	310.085

	2022			
Contratos de Swap	Valor referencial	Diferencial a receber (pagar)	Posição ativa	Posição passiva
Ativos IPCA x Passivos DI (*)	50.000	5.542	53.568	53.568
Total	50.000	5.542	53.568	53.568

(*) Instrumento financeiro classificado como hedge de risco de mercado, tendo a variação da marcação a mercado contabilizada no resultado, onde o objeto do hedge são operações de crédito.

(**) Instrumento financeiro classificado como hedge de fluxo de caixa, tendo a variação da marcação a mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido, onde os objetos do hedge são certificados de depósitos bancário e letras de crédito imobiliário.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações para preço de mercado. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas, a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para novos modelos.

O Banco tem como política a eliminação de parte do risco de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de juros e operando apenas com instrumentos que permitam o controle dos riscos.

Efetividade do hedge
Contratos de swap firmados em outras instituições financeiras, registrados na B3

Valor do instrumento de "hedge" 257.570

Valor do objeto de "hedge" 252.351

Taxa de efetividade (*) 97,97%

(*) A efetividade do hedge encontra-se em conformidade conforme estabelecido no artigo 5º, inciso II da Circular BACEN nº 3.082/02

d. Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

	2º Sem/2023	2023	2022
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	417	1.619	912
Rendas de aplicações em operações compromissadas	6.313	12.979	8.848
Rendas com participação societárias	4.864	4.864	11.327
Deságio na colocação de títulos	(770)	(1.409)	(1.125)
Resultado com títulos de renda fixa	3.086	7.855	7.371
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	2.465	2.137	1.141
Total	16.375	28.045	28.474

6 Operações de crédito e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação:

	2023		2022	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
Cheque Especial	328	0,03%	242	0,07%
Crédito pessoal e CDC	343.622	34,78%	327.369	40,85%
Crédito pessoal consignado	349	0,04%	601	0,08%
Capital de giro	5.590	0,57%	15.161	1,89%
Cartão de crédito	614.661	62,21%	438.150	54,68%
Empréstimos com garantia	2.038	0,21%	1.906	0,24%
Financiamento imobiliário empreendimento - aquisição	18.668	1,89%	17.866	2,23%
Financiamento imobiliário residencial - aquisição	2.714	0,27%	-	-
Financiamento imobiliário residencial - construção	987.970	100,00%	801.296	100,00%
Total	224.547	-	186.744	-
Circulante	763.423	-	614.552	-

b. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

b.1 Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	2º Semestre/2023	2023	2022
Saldo no início do período/exercício	(28.264)	(25.355)	(11.171)
Constituição líquido de reversões	(7.957)	(21.574)	(26.545)
Créditos baixados para prejuízo	15.471	26.179	12.361
Saldo final do período / exercício	(20.750)	(20.750)	(25.355)

Circulante (10.293) (10.293) (16.038)

Não Circulante (10.457) (10.457) (9.317)

Foram registrados na rubrica contábil "recuperação de créditos baixados como prejuízo", no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 2.373 e 3.787 respectivamente (R\$ 2.

b. Obrigações por operações compromissadas

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Recompensas a liquidar - carteira terceiros, Letras financeiras do tesouro - LFT, Total, Recursos de aceites de emissão de títulos, Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias, Vencimento, Até 3 meses, De 4 a 12 meses, Acima de 12 meses, Total, Circulante, Não Circulante.

d. Conciliação das despesas de captação com o resultado

Table with columns: 2º Sem/2023, 2023, 2022. Rows include Despesas de depósitos a prazo, Despesas de aceites cambiais, Despesas de operações compromissadas, Despesas de letra de crédito imobiliário, Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito, Total.

13 Relações interfinanceiras

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Circulante, Transações de pagamento - cartão de débito, Transações de pagamento - cartão de crédito, Total.

14 Obrigações sociais e estatutárias

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Circulante, Juros sobre capital próprio a pagar, Participações no resultado, Total.

15 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Circulante, IRRF, Cofins, Impostos e contribuições s/ salários, Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros, PIS, IBS, Total.

16 Outras obrigações - Diversas

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Circulante, Credores diversos - país (a), Outras provisões, Provisão para contingência (nota 17), Despesas de pessoal, Total.

Table with columns: Saldo no início do período, Constituição, Reversão, Pagamentos, Saldo no final do período. Rows include Cíveis, Trabalhistas, Total - 31/12/2023, Total - 31/12/2022.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam processos de natureza fiscal com risco de perda classificados como provável. d. Passivos contingentes

Table with columns: 2024, 2025, acima de 2026. Rows include Provisões cíveis, Provisões trabalhistas, Total.

18 Patrimônio líquido a. Capital social O valor do capital social é R\$ 104.500 (R\$ 100.000 em 31 de dezembro de 2022), sendo R\$ 102.410 em ações ordinárias e nominativas e R\$ 2.090 em ações preferenciais nominativas.

Table with columns: Participação %, Total ações. Rows include Bordin Administração e Incorporações Ltda., Ivo Luiz Rovêda, Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro, Enio Fomea Junior, Antonio Bordin Neto, Evaldo Leandro Perussolo, Total.

b. Reserva legal Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 6.501 (R\$ 5.389 em 2022).

c. Reserva estatutária A reserva estatutária em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 46.450 (R\$ 38.314 em 2022) refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital social por deliberação em assembleia, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta dada em assembleia, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

d. Dividendos e juros sobre capital próprio O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Table with columns: a) Distribuição de JCP em 2019, b) Distribuição de JCP em 2023 - Exerc. Anteriores, c) Distribuição de JCP em 2023, Data Pago. Rows include Valor provisionado, (-) IRRF, Valor liq. a pagar, (-) Valor pago em períodos anteriores a 2023, Residual a pagar, Resumo do total a pagar.

d.1 Cálculo para constituição de dividendos mínimos obrigatórios

Table with columns: 2º semestre 2023, 2023, 2022. Rows include Lucro (prejuízo) líquido do período, Reserva legal (5%), Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios, Dividendos mínimos obrigatórios (25% conforme estatuto social).

19 Transações entre partes relacionadas

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Direitos / (obrigações), Receitas (Despesas), Direitos / (obrigações), Receitas (Despesas). Rows include Pessoas físicas, Pessoas jurídicas, Fluxo de caixa, Fluxo de caixa de atividades operacionais, Fluxo de caixa de atividades de investimento, Fluxo de caixa de atividades de financiamento, Total.

20 Receita de prestação de serviços

Table with columns: 2º Sem/2023, 2023, 2022. Rows include Rendas de comissão de colocação de títulos, Rendas de outros serviços, Total.

21 Despesas tributárias

Table with columns: 2º Sem/2023, 2023, 2022. Rows include Despesa de COFINS, Despesa de PIS, Despesas de ISS, Outros, Total.

22 Outras despesas administrativas

Table with columns: 2º Sem/2023, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Despesas com serviços terceirizados (a), Despesas de processamento de dados, Despesa com serviços técnicos especializados, Despesas com propaganda e publicidade, Despesas com amortização de publicação, Despesas de comunicação, Despesas de aluguel comercial, Despesas judiciais e cartório, Despesas com consultorias SP/CP/Serasa, Despesas com manutenção e conservação de bens, Despesas com viagens, Despesas com acordo judicial, Despesas de seguros, Despesa de transporte, Outras despesas, Total.

a. Política de remuneração O Banco remunera quatro membros de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Os membros da diretoria executiva têm remuneração de natureza fixa e variáveis. O valor no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está representado por R\$ 359 e R\$ 828 (R\$ 966 em 31 de dezembro de 2022).

20 Receita de prestação de serviços 2º Sem/2023 2023 2022 Rendas de comissão de colocação de títulos 1.486 3.436 4.571 Rendas de outros serviços 2.327 2.930 3.677 Total 5.772 9.358 10.351

21 Despesas tributárias 2º Sem/2023 2023 2022 Despesa de COFINS (1.735) (3.424) (2.378) Despesa de PIS (282) (556) (386) Despesas de ISS (214) (296) (289) Outros (111) (234) (247) Total (2.342) (4.510) (3.300)

22 Outras despesas administrativas 2º Sem/2023 31/12/2023 31/12/2022 Despesas com serviços terceirizados (a) (12.809) (28.899) (28.660) Despesas de processamento de dados (6.897) (14.020) (15.156) Despesa com serviços técnicos especializados (1.741) (3.597) (6.433) Despesas com propaganda e publicidade (1.372) (2.797) (9.679) Despesas com amortização de publicação (6.961) (13.599) (11.818) Despesas de comunicação (588) (1.420) (3.308) Despesas de aluguel comercial (649) (1.263) (2.432) Despesas judiciais e cartório (122) (297) (308) Despesas com consultorias SP/CP/Serasa (149) (167) (336) Despesas com manutenção e conservação de bens (932) (1.628) (3.409) Despesas com viagens (219) (410) (415) Despesas com acordo judicial (36) (76) (240) Despesas de seguros (205) (535) (529) Despesa de transporte (19) (40) (31) Outras despesas (312) (529) (459) Total (33.026) (69.313) (82.823)

a. Referem-se a: (i) parcelas de operações de crédito recebidas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente no montante de R\$ 2.342 (R\$ 1.384 em 31 de dezembro de 2022); (ii) contratos a liberar e a compra de carteira no montante de R\$ 24.036 (R\$ 21.849 em 31 de dezembro de 2022); (iii) outras despesas acessórias a pagar no montante de R\$ 1.193 (R\$ 1.323 em 31 de dezembro de 2022); (iv) saldo credor cartão portador R\$ 0 (R\$ 162 em 31 de dezembro de 2022); e (v) outros credores pulverizados R\$ 106 (R\$ 473 em 31 de dezembro de 2022).

17 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias a. Ativos contingentes No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram reconhecidos ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização. b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto. Para os processos classificados com risco de perda provável o Banco efetua provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos. c. Provisão constituída e as respectivas movimentações no exercício Em 31 de dezembro de 2023, o Banco possui contabilizada provisões para ações cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 812 (R\$ 520 em 31 de dezembro de 2022), os valores estão registradas na rubrica "Outras obrigações - Diversas", conforme movimentação demonstrada abaixo:

20 Receita de prestação de serviços 2º Sem/2023 2023 2022 Rendas de comissão de colocação de títulos 1.486 3.436 4.571 Rendas de outros serviços 2.327 2.930 3.677 Total 5.772 9.358 10.351

21 Despesas tributárias 2º Sem/2023 2023 2022 Despesa de COFINS (1.735) (3.424) (2.378) Despesa de PIS (282) (556) (386) Despesas de ISS (214) (296) (289) Outros (111) (234) (247) Total (2.342) (4.510) (3.300)

22 Outras despesas administrativas 2º Sem/2023 31/12/2023 31/12/2022 Despesas com serviços terceirizados (a) (12.809) (28.899) (28.660) Despesas de processamento de dados (6.897) (14.020) (15.156) Despesa com serviços técnicos especializados (1.741) (3.597) (6.433) Despesas com propaganda e publicidade (1.372) (2.797) (9.679) Despesas com amortização de publicação (6.961) (13.599) (11.818) Despesas de comunicação (588) (1.420) (3.308) Despesas de aluguel comercial (649) (1.263) (2.432) Despesas judiciais e cartório (122) (297) (308) Despesas com consultorias SP/CP/Serasa (149) (167) (336) Despesas com manutenção e conservação de bens (932) (1.628) (3.409) Despesas com viagens (219) (410) (415) Despesas com acordo judicial (36) (76) (240) Despesas de seguros (205) (535) (529) Despesa de transporte (19) (40) (31) Outras despesas (312) (529) (459) Total (33.026) (69.313) (82.823)

a. Referem-se principalmente a: (i) Apropriação de despesas com comissões por indicação e originação de operações de crédito no resultado para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 correspondem ao valor de R\$ 7.444 e R\$ 16.247 respectivamente (R\$ 12.162 em 2022); (ii) As despesas incorridas a título de assessoria de cobrança para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 correspondem ao valor de R\$ 790 e R\$ 1.675 respectivamente (R\$ 2.067 em 2022); (iii) As despesas incorridas a título de custos de repasse aos órgãos públicos para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 correspondem ao valor de R\$ 710 e R\$ 1.352 respectivamente (R\$ 936 em 2022); (iv) As despesas com administração de dados das carteiras de operação de crédito, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 correspondem ao valor de R\$ 2.240 e R\$ 5.258 respectivamente (R\$ 4.345 em 2022); (v) As despesas relativas à assessoria em recursos humanos, análise de crédito, análise de abertura de conta, ponto de atendimento e plataforma digital para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 correspondem ao valor de R\$ 1.319 e R\$ 3.559 respectivamente (R\$ 6.843 em 2022); (vi) As despesas incorridas a título de assessoria e consultoria para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 correspondem ao valor de R\$ 219 e R\$ 634 respectivamente (R\$ 6.843 em 2022); e (vii) Outras despesas pulverizadas, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 correspondem ao valor de R\$ 87 e R\$ 174 respectivamente (R\$ 2.077 em 2022).

O Banco possui processo para a contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. Os honorários relativos à auditoria independente relativos ao exercício de 31 de dezembro de 2023 montam o total de R\$ 214.

23 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado 2º Sem/2023 2023 2022 Impostos correntes Provisão para imposto de renda (20) (33) - Provisão para contribuição social (38) (48) - Total (58) (81) - Ativo e passivo fiscal diferido (2.612) 454 (878) Prejuízo fiscal diferido para imposto de renda e contribuição social (37) (46) 17.404 Total imposto de renda e contribuição social (2.707) 327 16.526

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado 2º Sem/2023 2023 2022 Resultado antes do imposto de renda e contribuição social 20.249 21.920 (27.840) Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente (9.112) (9.864) 12.528 Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre: Adições permanentes (9) (11) (12) Adições Swap liquidado (157) (158) (82) Outras adições (157) (158) (82) Excluições: Equivalência 624 4.230 7.619 Swap liquidado 5.850 5.650 - Juros sobre capital próprio 97 98 - Total (2.707) 327 16.526

Imposto de Renda e Contribuições Social Imposto de renda e contribuição social correntes (58) (81) - Imposto de renda e contribuição social diferidos (2.612) 454 (878) Prejuízo fiscal (Irp) e base negativa (Csl) (37) (46) 17.404

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos Saldo inicial em 01/01/2023 Const. tuição Baixa Saldo final em 30/06/2023 Const. tuição Baixa Saldo final em 31/12/2023 Prejuízo Fiscal Base IRPJ 19.337 2.916 (2.921) 19.332 651 (672) 19.312 Provisão para créditos de liquidação duvidosa 4.050 993 (346) 4.697 1.272 (577) 5.393 Provisão para contingências 136 52 (16) 172 95 (58) 210

MMI instrumentos financeiros SWAP-hedge accounting - - - (359) - (359) MMI instrumentos financeiros SWAP - - - 335 524 (334) 525 MMI Títulos e Valores Mobiliários 104 141 (267) (22) 104 (84) (7) Instrumentos financeiros a receber (1.386) (29) 969 (446) (402) 125 (723) Valores a receber a prazo - - - (2.313) 578 (1.734) Outras provisões 290 - (21) 289 287 - 556

Ativo Fiscal Diferido 23.813 4.296 (3.204) 24.805 2.471 (1.640) 25.993 Passivo Fiscal Diferido (1.282) 447 702 (133) (1.728) 282 (2.818)

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Base negativa de CSL, Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Provisão para contingências, MMI instrumentos financeiros SWAP-hedge accounting, MMI instrumentos financeiros SWAP, MMI Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos financeiros a receber, Valores a receber a prazo, Outras provisões, Ativo Fiscal Diferido, Passivo Fiscal Diferido, TOTAL Ativo Fiscal Diferido, TOTAL Passivo Fiscal Diferido.

Conciliação dos efeitos para o período 1º Sem/2023 2º Sem/2023 Exercício 2023 Efeito no resultado 3.066 (2.612) 454 Efeito no patrimônio líquido (107) (765) (872) Efeito prejuízo fiscal no resultado (9) (37) (46) Total 2.950 (3.414) (372)

As diferenças temporárias relativas às: (i) Provisões para contingências pela sua natureza, espera-se que seja realizado 69% dos valores em 2024, 28% em 2025 e o restante sem prazo definido por conta da categoria da provisão; (ii) Provisão para desvalorização de ativos não financeiros, classificado em outras provisões, tem sua expectativa de realização de 9% do saldo em 2024, 39% em 2025 e 51% sem prazo definido, por conta da expectativa de venda; (iii) Outros ativos sem característica de concessão de crédito, classificado em outras provisões, tem expectativa de realização ao encerramento do exercício de 2024 e 2025, respectivamente; (iv) Marcação a Mercado para derivativos swap (ativos), as realizações ocorrerão em durante os exercícios de 46% em 2025, 48% em 2026 e 6% acima de 2026, de acordo com os vencimentos dos respectivos contratos de SWAP; (v) Provisões para perdas sobre as operações de crédito, cuja dedutibilidade se dará de acordo com os critérios definidos nas regras fiscais, com expectativa de realização de 46% do saldo até o exercício de 2026, e 34% com possibilidade de recuperação acima de 2026; (vi) Prejuízo Fiscal está com expectativa de realização do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2023, sendo: (i) 10% para o exercício 2024, (ii) 20% para o exercício de 2025 e (iii) 20% para o exercício de 2026 e 50% acima de 2026. Considerando a expectativa de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em dezembro de 2023 tenham sua realização futura da seguinte forma:

Table with columns: 12.2024, 12.2025, 12.2026, Acima de 2026, TOTAL. Rows include Valor Presente, 3.696 5.307 5.188 11.770 25.961

ATIVO FISCAL DIFERIDO Imposto de Renda Diferenças Temporária Tributável 1.769 1.242 1.060 2.087 6.158 Diferença Temporária - 209 282 33 524 Prejuízo Fiscal 1.931 3.862 3.853 9.665 19.311 Total 3.700 5.313 5.194 11.795 25.993

Table with columns: 12.2024, 12.2025, 12.2026, Acima de 2026, TOTAL. Rows include Valor Presente, 3.696 5.307 5.188 11.770 25.961

Contribuição Social Diferenças Temporária Tributável 1.415 993 848 1.670 4.927 Diferença Temporária - 168 225 26 419 Prejuízo Fiscal 1.545 3.090 3.082 7.732 15.449 Total 2.960 4.251 4.156 9.428 20.794

Table with columns: 12.2024, 12.2025, 12.2026, Acima de 2026, TOTAL. Rows include Valor Presente, 2.957 4.245 4.150 9.416 20.768

PASSIVO FISCAL DIFERIDO Imposto de Renda Diferenças Temporária Tributável 374 552 155 - 1.081 Diferença Temporária 1.736 - - - 1.736 Total 2.111 552 155 - 2.818

Table with columns: 12.2024, 12.2025, 12.2026, Acima de 2026, TOTAL. Rows include Valor Presente, 1.686 442 124 - 2.254

Contribuição Social Diferenças Temporária Tributável 299 442 124 - 865 Diferença Temporária 1.389 - - - 1.389 Total 1.688 442 124 - 2.254

Valor Presente 1.686 441 124 - 2.251

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de juros de captação de 107,12% CDI. O Banco não deixou de ativar os créditos tributários durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

d. Obrigações fiscais diferidas As obrigações sociais diferidas, no montante de R\$ 5.072 em 31 de dezembro de 2023 referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários, hedge de fluxo de caixa e valores a receber (R\$ 2.494 em 2022).

24 Patrimônio líquido exigido (acordo da Basileia) As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulador pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em dezembro de 2023 atingiu 114,1% representativo do Conglomerado Prudencial Bari, atendendo preceitos regulamentares.

Table with columns: 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Patrimônio de referência 111.285 88.671 Índice de Basileia BACEN 17,51% 12,62%

25 Estrutura de gerenciamento integrado de riscos e de capital Na forma da regulamentação vigente, as atividades de gerenciamento de risco encontram-se centralizadas no Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"), líder do conglomerado Prudencial Bari que é composto pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., Ban Companhia Hipotecária e Bari Securitizadora S.A., sendo o Banco Bari líder do Conglomerado e instituição enquadrada no segmento S4, nos termos da Resolução CMN nº 4.553 de 30/01/2017.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito monitora a qualidade em níveis coerentes com o apetite de risco do Bari para cada segmento de mercado em que opera e o comprometimento da carteira de crédito através de indicadores consistentes, tanto aqueles definidos por modelos internos, a fim de atender a complexidade do negócio, quanto aqueles previstos pelos órgãos reguladores, visando alcançar boas práticas de mercado. O comportamento da inadimplência é analisado de forma sistemática e metódica com o objetivo de identificar, avaliar e acompanhar tendências, promovendo ações que buscam o controle e mitigação dos riscos.

(ii) Risco operacional Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui-se também nesta modalidade o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimentos de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

(iii) Gestão de continuidade de negócio A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações do conglomerado e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados no Plano de Continuidade de Negócio (PCN) e anualmente são realizados testes e/ou simulações de eventos enquadráveis nesse escopo.

(iv) Risco de mercado e de Taxa de Juros Define-se o risco de mercado e de Taxa de Juros como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado e no resultado de intermediação financeira de instrumentos financeiros detidos pelas instituições do Bari. A estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado e de Taxa de Juros possui, ainda, um escopo focado no controle do risco de descasamento das posições ativas e passivas no tocante às taxas/indexadores praticadas pelo Bari.

(v) Risco de liquidez A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez é responsável por identificar, avaliar, monitorar, mensurar, controlar e reportar a exposição ao Risco e situações que possam comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da organização. O comportamento do fluxo de caixa é acompanhado diariamente e outros indicadores de liquidez são acompanhados mensalmente de forma independente e sistemática, buscando identificar situações de risco e promover ações que garantam a boa saúde financeira da instituição.

(vi) Gerenciamento de capital Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de: I - monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; II - avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta; III - planejamento de metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos da instituição. O processo de identificação e avaliação dos riscos relevantes é realizado com periodicidade mínima anual, através do Plano de Capital, contemplando os riscos considerados no cálculo do capital regulamento.

(vii) Risco Social, Ambiental e Climático Define-se o risco social como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de eventos relacionados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum. Define-se o risco ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais. O risco climático divide-se em duas vertentes, sendo:

* Risco climático de transição: define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de eventos relacionados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados.

* Risco climático físico: define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos. A Política de Responsabilidade Socioambiental e Climática do Bari caracteriza o crédito imobiliário como a modalidade de crédito mais sensível ao risco, devido à possibilidade do imóvel, objeto do financiamento e/ou garantia da operação, apresentar desconformidades socioambientais. Neste último contexto, incluem-se operações de compra de carteiras, alcançando as incorporadoras e construtoras cedentes de créditos. Vale registrar que o Bari desenvolve ações para prevenção dos riscos citados, em especial na área de crédito imobiliário, inserindo nas avaliações de imóveis apurações sobre eventuais pendências junto aos órgãos encarregados de coibir irregularidades na área aqui tratada. Maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de Riscos do Conglomerado Prudencial Bari estão disponíveis no Relatório de Pilar 3, o qual pode ser acessado através do seguinte link: https://bancobari.com.br/gerenciamento-riscos

Table with columns: DIRETORIA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, RESPONSÁVEL TÉCNICA. Rows include RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO (Diretor Presidente), EVALDO LEANDRO PERUSSOLO (Diretor Superintendente), MATEUS VARGAS FOGAÇA (Diretor Executivo), EDUARDO ZAGONEL NEVES (Diretor Executivo), IVO LUIZ ROVEDA (Presidente), ENIO FORNEA JÚNIOR (Vice Presidente), FELIX ARCHANJO BORDIN (Conselheiro), ANTÔNIO BORDIN NETO (Conselheiro), RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO (Conselheiro), CRISTIANE APARECIDA DAMRAT (Responsável Técnica), Contadora CRC PR 063966/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselho de Administração e Diretores do
Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.
Curitiba – PR

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e sufici-

ente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 20 de março de 2024
KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-PR
Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP- 271754/O-9

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa equipe

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 22/03/2024



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
para acessar a página de Publicações Legais no portal do
Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link:
https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 22/03/2024 07:14:22

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 7cdc3b170f5184911277a58033b8b2affe0de20deea855c1b17f585a70c06455



Assinatura

Assinado em: 22/03/2024 07:14:33

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 09570162000130

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 146209afa696ef500503ab91dd8e2c38



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.113.244, 172.31.16.189	-25.4541824 , -49.2568576	Curitiba	80215-230	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 123.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 983/2020. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



Bari Securitizadora S.A.

CNPJ: 10.608.405/0001-60 - Avenida Sete de Setembro, 4781 Conj. 02 - Água Verde - Curitiba/PR - www.barisec.com.br

bari.
SECURITIZADORA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às determinações legais, submetemos à apreciação de V. Sas. O Relatório de Administração e as informações contábeis intermediárias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia, tendo realizado emissões de 13 (emissões) Emissões no montante total de R\$ 425.574.

Visando atender ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia não contratou durante o trimestre sob análise, qualquer prestação de serviços, que não o de auditoria externa, de seus auditores independentes Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Curitiba, 15 de março de 2024.

Evaldo Leandro Perussolo
Diretor PresidenteBalancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Expresso em milhares de Reais - R\$ mil)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante		3.514	2.819	Circulante		3.208	2.196
Caixa e equivalentes de caixa	4	93	149	Dividendos e juros sobre o capital próprio	13, d	1.028	645
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		1.598	594	Bonificações a pagar		114	263
Aplicações em operações interfinanceiras	5	1.598	594	Obrigações sociais e trabalhistas		91	114
Outros créditos		1.795	1.990	Impostos sobre o lucro a pagar		687	99
Adiantamentos	7	26	131	Impostos e contribuições a recolher		143	241
Serviços prestados	6	319	410	Passivo de arrendamento	10	39	60
(-) Provisão para perda esperada	6	(16)	(13)	Receita diferida	11	691	615
Créditos tributários	17, b	105	148	Outras obrigações diversas	12	415	159
Impostos a recuperar	8	1.361	1.314				
Outros valores e bens		28	86	Não Circulante		216	-
Despesas antecipadas		28	86	Impostos diferidos a pagar	17, b	21	21
Não Circulante		8.152	6.027	Outras obrigações diversas	12	195	-
Ativos financeiros registrados pelo valor justo através de outro resultado abrangente		5.097	4.483	Patrimônio líquido		8.242	6.650
Certificado de recebíveis imobiliários	5	5.097	4.483	Capital social	13, a	3.750	3.750
Outros Créditos		2.973	1.404	Reserva legal		339	245
Imposto a Recuperar	8	2.973	1.404	Reserva especial		4.113	2.769
Permanente		82	140	Ajuste a valor de mercado		40	(114)
Imobilizado e intangível	9	43	80				
Bens em arrendamento	10	39	60				
Total do ativo		11.666	8.846	Total do passivo		11.666	8.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Expresso em milhares de Reais - R\$ mil)

	Nota	2023	2022
Receita de serviços prestados líquida		3.381	3.252
(-) Provisão para perda esperada		(3)	(7)
Receita Operacional Líquida	14	3.378	3.245
Despesas com pessoal	15	(1.623)	(1.995)
Despesas administrativas	15	(1.774)	(1.802)
Despesas com depreciação	15	(71)	(80)
Despesas tributárias	15	(231)	(41)
Outras (despesas)/receitas		554	(2)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas de impostos		233	(475)
Receita financeira	16	2.326	2.756
Receitas financeiras líquidas		2.326	2.756
Resultado antes dos impostos		2.559	2.281
Imposto de renda e contribuição social	17	(671)	(525)
Corrente		(687)	(590)
Diferido	13, e	16	65
Lucro do período		1.888	1.756
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico (em R\$)	13, e	0.5035	0.5696
Resultado por ação - diluído (em R\$)		0.5035	0.5696

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Expresso em milhares de Reais - R\$ mil)

	2023	2022
Lucro Líquido Do Exercício	1.888	1.756
Outros Resultados Abrangentes	154	(52)
Marcação a mercado - mudança VJORA	211	(79)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	(57)	27
Resultado abrangente total	2.042	1.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa indireto - para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Expresso em milhares de Reais - R\$ mil)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		1.888	1.756
Resultado do período		1.888	1.756
Ajuste para:			
Depreciações e amortizações	15	71	80
Provisão para perda esperada	6	3	7
Provisão para contingências fiscais	20	195	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social	17	687	590
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(16)	(65)
Benefícios a funcionários		114	57
Variáveis dos ativos e obrigações (Aumento) redução de ativos			
Aplicações financeiras		(1.443)	(1.356)
Serviços prestados a receber		91	(330)
Adiantamentos diversos		105	(21)
Impostos a recuperar		(1.398)	(1.479)
Outros créditos		1	1
Despesas antecipadas		58	(84)
Aumento/ (redução) de passivos			
Obrigações estatutárias		(92)	21
Fornecedores		65	57
Obrigações sociais e trabalhistas		(23)	9
Obrigações fiscais		(249)	(310)
Outros passivos		76	104
Impostos pagos		(175)	(120)
Caixa líquido (utilizado) pelas atividades operacionais		(43)	(1.083)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Baixa de imobilizado	9	8	-
Adições ao bem arrendado	10	(21)	-
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos		(13)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		-	1.000
Pagamento de juros sobre o capital próprio		-	(156)
Pagamento de dividendos		-	(93)
Caixa líquido gerado pela nas atividades de financiamento		-	751
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(56)	(332)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	149	481
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	93	149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Expresso em milhares de Reais - R\$ mil)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial	Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	2.750	157	1.842	(62)	-	4.687
Aumento de capital	1.000	-	-	-	-	1.000
Ajuste a valor de mercado	-	-	-	(52)	-	(52)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.756	1.756
Reserva legal	-	88	-	-	(88)	-
Reserva especial	-	-	1.030	-	(1.030)	-
Dividendos propostos	-	-	(103)	-	-	(103)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(638)	(638)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.750	245	2.769	(114)	-	6.650
Mutações do período	1.000	88	927	(52)	-	1.965
Saldo em 01 de janeiro de 2023	3.750	245	2.769	(114)	-	6.650
Ajuste a valor de mercado	-	-	-	154	-	154
Lucro do período	-	-	-	-	1.888	1.888
Reserva legal	-	94	-	-	(94)	-
Reserva especial	-	-	1.344	-	(1.344)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(450)	(450)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.750	339	4.113	40	-	8.242
Mutações do período	-	94	1.344	154	-	1.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos valores adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - (Expresso em milhares de Reais - R\$ mil)

	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Receitas		4.423	3.777	Pessoal		1.412	1.739
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	14	3.870	3.749	Remuneração direta		858	1.195
Outras receitas		556	35	Benefícios		498	457
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	(3)	(7)	F.G.T.S		56	87
Insumos adquiridos de terceiros		(1.771)	(1.662)	Impostos, taxas e contribuições		1.595	1.291
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.771)	(1.662)	Federais		1.382	1.087
Valor adicionado bruto		2.652	2.115	Municipais		210	204
Depreciação, amortização e exaustão	15	(71)	(80)	Estadual		3	-
Valor adicionado líquido		2.581	2.035	Remuneração de capitais de terceiros		12	5
Valor adicionado recebido em transferência		2.326	2.756	Aluguéis		12	5
Receitas financeiras	16	2.326	2.756	Remuneração de capitais próprios		1.888	1.756
Valor adicionado total a distribuir		4.907	4.791	Dividendos e JCP a bonificar		450	638
Distribuição do valor adicionado		4.907	4.791	Lucros retidos do período		1.438	1.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais - R\$ exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Bari Securitizadora S.A. ("Companhia"), foi constituída em 28 de outubro de 2008 e tem como principais objetivos sociais: (a) a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários. A Companhia está situada no endereço, Avenida Sete de Setembro, 4.781 sobrejato, Curitiba, Estado de Paraná, e mantém uma filial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Em 16 de dezembro de 2013, a Companhia iniciou suas atividades operacionais com a emissão da 1ª série de CRIs. Conforme Art.40 da Resolução CVM nº 60/2022, houve mudança na estrutura de nomenclatura correspondente a um instrumento de emissão. Sendo assim, um determinado patrimônio separado, devendo a companhia securitizadora vincular todas as classes e séries de emissão ao mesmo instrumento de emissão. Cada emissão deve ser numerada de forma sequencial, assim como cada série da mesma classe.

Todos os Certificados de Recebíveis Imobiliários ativos até a data de vigência da norma estão incorporados na primeira emissão e denominados como séries, ou seja, a 1ª emissão contém 62 séries. Atualmente a Companhia detém 62 (sessenta e duas) séries de CRIs da 1ª emissão, no montante total de R\$ 3.291.153, e após a nova norma, foram emitidas 22 (vinte e duas) novas emissões, totalizando 31 (trinta e um) séries de CRIs ativos, no montante total de R\$ 1.002.269.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia teve como realizado a emissão de 13 (treze) emissões, no montante total de R\$ 425.574.

Patrimônio Separado

Emissões lastreadas em direitos creditórios imobiliários, emitidas de forma estrutural, de emissão exclusiva de companhia securitizadora, de livre negociação, e constituem promessa de pagamento em dinheiro, preserva a possibilidade de dação em pagamento e título executivo extrajudicial, representativas de direitos creditórios imobiliários decorrentes dos contratos de compra e venda, vinculados em regime fiduciário para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI.

2 Base da apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 15 de março de 2024.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Julgamento, estimativas e premissas contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: (i) valor justo dos ativos financeiros; (ii) mensuração para perda ao valor recuperável dos ativos; e (iii) premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos na mensuração e reconhecimento de provisões e contingências. Os resultados a serem apurados, quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. A Administração monitora e revisa periodicamente e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

d. Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram apresentadas contendo uma inconsistência, que impactou especificamente na apresentação da reserva especial na DMP - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e do grupo de Dividendos e juros sobre o capital próprio no Passivo Circulante. Para a correção deste erro de apresentação, as demonstrações financeiras do exercício mencionado estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	31/12/2022	Efeito da reapresentação	31/12/2022 - Reapresentado
Circulante		2.093	103	2.196
Dividendos e juros sobre o capital próprio	542	103	-	645
Bonificações a pagar	263	-	-	263
Obrigações sociais e trabalhistas	114	-	-	114
Impostos sobre o lucro a pagar	99	-	-	99
Impostos e contribuições a recolher	241	-	-	241
Passivo de arrendamento	10	60	-	60
Receita diferida	11	615	-	615
Outras obrigações diversas	12	159	-	159
Patrimônio líquido		6.753	(103)	6.650
Capital social	13, a	3.750	-	3.750
Reserva legal		245	-	245
Reserva especial		2.872	(103)	2.769
Ajuste a valor de mercado		(114)	-	(114)
Lucro do exercício	13, f	-	-	-

e. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundo disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicação financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação, principalmente operações compromissadas. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando o valor de mercado.

f. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da

Companhia.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment.

Equipamentos de informática

Móveis, utensílios e equipamentos de uso
Sistema de transporte

g. Ativos Intangíveis

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento

1.1 Receita de serviços
A receita com a prestação de serviços de administração do patrimônio fiduciários é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados, sendo mensurado pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

1.2 Receita de juros
A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é registrada em relação ao principal em aberto e pela taxa de juros efetiva aplicável, que é aquela que desconta os recebimentos estimados de caixa futuros pela vida esperada do ativo financeiro ao valor contábil líquido do ativo.

1.3 Receita de "spread"
O "spread" da operação decorre basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição dos certificados de créditos imobiliários - CCI e o preço de colocação dos Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro imobiliário aplicando determinada taxa de desconto que somente será em parte repassada como forma de remuneração dos CRI, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no "spread" realizado. Dessa forma, não será observado "spread" quando as taxas (preços) de compra e venda dos créditos forem iguais. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

m. Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 9% do lucro tributável. Consideram-se ainda a limitação de 30% do lucro real para a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Impostos diferidos
Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

Adicionalmente, conforme requerido pela legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio devem compor a redução da base de cálculo pelo impacto fiscal reconhecido na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

n. Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, incluindo as emissões de direitos e bônus de subscrição, quando aplicável.

O lucro diluído por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada de ações em circulação, acrescida dos efeitos de todas as ações potenciais. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são consideradas ações potenciais.

Os valores comparativos devem ser ajustados para refletir capitalizações, emissões de bônus de subscrição ou desdobramento de ações. Se essas alterações ocorrem depois das datas dos balanços, mas antes da autorização para emissão das demonstrações financeiras, os cálculos por ação das demonstrações financeiras são baseados no novo número de ações.

o. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como um passivo com base nos dividendos mínimos definidos pelo estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como um passivo quando aprovado pelo Conselho de Administração e ad referendum da Assembleia Geral Ordinária.

p. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

q. Novas normas e interpretações

Em 23 de dezembro de 2021 foi publicada a Resolução CVM nº 60 e em 29 de março de 2022 foi publicada a Resolução CVM nº 80, ambas passaram a vigorar em 2 de maio de 2022, propõem alterações nos documentos e divulgações a serem realizados pela Companhia. A Companhia está em processo de adaptações das referidas resoluções.

Em 2023, a CVM editou e divulgou novas resoluções, conforme listadas a seguir, mas que ainda não entraram em vigor para a referida data base e demonstração financeira da Companhia:

- Resolução CVM 188 - Aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 22, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis;
- Resolução CVM 189 - Aprova a Orientação Técnica OCP/07(R1), que trata da Evidenciação na Divulgação de Relatórios Financeiros para Fins Gerais;
- Resolução CVM 190 - Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 12 (R1) – Ajuste a Valor Presente;
- Resolução CVM 191 - Aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC nº 23, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis;
- Resolução CVM 193 - Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board - ISSB; e
- Resolução CVM 197 - Aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

3 Gestão de risco

Alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

a. Risco de mercado

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco é minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos a serem emitidos e os recebíveis que lhes darão lastro. No que diz respeito à alivida de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de baixo risco, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado.

b. Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes que os levem a não honrar os seus compromissos assumidos com a Companhia. A Companhia não possui cobertura nas emissões de recebíveis realizadas, dessa forma, o risco se torna minimizado e referente às prestações de serviços sobre a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários, emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários ou outro título.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido pela possibilidade de escassez de caixa, o que pode acarretar incapacidade da Companhia honrar seus compromissos de curto prazo.

A Companhia mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade de seus ativos, e do controle do risco adotados como instrumentos de gestão, projeções de liquidez de curto, médio e longo prazo, limites de risco e plano de contingência de liquidez.

d. Risco operacional

Entendido como relacionado à possibilidade de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações e na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou das outras situações adversas que afetem contra o fluxo normal das operações.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Disponibilidade	-	2
Aplicação financeira (i)	93	147
Total	93	149

(i) A aplicação financeira é um resgate automático do saldo em conta corrente, com liquidez imediata.

5 Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	2023	2022
Ativos financeiros		
Aplicações em operações interfinanceiras (i)	1.598	594
Certificado de recebíveis imobiliários	5.097	4.483
Total de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6.695	5.077

(i) Caixa livre aplicado em CDB originado pelas operações da empresa durante o exercício.

(i) Aplicações financeiras avaliadas a valor justo através do resultado

Os títulos classificados como aplicações, são representados por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários. O custo e ajuste ao valor justo são demonstrados na tabela a seguir:

	2023				2022		
	Valor da Curva	Ajuste ao valor justo (no resultado)	Valor justo		Valor da Curva	Ajuste ao valor justo (no resultado)	Valor justo
Certificado de Depósitos Bancários	1.598	-	1.598	594	-	594	
Total	1.598	-	1.598	594	-	594	

(ii) Certificados Recebíveis

A Companhia possui cotas de Certificados Recebíveis Imobiliários, conforme demonstrado abaixo:

	2023				2022		
	Valor de curva	Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangente	Valor justo		Valor de curva	Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangente	Valor justo
Certificados Recebíveis Imobiliário							
10ª Emissão - Série 3 - taxa da operação 14,00%a.a.	IPCA	1.795	42	1.837			
Série 104 - taxa da operação 13%a.a.	IPCA	1.591	(5)	1.586			
12ª Emissão - Série 3 - taxa da operação 7,75%a.a.	IPCA	1.650	24	1.674			
Total		5.036	61	5.097			

Certificados Recebíveis Imobiliário

	2023				2022		
	Valor de curva	Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangente	Valor justo		Valor de curva	Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangente	Valor justo
Série 77 - taxa da operação 35,81%a.a.	IPCA	1.505	(90)	1.415			
Série 104 - taxa da operação 13%a.a.	IPCA	1.548	(59)	1.489			
12ª Emissão - Série 3 - taxa da operação 7,75%a.a.	IPCA	1.603	(24)	1.579			
Total		4.656	(173)	4.483			

(iii) Apresentação dos ativos financeiros por faixa de vencimento

Faixa de vencimento	Ativos financeiros 2023		Ativos financeiros 2022	
	Ativos financeiros 2023	Ativos financeiros 2022	Ativos financeiros 2023	Ativos financeiros 2022
Até 3 meses	-	-	-	-
De 3 meses a 1 ano	-	-	-	-
Acima de 1 ano (a)	-	-	-	-
Certificado de Depósitos Bancários	1.598	594	594	594
Certificados Recebíveis Imobiliário	5.097	4.483	4.483	4.483
Total	6.695	5.077	5.077	5.077

(a) No balanço patrimonial, a alocação por prazo de vencimento considerou, além do prazo contratual destacado acima, a possibilidade de liquidação imediata no montante total de R\$ 1.598 (R\$ 594 em dezembro de 2022).

6 Serviços prestados e provisão para perda esperada

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 319, refere-se a taxas de administração sobre os CRIs (R\$ 410 em 2022). Na análise da Administração que levou em consideração o histórico de pagamentos e a capacidade de liquidação da contraparte, houve a necessidade de constituição de R\$ 16 como provisão para perdas esperadas no exercício (R\$ 13 em 31 de dezembro de 2022).

	2023	2022
Contas a receber	319	410
Provisão para perdas esperadas	(16)	(13)
Total	303	397

A seguir estão apresentados os vencimentos dos saldos de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Vencidas	14	-
Até 30 dias	53	-
31 a 60 dias	-	-
61 a 90 dias	-	-
91 a 180 dias	16	1
Acima de 180 dias	83	14
Total vencidas	236	396
A vencer em até 30 dias	319	410

A movimentação da provisão para perda esperada está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	(13)	(6)
Constituição de provisão	19	(7)
Recebimento / reversão	(22)	-
Saldo no final do exercício	(16)	(13)

7 Adiantamentos

	2023	2022
Adiantamentos e antecipações salariais	4	14
Adiantamentos sobre a estruturação dos CRIs	22	97
Outros adiantamentos	-	20
Total de adiantamentos	26	131

8 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar refletem o atual regime de apuração desses tributos e são realizados por meio da compensação com as obrigações advindas das operações próprias.

	2023	2022
Impostos a compensar (a)	1.361	1.314
Impostos a compensar - IRPJ/CSLL (b)	2.973	1.404
Total de impostos a recuperar	4.334	2.718
Circulante	1.361	1.314
Não Circulante	2.973	1.404

(a) Refere-se substancialmente a imposto de renda retido na fonte de aplicações financeiras.

(b) A Companhia entrou com o pedido de restituição destes créditos perante a receita federal, o qual está em andamento, tendo prazo legal de até 5 anos.

9 Imobilizado e Intangível

Descrição	01/01/2023			Depreciação e amortização (%)	31/12/2023		
	Adições	Baixas	Retorno		Adições	Baixas	Retorno
Móveis e equipamentos	50	(8)	-	(13)	29	-	
Computadores	-	-	-	-	-	-	
Comunicação	-	-	-	-	-	-	
Veículos	25	-	-	(14)	11	-	
Intangível	5	-	-	(2)	3	-	
Total	80	(8)	-	(29)	43	-	

Descrição	01/01/2022			Depreciação e amortização (%)	31/12/2022		
	Adições	Baixas	Retorno		Adições	Baixas	Retorno
Móveis e equipamentos	62	-	-	(12)	50	-	
Computadores	-	-	-	-	-	-	
Comunicação	-	-	-	-	-	-	
Veículos	39	-	-	(14)	25	-	
Intangível	7	-	-	(2)	5	-	
Total	108	-	-	(28)	80	-	

10 Bens em arrendamento

Refere-se ao contrato de aluguel da sede, localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.356, na cidade de São Paulo/SP, com data de contratação em outubro de 2021, tendo um prazo de carência de 3 meses. Sendo assim, o contrato ficará vigente a partir de 1º de janeiro de 2022 e prazo remanescente de 33 meses.

	2023	2022
Saldo em 01 de janeiro de 2023	60	60
(+) Ajustes exercício anterior	(2)	(2)
(-) Amortização	41	41
Saldo em 31 de dezembro de 2023	39	39

	2023	2022
Saldo em 01 de janeiro de 2022	111	111
(-) Amortização	(51)	(51)
Saldo em 31 de setembro de 2022	60	60

11 Receita diferida

Refere-se a taxas de gestão anual dos CRIs, recebidas antecipadamente pelo agente financeiro, que são apropriadas ao resultado em 12 meses.

	2023	2022
Saldo em 01 de janeiro de 2023	615	615
(+) Notas emitidas no exercício a diferir	1.624	1.624
(-) Diferimento de receita no exercício	(1.544)	(1.544)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	699	699

	2023	2022
Saldo em 01 de janeiro de 2022	511	511
(+) Notas emitidas no exercício a diferir	1.221	1.221
(-) Diferimento de receita no exercício	(1.117)	(1.117)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	615	615

12 Outras obrigações diversas

	2023	2022
Circulante	266	74
Provisão para pagamentos de fornecedores	7	-
Valores a pagar a sociedade ligadas	130	85
Credores diversos (a)	12	-
Outros	-	159
Total	415	418

Não Circulante

	2023	2022
Provisão para contingência fiscal (nota 20)	195	-
Total	195	-

(a) Refere-se a recebimentos antecipados.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado, está dividido em 3.750.000 (3.750.000 em 31 de dezembro 2022), ações ordinárias nominativas, sem valor nominal:

	Ações	%	R\$
Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A	3.712.500	99,00	3.713,13
Evaldo Leandro Perussolo	37.500	1,00	37,87
Total	3.750.000	100,00	3.750,00

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações, ordinárias ou preferências, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração.

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, será aplicado 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reserva Especial

A reserva estatutária refere-se à reserva especial para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação em assembleia, observado

Seq.	Código IF	Série	Emissão	Data de emissão	Valor da emissão	Data de vencimento
01	131.0034539	1	1	15/12/2013	32.674	15/09/2028
02	14F028982	3	1	11/06/2014	890.824	04/06/2029
03	14F036792	2	1	27/06/2014	360.000	01/07/2024
04	14G0402725	7	1	30/07/2014	27.877	05/04/2025
05	14I0113144	12	1	18/09/2014	12.000	11/09/2024
06	14I0116922	11	1	24/09/2014	108.600	05/09/2029
07	14K0202980	18	1	26/11/2014	115.144	05/11/2026
08	14L0212067	25	1	22/12/2014	250.000	10/01/2025
09	14I0190559	16	1	23/12/2014	70.000	15/12/2033
10	15A0565059	26	1	28/01/2015	123.119	05/01/2027
11	15C0143526	30	1	25/03/2015	37.782	15/02/2027
12	15C0143523	31	1	25/03/2015	61.344	05/03/2025
13	15C0143594	32	1	30/03/2015	400.000	07/04/2025
14	15D0516793	34	1	22/04/2015	37.500	15/04/2027
15	15E0101859	38	1	19/05/2015	10.869	09/05/2025
16	15E0101858	37	1	22/05/2015	72.000	05/05/2025
17	15E0116874	48	1	27/05/2015	74.400	05/05/2030
18	15E0116640	49	1	27/05/2015	51.692	05/05/2027
19	16E0162907	61	1	19/05/2016	1.935	10/06/2025
20	17B0174140	52	1	17/02/2017	3.929	18/08/2031
21	17I0000001	62	1	10/09/2017	9.697	16/04/2031
22	17I0000002	63	1	10/09/2017	1.202	10/04/2031
23	17I0150400	64	1	17/11/2017	113.660	20/01/2027
24	17K0117676	56	1	24/11/2017	2.700	24/11/2024
25	18I1179520	66	1	21/12/2018	70.000	28/12/2028
26	19G0834961	70	1	21/07/2019	192.260	15/03/2035
27	19H0263644	71	1	27/08/2019	20.937	12/04/2038
28	19K0359589	73	1	01/11/2019	150.000	22/11/2029
29	19L0840477	75	1	23/12/2019	55.472	12/01/2030
30	20I0031094	79	1	27/05/2020	131.756	10/05/2035
31	20F0889770	82	1	26/06/2020	216.444	10/06/2035
32	20E0929816	80	1	01/07/2020	75.929	18/01/2044
33	20G0703083	83	1	22/07/2020	207.343	10/07/2035
34	20G0703191	84	1	22/07/2020	99.823	10/07/2035
35	20H0655880	85	1	28/08/2020	156.145	10/08/2035
36	21A0709257	86	1	20/01/2021	51.829	21/01/2025
37	21C0641790	88	1	31/03/2021	83.747	26/02/2029
38	21D0521612	89	1	28/04/2021	35.256	10/02/2041
39	21D0521769	90	1	28/04/2021	3.917	10/02/2041
40	21F0929727	91	1	30/06/2021	24.731	25/03/2038
41	21F0930158	92	1	30/06/2021	4.364	25/03/2038
42	21H0770120	94	1	26/08/2021	38.637	10/02/2035
43	21H0770156	95	1	26/08/2021	36.507	10/07/2040
44	21I027341	93	1	24/09/2021	158.797	10/09/2041
45	21K0939631	96	1	22/11/2021	150.000	20/11/2024
46	21K0939679	97	1	22/11/2021	52.000	20/11/2024
47	21K0665223	98	1	24/11/2021	126.054	10/11/2041
48	22B0581013	101	1	25/02/2022	13.404	15/02/2032
49	22B0581187	102	1	25/02/2022	3.351	15/02/2032
50	22C0750182	99	1	18/03/2022	55.000	06/04/2032
51	22C0899517	103	1	23/03/2022	27.462	10/03/2041
52	22C0899619	104	1	23/03/2022	3.051	10/03/2041
53	22D0371159	105	1	14/04/2022	81.416	25/03/2042
54	22D0371507	106	1	14/04/2022	41.853	25/04/2047
55	22D0749668	107	1	20/04/2022	10.147	15/05/2032
56	22D0749671	108	1	20/04/2022	3.482	15/05/2032
57	22F0783752	1	3	20/06/2022	86.618	25/06/2042
58	22F0783773	2	3	20/06/2022	44.530	25/04/2047
59	22F0783785	1	4	20/06/2022	72.090	28/06/2027
60	22F0715946	1	2	23/06/2022	76.000	28/06/2027
61	22G1000969	1	7	22/07/2022	23.750	24/03/2027

Seq.	Código IF	Série	Emissão	Data de emissão	Valor da emissão	Data de vencimento
62	22H1104501	1	8	17/08/2022	142.605	26/08/2027
63	22H1704044	1	9	26/08/2022	18.000	26/04/2027
64	22I0095590	1	12	02/09/2022	28.768	10/03/2043
65	22I0095590	2	12	02/09/2022	1.598	10/03/2043
66	22I0095595	3	12	02/09/2022	1.598	10/03/2043
67	22J0070697	1	11	05/10/2022	39.282	17/07/2036
68	22F0781905	1	5	14/10/2022	5.000	23/06/2026
69	22J1206765	1	6	25/10/2022	15.041	20/10/2031
70	22J1202552	1	14	26/10/2022	32.376	10/12/2037
71	22K0643283	109	1	11/11/2022	13.629	18/02/2041
72	22K0643655	110	1	11/11/2022	3.288	12/08/2035
73	22K0643973	111	1	11/11/2022	19.610	10/05/2040
74	22K1045233	112	1	25/11/2022	18.290	10/05/2038
75	22K1045039	113	1	25/11/2022	16.782	25/03/2038
76	22L0001401	2	7	01/12/2022	12.000	24/03/2027
77	22L1607693	1	15	26/12/2022	87.500	16/01/2030
78	22L1564926	1	16	30/12/2022	8.984	25/03/2033
79	22L1565004	2	16	30/12/2022	10.267	25/03/2033
80	22L1565064	3	16	30/12/2022	6.417	25/03/2033
81	23A1253566	1	17	27/01/2023	37.236	18/02/2032
82	23B0509637	1	10	17/02/2023	31.085	10/05/2043
83	23B0509671	2	10	17/02/2023	1.727	10/05/2043
84	23B0509673	3	10	17/02/2023	1.727	10/05/2043
85	23E0002201	3	7	01/03/2023	12.000	24/03/2027
86	23C1221583	1	19	10/03/2023	86.175	27/03/2028
87	23D1175169	1	18	12/04/2023	48.368	25/05/2043
88	23F1241818	2	18	09/06/2023	29.324	25/03/2043
89	23H1539646	1	21	15/08/2023	60.126	15/08/2041
90	23H1234723	1	24	18/08/2023	17.105	15/04/2031
91	23H1578104	114	1	30/09/2023	37.452	25/10/2035
92	23I0000201	4	1	01/10/2023	12.500	24/03/2027
93	23F2995803	1	22	03/10/2023	50.649	25/05/2043

22 Instrumentos financeiros

a. Análise de sensibilidade
Para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração foi realizada a análise de sensibilidade, observando os seguintes percentuais de deterioração considerados na avaliação dos cenários:

(i) Situação considerada provável pela Administração e que já está contemplada na valorização das operações constantes do balanço patrimonial.
(ii) Considera a aplicação de, pelo menos, 25% na variável de risco considerada (tanto de crescimento quanto de queda).
(iii) Considera a aplicação de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada (tanto de crescimento quanto de queda).
O cenário abaixo demonstra a exposição dos instrumentos financeiros com base na aplicação da taxa CDI média anual divulgados pela CETIP para o mês de dezembro de 2023, considerando para efeito líquido desse índice, o prazo de 12 meses, e para as operações indexadas pelo IPCA, o índice divulgado em dezembro de 2023.

Operação	Risco de variação em: Índice DI	Valor Exposto em 31/12/2023	Cenário I Cenário II Cenário III		
			Alta nas taxas pós-fixadas		
Aplicações financeiras CDB	DI	1.598	1%	25%	50%
Certificados Recebíveis Imobiliário	IPCA	5.097	190	235	282
Efeito líquido no resultado			238	294	353
			428	529	635

Operação	Risco de variação em: Índice DI	Valor Exposto em 31/12/2023	Cenário I Cenário II Cenário III		
			Queda nas taxas pós-fixadas		
Aplicações financeiras CDB	DI	1.598	1%	25%	50%
Certificados Recebíveis Imobiliário	IPCA	5.097	(190)	(235)	(282)
Efeito líquido no resultado			(238)	(294)	(353)
			(428)	(529)	(635)

Limitações da análise de sensibilidade

Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas, pois, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.
As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são gerenciados e altamente controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado e conforme os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.
Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

a. Hierarquia do valor justo
A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:
• **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
• **Nível 2** – “Inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
• **Nível 3** – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2023	Nível 2	Total
Aplicações em operações interfinanceiras	1.598	1.598
Certificado de recebíveis imobiliários	5.097	5.103
Total	6.695	6.701

Em 31 de dezembro de 2022	Nível 2	Total
Aplicações em operações interfinanceiras	594	594
Certificado de recebíveis imobiliários	4.483	4.483
Total	5.077	5.077

23 Eventos subsequentes
Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.
Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

24 Dos auditores independentes
Em atendimento à Instrução CVM nº 381, a Bari Securitizadora não contrata e nem tiveram serviços prestados pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. relacionados a essa empresa que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro – Presidente
Enio Fomeu Junior – Conselheiro
Ivo Luiz Roveda – Conselheiro
- DIRETORES**
Evaldo Leandro Perussolo – Diretor Presidente
Ana Carolina Marcondes de Castro – Diretora de Operação de Securitização
Mateus Vargas Fogaça – Diretor de Compliance
- RESPONSÁVEL TÉCNICA**
Cristiane Aparecida Damrat – Contadora CRCPR 063966/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Bari Securitizadora S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bari Securitizadora S.A. (“Securitizadora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bari Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Securitizadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recitas de serviços prestados
Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a principal atividade da Securitizadora é a aquisição e a securitização de Certificado de Recebíveis Imobiliários. No âmbito de sua atividade, conduz a estruturação, emissão e a colocação das operações de securitização. Além disso, é a responsável pelo gerenciamento destes recebíveis, bem como os respectivos pagamentos aos investidores. Devido à relevância desta transação para a Securitizadora, e o gerenciamento do reconhecimento, mensuração e adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser o processo de reconhecimento de receitas, além de área crítica e de risco, tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações financeiras da Securitizadora, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras
Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros: (i) o entendimento dos controles internos e procedimentos considerados relevantes no processo de mensuração das receitas a serem reconhecidas; (ii) o entendimento dos controles internos e procedimentos considerados relevantes no processo de cobrança e controle dos valores a receber de relativos a prestação dos serviços; (iii) testes amostrais de recálculo dos valores apropriados como receitas e inspeção dos documentos comprobatórios das transações que originaram as receitas reconhecidas no resultado, bem como seus respectivos comprovantes de liquidação; e (iv) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, consideramos que os critérios adotados pela Securitizadora para mensuração e reconhecimento dessas receitas foram adequados no contexto das demonstrações

financeiras da Securitizadora.

Ênfase
Reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 2.d, referente à reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2022. Essas demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas em conformidade com os requisitos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, objetivando corrigir erros identificados em exercício anterior e, portanto, refletir os ajustes de contabilização realizados para melhor representar a realidade das demonstrações financeiras da Companhia quanto à distribuição de Dividendos e juros sobre o capital próprio. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Securitizadora, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Securitizadora. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor

Documento final gerado em 22/03/2024 07:16:02

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 94c7d5d974c4b5417bf4ea784e85c7856a961d67648d0c386584e74089a3d178



Assinatura

Assinado em: 22/03/2024 07:16:18

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 09570162000130

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: b319b9397e2ffaf72b7908f600c88f00



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.113.244, 172.31.16.189	-25.4541824,-49.2568576	Curitiba	80215-230	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 123.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 983/2020. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.





Demonstrações Financeiras 2023





UNIDAS LOCAÇÕES E SERVIÇOS S.A.
CNPJ: 75.609.123/0069-11 | SEDE: Rua João Chede, nº 3.136



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Completamos 2023 como a terceira maior empresa do setor de locação de frota no país, resultado da combinação dos negócios de Gestão e Terceirização de Frotas (GTF) e Aluguel de Veículos (RAC), que se iniciou em outubro de 2022, com a aquisição da Unidas Locadora S.A. pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos, e pela *reestruturação societária*, em julho de 2023, quando a Unidas Locadora S.A. passou a ser uma subsidiária integral da Unidas Locações.

Iniciando pelos números do 4T23, apresentamos resultados financeiros consistentes, com crescimento em receita líquida e EBITDA comparados com o mesmo período do exercício de 2022. Este resultado é decorrente de crescimento orgânico resultante dos investimentos em renovação e expansão de frota para locação, bem como do aumento em vendas de ativos seminovos resultantes do ciclo natural de renovação e rejuvenescimento da frota.

Encerramos o 4T23, com 118,5 mil ativos em nossa frota, um crescimento de 172,1% sobre o 4T22. Como resultado, a receita líquida consolidada foi de R\$ 1.515,8 milhões, 320,2% superior ao 4T22, sendo R\$ 392,0 milhões em Gestão e Terceirização de Frotas, R\$ 492,8 milhões em Aluguel de Veículos e R\$ 631,1 milhões em Venda de Ativos. O EBITDA evoluiu 165,0%, chegando a R\$ 489,3 milhões, fruto do crescimento em receita líquida e da melhoria em margem nos segmentos de locação.

O prejuízo líquido no 4T23 foi de R\$ 88,1 milhões, impactado pela reavaliação do *book value* dos ativos da frota de veículos leves no valor total de R\$ 190,2 milhões, efeito este decorrente do impacto da Medida Provisória nº 1.175 que afetou diretamente o preço dos veículos seminovos. O lucro líquido ajustado, representado pelo prejuízo do período ajustado pelo efeito da Medida Provisória, foi de R\$ 37,4 milhões, um crescimento de 154,9% sobre 4T22.

Para o ano de 2023, a receita líquida consolidada foi de R\$ 3.960,5 milhões, 188,0% superior ao ano de 2022, sendo R\$ 1.349,7 milhões em Gestão e Terceirização de Frotas, R\$ 941,4 milhões em Aluguel de Veículos e R\$ 1.669,4 milhões em Venda de Ativos. Este crescimento foi impulsionado pela excelente performance em Gestão e Terceirização de Frotas, a partir do crescimento de receita de 40,2% em comparação a 2022, com forte ganho em margem, além da *reestruturação societária* ocorrida em julho de 2023.

O EBITDA evoluiu 120,9% frente ao ano anterior, chegando a R\$1.589,5 milhões. O lucro líquido, atingiu R\$ 101,7 milhões. O lucro líquido ajustado, representado pelo lucro líquido do exercício ajustado pelo efeito da Medida Provisória, foi de R\$ 227,2 milhões, um crescimento de 122,4% se comparado a 2022. Além dos resultados financeiros, podemos destacar outras importantes conquistas da Unidas no 4T23. A Fitch Ratings Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda. elevou o Rating da Unidas para 'AA.br', o que representa uma segunda elevação de rating consecutiva desde 2021 e que atesta a solidez financeira da Companhia. A Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda. ("Moody's Local") também elevou o nosso Rating para 'AA.br'.

Ainda no trimestre, recebemos o 2º Prêmio Visão Agro, que busca honrar aqueles que se sobressaíram nas esferas de transformação e produção do agronegócio, reafirmando nosso compromisso com a excelência em um dos setores mais relevantes para o país, e o Prêmio Empresa Pró Etica 2022-2023, reconhecimento do fortalecimento do compromisso da Companhia com as melhores práticas, políticas e ações que reduzem os riscos de ocorrência de fraude e de corrupção.

A companhia ficou na 32ª posição da lista anual das 100 marcas mais valiosas do Brasil, ganhando três posições em relação ao ranking do ano passado. O ranking é elaborado pelo tradicional relatório da consultoria inglesa *Brand Finance*, que avalia todos os anos mais de 5 mil das maiores marcas do mundo. Também fomos contemplados pelo prêmio *Great Place To Work Brasil*, como sendo a 3ª melhor empresa para trabalhar em Minas Gerais, a 6ª melhor no Paraná e ficamos entre as 50 melhores no ranking nacional.

A partir dos resultados alcançados no trimestre e no ano, estamos construindo uma Companhia cada vez mais sólida e pronta para a continuidade dos negócios e das operações de forma sustentável. Gostaria de agradecer a confiança de nossos clientes, fornecedores e colaboradores por estarem juntos conosco durante este período. Seguimos confiantes e otimistas com o futuro e comprometidos com nosso propósito de simplificar a vida dos nossos clientes com soluções completas, inovação em aluguel de ativos e serviços confiáveis, visando garantir a perpetuidade de nossa empresa, o retorno aos nossos acionistas, retribuição à sociedade e um serviço de alta qualidade a nossos clientes.

Para o ano de 2023, a receita líquida consolidada foi de R\$ 3.960,5 milhões, 188,0% superior ao ano de 2022, sendo R\$ 1.349,7 milhões em Gestão e Terceirização de Frotas, R\$ 941,4 milhões em Aluguel de Veículos e R\$ 1.669,4 milhões em Venda de Ativos. Este crescimento foi impulsionado pela excelente performance em Gestão e Terceirização de Frotas, a partir do crescimento de receita de 40,2% em comparação a 2022, com forte ganho em margem, além da *reestruturação societária* ocorrida em julho de 2023.

O EBITDA evoluiu 120,9% frente ao ano anterior, chegando a R\$1.589,5 milhões. O lucro líquido, atingiu R\$ 101,7 milhões. O lucro líquido ajustado, representado pelo lucro líquido do exercício ajustado pelo efeito da Medida Provisória, foi de R\$ 227,2 milhões, um crescimento de 122,4% se comparado a 2022. Além dos resultados financeiros, podemos destacar outras importantes conquistas da Unidas no 4T23. A Fitch Ratings Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda. elevou o Rating da Unidas para 'AA.br', o que representa uma segunda elevação de rating consecutiva desde 2021 e que atesta a solidez financeira da Companhia. A Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda. ("Moody's Local") também elevou o nosso Rating para 'AA.br'.

Ainda no trimestre, recebemos o 2º Prêmio Visão Agro, que busca honrar aqueles que se sobressaíram nas esferas de transformação e produção do agronegócio, reafirmando nosso compromisso com a excelência em um dos setores mais relevantes para o país, e o Prêmio Empresa Pró Etica 2022-2023, reconhecimento do fortalecimento do compromisso da Companhia com as melhores práticas, políticas e ações que reduzem os riscos de ocorrência de fraude e de corrupção.

A companhia ficou na 32ª posição da lista anual das 100 marcas mais valiosas do Brasil, ganhando três posições em relação ao ranking do ano passado. O ranking é elaborado pelo tradicional relatório da consultoria inglesa *Brand Finance*, que avalia todos os anos mais de 5 mil das maiores marcas do mundo. Também fomos contemplados pelo prêmio *Great Place To Work Brasil*, como sendo a 3ª melhor empresa para trabalhar em Minas Gerais, a 6ª melhor no Paraná e ficamos entre as 50 melhores no ranking nacional.

A partir dos resultados alcançados no trimestre e no ano, estamos construindo uma Companhia cada vez mais sólida e pronta para a continuidade dos negócios e das operações de forma sustentável. Gostaria de agradecer a confiança de nossos clientes, fornecedores e colaboradores por estarem juntos conosco durante este período. Seguimos confiantes e otimistas com o futuro e comprometidos com nosso propósito de simplificar a vida dos nossos clientes com soluções completas, inovação em aluguel de ativos e serviços confiáveis, visando garantir a perpetuidade de nossa empresa, o retorno aos nossos acionistas, retribuição à sociedade e um serviço de alta qualidade a nossos clientes.

Para o ano de 2023, a receita líquida consolidada foi de R\$ 3.960,5 milhões, 188,0% superior ao ano de 2022, sendo R\$ 1.349,7 milhões em Gestão e Terceirização de Frotas, R\$ 941,4 milhões em Aluguel de Veículos e R\$ 1.669,4 milhões em Venda de Ativos. Este crescimento foi impulsionado pela excelente performance em Gestão e Terceirização de Frotas, a partir do crescimento de receita de 40,2% em comparação a 2022, com forte ganho em margem, além da *reestruturação societária* ocorrida em julho de 2023.

O EBITDA evoluiu 120,9% frente ao ano anterior, chegando a R\$1.589,5 milhões. O lucro líquido, atingiu R\$ 101,7 milhões. O lucro líquido ajustado, representado pelo lucro líquido do exercício ajustado pelo efeito da Medida Provisória, foi de R\$ 227,2 milhões, um crescimento de 122,4% se comparado a 2022. Além dos resultados financeiros, podemos destacar outras importantes conquistas da Unidas no 4T23. A Fitch Ratings Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda. elevou o Rating da Unidas para 'AA.br', o que representa uma segunda elevação de rating consecutiva desde 2021 e que atesta a solidez financeira da Companhia. A Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda. ("Moody's Local") também elevou o nosso Rating para 'AA.br'.

Ainda no trimestre, recebemos o 2º Prêmio Visão Agro, que busca honrar aqueles que se sobressaíram nas esferas de transformação e produção do agronegócio, reafirmando nosso compromisso com a excelência em um dos setores mais relevantes para o país, e o Prêmio Empresa Pró Etica 2022-2023, reconhecimento do fortalecimento do compromisso da Companhia com as melhores práticas, políticas e ações que reduzem os riscos de ocorrência de fraude e de corrupção.

A companhia ficou na 32ª posição da lista anual das 100 marcas mais valiosas do Brasil, ganhando três posições em relação ao ranking do ano passado. O ranking é elaborado pelo tradicional relatório da consultoria inglesa *Brand Finance*, que avalia todos os anos mais de 5 mil das maiores marcas do mundo. Também fomos contemplados pelo prêmio *Great Place To Work Brasil*, como sendo a 3ª melhor empresa para trabalhar em Minas Gerais, a 6ª melhor no Paraná e ficamos entre as 50 melhores no ranking nacional.

A partir dos resultados alcançados no trimestre e no ano, estamos construindo uma Companhia cada vez mais sólida e pronta para a continuidade dos negócios e das operações de forma sustentável. Gostaria de agradecer a confiança de nossos clientes, fornecedores e colaboradores por estarem juntos conosco durante este período. Seguimos confiantes e otimistas com o futuro e comprometidos com nosso propósito de simplificar a vida dos nossos clientes com soluções completas, inovação em aluguel de ativos e serviços confiáveis, visando garantir a perpetuidade de nossa empresa, o retorno aos nossos acionistas, retribuição à sociedade e um serviço de alta qualidade a nossos clientes.

2 RESULTADOS COMBINADOS

A Unidas Locadora S.A., empresa que desenvolve nosso negócio de Aluguel de Veículos (RAC), foi adquirida em outubro de 2022 pelo fundo de investimentos Cedar FIP sob a administração e gestão da Brookfield Brasil Asset Management Investimentos. Em julho de 2023 efetuamos uma *reorganização societária*, em que a Unidas Locadora passou a ser uma subsidiária integral da Unidas Locações. A reorganização societária faz parte do processo de consolidação da marca Unidas.

Estrutura Após a Reorganização Societária



No 4T23, além dos eventos regulares do negócio, destacamos também os efeitos provenientes da Medida Provisória nº 1.175/2023 anunciado em junho de 2023 pelo Governo Federal, conforme quadro abaixo. Esta Medida Provisória foi um programa que concedeu incentivos à indústria automotiva para fomentar a demanda por carros novos através da concessão de descontos voltados inicialmente para pessoas físicas, em carros com preço até R\$ 120 mil, financiados por créditos tributários concedidos às montadoras. A redução nos preços dos carros novos impactou diretamente nos preços de carros seminovos e, mesmo após caducidade da Medida Provisória, o preço dos veículos se manteve em queda.

Descrição (R\$ milhões)	Impacto EBITDA	Impacto EBIT	Impacto Lucro Líquido
Impairment do estoque disponível para venda	25,1	25,1	16,5
Depreciação adicional	-	165,1	109,0
Total	25,1	190,2	125,5

3 DESTAQUES 4T23 e 2023

Destaque Operacionais e Financeiros (R\$ Milhões)	4T23	4T22	Variação 4T23 x 4T22	2023	2022	Variação 2023 x 2022
Frota Total no Final do Período (Und)	118.466	43.541	172,1%	118.466	43.541	172,1%
Receita Líquida de Gestão e Terceirização de Frotas	392,0	282,4	38,8%	1.349,7	962,6	40,2%
Receita Líquida de Aluguel de Veículos	492,8	-	-	941,4	-	-
Receita Líquida de Venda de Ativos	631,1	78,4	705,4%	1.669,4	412,6	304,6%
Receita Líquida	1.515,8	360,8	320,1%	3.960,5	1.375,2	188,0%
Resultado Bruto	261,3	144,3	81,0%	1.079,0	541,7	99,2%
Margem Bruta (%)	17,2%	40,0%	-22,8 p.p.	27,2%	39,4%	-12,1 p.p.
Lucro Líquido (Prejuízo)	-88,1	14,7	-700,6%	101,7	102,1	0,4%
Margem Líquida (%)	-5,8%	4,1%	-9,9 p.p.	2,6%	7,4%	-4,9 p.p.
Lucro Líquido Ajustado	37,4	14,7	154,9%	227,2	102,1	122,4%
Margem Líquida Ajustada (%)	2,5%	4,1%	-1,6 p.p.	5,7%	7,4%	-1,7 p.p.
EBITDA	489,3	184,6	165,0%	1.589,5	719,4	120,9%
Margem EBITDA (%)	32,3%	51,2%	-18,9 p.p.	40,1%	52,3%	-12,2 p.p.
EBITDA Ajustado	514,4	184,6	178,6%	1.614,6	719,4	124,4%
Margem EBITDA Ajustado (%)	33,9%	51,2%	-17,3 p.p.	40,8%	52,3%	-11,5 p.p.
Dívida Líquida	7.321,4	2.767,8	164,5%	7.321,4	2.767,8	164,5%

4 DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO

A Companhia é uma das maiores locadoras brasileiras de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves, com 50 anos de história e ampla experiência na locação e na venda dos ativos seminovos. O negócio de locação se divide em duas modalidades, que visam a atender as necessidades dos clientes, sejam pessoas físicas ou jurídicas, com soluções de curto, médio e longo prazos, a partir de canais diversificados de venda e atendimento. São estas a Gestão e Terceirização de Frotas (GTF), que é voltada para contratos de máquinas, equipamentos pesados e veículos leves de médio e longo prazos (com prazos que chegam até oito anos de duração), e o Aluguel de Veículos (RAC) por meio da Unidas Locadora, voltada para locação de veículos leves de curto período.

Somos uma locadora multimarca de veículos leves, máquinas e equipamentos pesados, com relacionamento junto aos principais fabricantes brasileiros e internacionais. O volume de frota anual por nós negociados é expressivo, o que nos garante poder de negociação diferenciado, possibilitando aos nossos clientes preços competitivos e flexibilidade na escolha dos equipamentos.

A venda de ativos seminovos é um negócio complementar, que tem por objetivo apoiar a renovação dos ativos após a conclusão dos contratos de locação e seus ciclos de utilização planejados. Os veículos são disponibilizados para venda em lojas e demais canais de revenda, gerando caixa para renovação da frota. A seguir, estão descritas as principais atividades exercidas pela Companhia e suas controladas, por segmento, considerando o disposto acima.

4.1 Gestão e Terceirização de Veículos Leves
A unidade de negócios de gestão e terceirização de veículos leves, que atende a clientes pessoa física e jurídica, possui atuação nacional, e contratos de médio e longo prazos.
A gestão e terceirização de frota contempla mais que a simples locação do ativo. A Companhia oferece aos seus clientes a gestão de serviços acessórios que inclui, entre outros itens, a administração de infrações e de multas de trânsito, licenciamento anual dos veículos, sinistros, seguros, serviços de assistência 24 horas, telemetria e gestão de combustível. Nas situações de veículos avariados,

sinistrados ou em paradas para manutenções, são disponibilizados veículos substitutos, similares, a fim de assegurar a continuidade operacional dos clientes. Os itens que compõem a terceirização de veículos leves são: carros populares, utilitários, carros executivos e vans.

As montadoras instaladas no Brasil constituem os principais fornecedores da Companhia. Junto a eles, são adquiridos os veículos para renovação e expansão da frota da Companhia. O extenso relacionamento com as montadoras e o volume representativo de compras permite que as negociações sejam realizadas a cada compra, possibilitando maior competitividade nos preços.

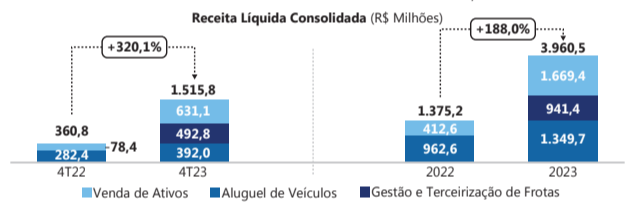
4.2 Gestão e Terceirização de Máquinas e Equipamentos Pesados
A unidade de negócio de gestão e terceirização de máquinas e equipamentos pesados tem foco nos segmentos de transporte rodoviário, agronegócio, saneamento, infraestrutura, construção civil, industrial, florestal, mineração, portos, entre outros, com atuação nacional a clientes pessoa jurídica contemplando contratos que variam entre três e oito anos.
São os principais equipamentos componentes dessa unidade: caminhões, tratores, escavadeiras, pás-carregadeiras, empilhadeiras, rebocadores, retroescavadeiras, motorveladoras, equipamentos para plantio e colheita do agronegócio, minicarregadeiras, entre outros.
Para a locação dos itens de máquinas e equipamentos pesados, principalmente caminhões, tratores, colhedoras e pás-carregadeiras, a Companhia atua de forma proativa junto aos principais fornecedores por meio de reservas antecipadas. Isso permite a redução do prazo de entrega desses ativos e a exposição ao risco de fornecimento em períodos de alta demanda. A Companhia acredita que essa agilidade é um importante fator considerado pelo cliente na tomada de decisão de locação. Além de gestão e terceirização de frota, a Unidas Locações oferece serviços de manutenção e gestão de operações.

4.3 Aluguel de Veículos (RAC)
A Companhia desenvolve, através de suas subsidiárias, as atividades de aluguel de veículos de curto prazo. A Unidas Aluguel de Carros oferece seus serviços do negócio de aluguel de carros para pessoas físicas e jurídicas por meio de diferentes canais, de acordo com o perfil do cliente.
As pessoas físicas são atendidas diretamente ou por meio de agências de viagem, operadores de turismo e parceiros comerciais, organizando suas vendas por meio de lojas próprias e de franquias, central de reservas 0800, publicidade online e offline, website e parcerias comerciais.
Os clientes pessoa jurídica, por sua vez, são atendidos direta e indiretamente através de agências de viagem e operadoras de turismo, principalmente por meio da coordenação de esforços entre a força de vendas direta e a estrutura de venda dos franqueados.

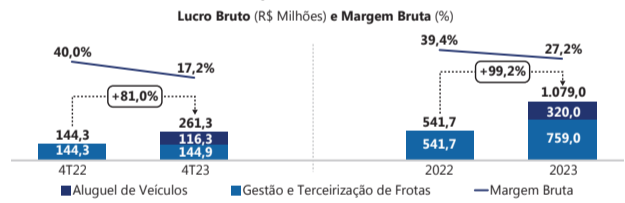
4.4 Seminovos
A Unidas Seminovos é a unidade de negócios da Unidas especializada na venda de veículos leves e pesados, máquinas e equipamentos, oriundos das operações de locação. A empresa conta com um time totalmente dedicado a receber e avaliar os ativos desmobilizados. Tudo com a segurança e a experiência de quem está há mais de 50 anos no mercado.
Nossos principais canais de venda são:
• Atacado: vendas destinadas aos revendedores e às concessionárias.
• Varejo: venda das máquinas, equipamentos pesados e veículos leves desmobilizados ao comprador final.
• Venda direta ao condutor: trata-se da venda direta de nossos veículos para os clientes ao final dos contratos de terceirização.

5 COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

5.1 Receita Líquida
A receita líquida consolidada cresceu 320,1% no 4T23 frente ao mesmo período no ano anterior, alcançando R\$ 1.515,8 milhões. Em 2023, a receita líquida cresceu 188,0% frente ao ano anterior, atingindo R\$ 3.960,5 milhões. Esses resultados são impulsionados por todos os segmentos de negócio e pela maior venda de ativos usados, que faz parte do ciclo de renovação e rejuvenescimento da frota. Os crescimentos também se devem à *reestruturação societária* entre a Unidas Locações e a Unidas Locadora ocorrida em julho de 2023.
No segmento de Gestão Terceirização de Frotas (GTF) a receita líquida alcançou R\$ 392,0 milhões no 4T23, o que representa um crescimento de 38,8% em relação ao mesmo período no ano anterior, reflexo do aumento do número de contratos e do ticket médio de locação. Em 2023, a receita de GTF foi de R\$ 1.349,7 milhões, um aumento de 40,2% em relação ao ano de 2022.
No segmento de Aluguel de Veículos (RAC), a receita líquida atingiu R\$ 492,8 milhões no 4T23, e 941,4 milhões no ano de 2023.
A receita de Venda de Ativos alienados para renovação da frota encerrou o 4T23 em R\$ 631,1 milhões e o ano de 2023 em R\$ 1.669,4 milhões, crescimento de 705,4% e 304,6% respectivamente.



5.2 Lucro Bruto e Margem Bruta
O lucro bruto consolidado atingiu R\$ 261,3 milhões no 4T23 e R\$ 1.079,0 milhões em 2023, apresentando crescimento de 81,0% e 99,2% respectivamente em relação aos mesmos períodos do ano anterior. A margem bruta foi de 17,2% no 4T23, e 27,2% em 2023. A queda na margem bruta é proveniente principalmente do efeito da Medida Provisória nº 1.175/2023 anunciado em junho de 2023 pelo Governo Federal.
No segmento de Gestão e Terceirização de Frotas (GTF), o lucro bruto alcançou R\$ 144,9 milhões no 4T23, atingindo R\$ 759,0 milhões no acumulado do ano, um crescimento de 40,1% quando comparado ao ano anterior.
No segmento de Aluguel de Veículos (RAC), o lucro bruto totalizou o montante de R\$ 116,3 milhões no 4T23, e em 2023, 320,0 milhões com margem bruta de 12,2% e 17,0% no ano.



5.3 Despesas Operacionais
As receitas e despesas operacionais foram maiores no 4T23 e em 2023 devido ao crescimento da Companhia a partir da *reestruturação societária* ocorrida em julho de 2023.

Receitas (despesas) operacionais (R\$ Milhões)	4T23	4T22	Variação 4T23 x 4T22 (R\$)	2023	2022	Variação 2023 x 2022 (R\$)
Vendas	(71,4)	(11,6)	(59,8)	(141,1)	(23,1)	(118,0)
Administrativas e gerais	(92,3)	(24,4)	(67,9)	(188,1)	(79,5)	(108,6)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	0,2	(2,2)	2,4	61,5	(3,0)	64,5
Total	(163,5)	(38,2)	(125,3)	(267,7)	(105,7)	(162,1)

5.4 EBIT, EBIT Ajustado, Margem EBIT e Margem EBIT Ajustado
O EBIT consolidado atingiu R\$ 97,8 milhões no 4T23, apresentando uma queda de 7,8% frente ao ano anterior. A queda está relacionada à reavaliação do *book value* dos carros da nossa frota devido à Medida Provisória nº 1.175, com efeito de R\$ 190,2 milhões. Em 2023, o EBIT consolidado atingiu R\$ 811,2 milhões, apresentando crescimento de 86,0%. O EBIT Ajustado, representado pelo EBIT ajustado pelo efeito da Medida Provisória, foi de R\$ 227,2 milhões no 4T23, apresentando um crescimento de 171,4% com relação ao mesmo período no ano anterior. Em 2023, o EBIT Ajustado foi de R\$ 1.001,4 milhões, um crescimento de 129,6%.

(R\$ milhões)	4T23	4T22	Variação 4T23 x 4T22 (R\$)	2023	2022	Variação 2023 x 2022 (R\$)
(+) Lucro Líquido do período	(88,1)	14,7	(102,8)	101,7	102,1	(0,4)
(+) Resultado financeiro líquido	242,9	82,7	160,1	681,1	278,6	402,5
(+) Imposto de renda e contribuição social	(57,0)	8,7	(65,7)	28,4	55,3	(26,9)
EBIT	97,8	106,1	(8,3)	811,2	436,1	375,2
(+) Efeito da Medida Provisória nº 1.175/2023	190,2	-	-	190,2	-	-
EBIT Ajustado	288,0	106,1	181,9	1.001,4	436,1	565,3
Margem EBIT	6,5%	29,4%	20,5%	31,7%		
Margem EBIT Ajustado	19,0%	29,4%	25,3%	31,7%		

5.5 EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado
O EBITDA consolidado atingiu R\$ 489,3 milhões no 4T23 e R\$ 1.589,5 milhões em 2023, apresentando crescimento de 165,0% e 120,9% respectivamente, em relação aos mesmos períodos do ano anterior. A margem EBITDA foi de 32,3% no 4T23 e 40,1% em 2023, uma redução de 18,9 p.p. e 12,2 p.p. comparados aos mesmos períodos de 2022 respectivamente, fundamentalmente impactada pela piora no resultado em Venda de Ativos devido à queda de preços dos carros usados ao longo de 2023, impulsionados pela Medida Provisória nº 1.175. O EBITDA Ajustado no 4T23 foi de R\$ 514,4 milhões, com crescimento de 178,6% em relação ao 4T22, e em 2023 o EBITDA Ajustado foi de R\$ 1.614,6 milhões, com crescimento de 124,4% em relação ao exercício de 2022.

(R\$ Milhões)	4T23	4T22	Variação 4T23 x 4T22 (R\$)	2023	2022	Variação 2023 x 2022 (R\$)
(+) Lucro Líquido do período	(88,1)	14,7	(102,8)	101,7	102,1	(0,4)
(+) Resultado financeiro líquido	242,9	82,7	160,1	681,1	278,6	402,5
(+) Imposto de renda e contribuição social	(57,0)	8,7	(65,7)	28,4	55,3	(26,9)
(+) Depreciação e amortização	391,5	78,5	313,0	778,3	283,4	494,9
EBITDA	489,3	184,6	304,7	1.589,5	719,4	870,1
(+) Efeito da Medida Provisória nº 1.175/2023	25,1	-	-	25,1	-	-
EBITDA Ajustado	514,4	184,6	329,8	1.614,6	719,4	895,2
Margem EBITDA	32,3%	51,2%	40,1%	52,3%		
Margem EBITDA Ajustado	33,9%	51,2%	40,8%	52,3%		

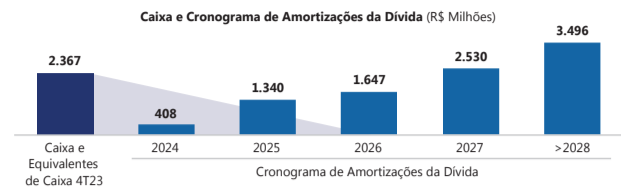
5.6 Resultado Financeiro
O resultado financeiro líquido no 4T23 aumentou 193,6% comparado a 4T22. No ano de 2023, o resultado financeiro líquido cresceu 144,5% em relação a 2022. O crescimento se deve principalmente ao crescimento da dívida líquida devido à *reestruturação societária* e aos investimentos em renovação e expansão de frota.

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	4T23	4T22	Variação 4T23 x 4T22 (R\$)	2023	2022	Variação 2023 x 2022 (R\$)
Receitas financeiras	94,1	45,9	48,2	221,1	125,2	95,9
Despesas financeiras	(336,9)	(128,6)	(208,3)	(902,3)	(403,9)	(498,4)
Resultado Financeiro Líquido	(242,9)	(82,7)	(160,1)	(681,1)	(278,6)	(402,5)

★ continuação

Unidas Locações e Serviços S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023



7 REDE DE ATENDIMENTO

Encerramos o 4T23 com 178 lojas próprias de aluguel de carros. Em seminovos, a rede encerrou o trimestre com 44 lojas, sendo 35 de varejo e 9 de atacado.

8 RECURSOS HUMANOS

A companhia encerrou o 4T23 com 4.727 colaboradores, crescimento de 176,9% quando comparado ao 4T22. O crescimento se deu principalmente pela reestruturação societária, e em operações ao crescimento de frota e de operações com serviços.

Colaboradores	4T23	4T22	Variação
SG&A	1.417	641	121,1%
Operações	3.310	1.066	210,5%
TOTAL	4.727	1.707	176,9%

A Unidas acredita que seus colaboradores são a chave para os resultados de sucesso alcançados. Em empresas de prestação de serviços, a qualidade do serviço é o grande diferencial. Desta forma, a empresa investe continuamente na capacitação e desenvolvimento profissional dos colaboradores, além de manter um ambiente saudável e ético.

9 ESG

9.1 Direção ESG

O compromisso com a agenda ESG é um princípio fundamental da companhia e parte integrante da nossa estratégia. Respeitamos o meio ambiente e as comunidades do entorno das nossas operações, cuidamos da segurança, saúde e bem-estar dos nossos colaboradores e pautamos todas as nossas iniciativas com base em princípios éticos e de compliance.

- O Direção ESG, novo posicionamento da estratégia ESG da Unidas contempla 3 pilares:
 - Equilibrar a eficiência que nos move.
 - Ser a sinergia que nos move.
 - Guiar a gestão que nos inspira.

Esse trabalho definiu compromissos e ambições ESG 2024-2028, estruturado em 7 pilares estratégicos: finanças, pessoas, experiência do cliente, cultura corporativa, segurança cibernética, eficiência e governança, contemplados por 6 grupos de trabalho, com métricas de acompanhamento coordenados pelo comitê diretivo liderado pelo CEO da Companhia.

Algumas iniciativas do Direção ESG aconteceram no 4T23, entre elas a *Compliance Week*, uma semana envolvente e inspiradora que explorou os pilares da ética, integridade e transparência, através de palestras, vídeos educativos e quiz.

Ao longo de 2023, promovemos uma série de treinamentos com temáticas diversas e específicas, tais como: Assédio e Discriminação, Conduta Ética, Avaliação de Riscos, Canal Confidencial entre outras. Esses treinamentos impactaram diretamente todos os nossos colaboradores, alta liderança, fornecedores e parceiros.

Além disso, celebramos com orgulho mais um ciclo de reconhecimento como Empresa Pró-Ética (2022/2023). O Pró-Ética, simbolizando a colaboração entre setores público e privado, impulsiona nosso compromisso contínuo em construir um ambiente corporativo íntegro, ético e transparente. Esta conquista só reforça nossa convicção de que estamos firmemente na direção certa para alcançar as nossas ambições. Juntos, estamos moldando o futuro com integridade e excelência.

No mês de novembro/23 demos mais um importante passo com o lançamento da página Direção ESG (https://p.unidas.com.br/direcao-esg). Neste canal, compartilhamos nossos projetos que traduzem nossos compromissos em ações.

9.2 Relatório de Sustentabilidade

Pautada na transparência com seus stakeholders, a Companhia elaborou o seu Relatório de Sustentabilidade Integrado, onde identificou 10 temas materiais que foram reportados e publicado no mês de novembro de 2023 para todos os nossos stakeholders internos e externos. O Relatório de Sustentabilidade Integrado 2024 já está sendo elaborado com o apoio de uma consultoria externa, onde concluímos o estudo de materialidade, realizado por meio de questionários e entrevistas com clientes, fornecedores, terceiro setor, executivos e colaboradores, e será publicado ao longo de 2024.

9.3 Meio Ambiente: Inventário de Emissões

Seguindo os compromissos e ambições previstos no Direção ESG, concluímos o inventário de emissões de GEE (gases de efeito estufa), nos escopos 1 e 2 que englobam as emissões diretas liberadas das nossas operações e as emissões indiretas provenientes da energia elétrica consumida pela companhia. Quanto às emissões do escopo 3, provenientes da cadeia de valor da Unidas, o estudo será concluído ao longo de 2024. Para este processo, também contamos com o apoio de uma consultoria para coleta e análise dos dados das emissões.

Em parceria com o SEST SENAT, iniciamos o Programa Despoluir nas operações Suzano Três Lagoas, Suzano Imperatriz, UCP e UEL. Uma das ações do Despoluir de maior destaque é a Avaliação Veicular Ambiental, que tem como propósito melhorar a qualidade do ar através da avaliação do diesel utilizado, cuidar da saúde dos trabalhadores e estimular o uso racional de combustíveis.

9.4 Social: Segurança, Saúde e Bem-estar

A fim de proporcionar um ambiente seguro, a Unidas reforça suas ferramentas de segurança. Um exemplo disto foram as mais de 10 mil observações de segurança realizadas ao longo de 2023. Além disto no 4T23 foram iniciados os Alertas de Segurança Unificados, trazendo boas práticas e lições aprendidas de segurança a todas as nossas operações.

As inspeções de segurança foram conduzidas por nossos times de campo, intensificando as orientações e reforçando os conceitos preventivos, atuando diretamente no fator comportamental e nas condições de trabalho.

Ao longo do 4T23, reforçamos as turmas de brigada de emergência e realizamos treinamentos específicos para utilização de EPIs, sendo estes treinamentos também disponibilizados dentro das plataformas digitais da Unidas, trazendo amplitude das informações de segurança a todos os nossos funcionários. Por último, tivemos as Campanhas de Outubro Rosa e Novembro Azul em toda a Companhia, realizado pela área de saúde em conjunto com a CIPA das unidades e operações. Durante as campanhas foram realizadas palestras e rodas de conversas interativas, com grande adesão dos colaboradores.

9.5 Social: Apoio às Comunidades

A proteção de crianças e adolescentes é um valor negociável para a Unidas. Para fortalecer esse valor, em 2023 aderimos ao Programa Na Mão Certa, uma iniciativa da Childhood Brasil. Ao assinarmos o Pacto Empresarial contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras, assumimos o compromisso de garantir o respeito aos direitos da criança e do adolescente na nossa cadeia de negócios e, como empresa mantenedora, também sensibilizar e mobilizar nossos motoristas e colaboradores para serem agentes de proteção dos direitos de crianças e adolescentes, com foco no enfrentamento à exploração sexual.

Já em dezembro promovemos a Campanha Natal dos Sonhos: "Faça a Magia Acontecer" para apadrinhamento de cartinhas de Natal de 10 instituições em várias regiões do Brasil. Ao todo, centenas de pedidos de Natal foram atendidos em 8 localidades onde a Unidas possui escritório ou operação. A campanha social contou com o engajamento de mais de 350 colaboradores que atenderam aos pedidos de crianças, jovens e idosos em situação de vulnerabilidade, além de mais de 100 voluntários que apoiaram na organização da ação social. Em complemento, também realizamos a doação de brinquedos para a ONG DARUA que presta assistência a famílias que vivem em situação de rua na Cidade de São Paulo.

10 AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Resolução CVM nº 23/21, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes, a companhia adota a prática de não contratar serviços de consultoria dos auditores independentes para evitar conflitos de interesse que possam eventualmente afetar a independência dos auditores.

Os auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., realizaram os serviços de revisão das informações trimestrais, individuais e consolidadas, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2023 e auditoria das demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., realizaram os serviços de revisão das informações trimestrais, individuais e consolidadas, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2023 e 30 de junho de 2023, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nosso Conselho de Administração é o responsável pela avaliação da manutenção da independência dos nossos Auditores Independentes, tendo plenos poderes para destituir e eleger nossos auditores independentes a qualquer momento, nos termos do nosso Estatuto Social.

11 GLOSSÁRIO

BOOK VALUE (custo depreciado dos ativos): Consiste no valor de aquisição dos carros, depreciado até a data da venda.

CAPEX: Investimento de capital (Capital Expenditure).

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO: Endividamentos de curto e longo prazos subtraindo caixa e equivalentes de caixa.

EBIT: O cálculo do EBIT é realizado como resultado líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com imposto de renda e contribuição social.

EBITDA: O cálculo do EBITDA é realizado como resultado líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com depreciação de bens de uso e equipamentos de locação, pelas despesas com amortização do intangível e pelas despesas com imposto de renda e contribuição social.

GTF: Gestão e terceirização de frotas.

GEE: Gases de efeito estufa. O inventário de GEE é uma forma de identificar, mapear e quantificar as fontes de emissão de determinada atividade, processo, organização, setor econômico, cidade, estado e país. Todos os dados sobre as emissões desses gases são monitorados e registrados.

IFRS 16: A partir de 1º de janeiro de 2019, todas as empresas tiveram que se adaptar às novas regras do IFRS 16. Com essa norma, os arrendatários passaram a ter que reconhecer o ativo dos direitos sobre ativos arrendados e o passivo dos pagamentos futuros para contratos de arrendamento mercantil de médio ou longo prazo, incluindo os operacionais. O maior impacto que tivemos foi dos contratos de locação de imóveis

LUCRO BRUTO: Corresponde à receita operacional líquida, menos os custos de locação e venda de veículos.

MARGEM EBIT: A Margem EBIT é calculada por meio da divisão do EBIT pela receita operacional líquida.

MARGEM EBITDA: A Margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

RECEITA DE GESTÃO E TERCEIRIZAÇÃO DE FROTAS: Corresponde à receita operacional líquida dos serviços prestados de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves, sem incluir a receita de venda dos ativos alienados para renovação da frota.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA: Corresponde à receita líquida de aluguel de veículos, dos serviços prestados dos segmentos de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves incluindo a receita de venda dos ativos.

RENT A CAR (RAC): Locação de Veículos de Curto Prazo.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022						DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022					
<i>(Em milhares de reais - R\$)</i>						<i>(Em milhares de reais - R\$, exceto o resultado do exercício por ação)</i>					
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado		Nota explicativa	Controladora	Consolidado		Nota explicativa	Controladora	Consolidado
Ativo Circulante				Passivo e Patrimônio Líquido Circulante				Receita Operacional Líquida			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.492.100	575.713	Fornecedores	15	888.216	273.234	1.990.956	24	1.990.956	1.321.080
Instrumentos financeiros derivativos	5.4	2.744	12.176	Risco sacado	15.1	11.841	54.951	Custos	25	(1.240.268)	(780.444)
Contas a receber	7	374.557	277.855	Empréstimos e financiamentos	16	70.550	76.779	Lucro Bruto		750.688	540.636
Ativos destinados à venda	8	76.153	48.707	Debitures	17	491.808	66.292	Despesas Operacionais			
Impostos a recuperar	9	88.483	28.044	Instrumentos financeiros derivativos	5.4	54.905	90.704	Despesas com vendas	25	(19.491)	(22.682)
Despesas antecipadas		19.876	20.216	Arrendamentos	18	1.953	3.247	Despesas gerais e administrativas	25	(81.671)	(79.512)
Mútuos com partes relacionadas	10.2	7.537	8.910	Adiantamentos de clientes	5.4	23.066	28.354	Outras receitas			
Outras contas a receber	11	72.813	36.414	Obrigações tributárias		18.067	6.134	(despesas) operacionais	26	(776)	(2.249)
		2.134.263	1.008.035	Salários e encargos a pagar	21	37.340	36.870	Resultado da equivalência patrimonial	12.2	(54.815)	(2.314)
			3.915.252	Dividendos a pagar	22.4	-	24.257	Lucro antes do Resultado Financeiro		593.935	433.879
			1.033.044	Receita diferida		-	55.007	Receitas financeiras	27	163.997	126.660
Não Circulante				Outras contas a pagar		46	26.750	Despesas financeiras	27	(604.350)	(403.518)
Instrumentos financeiros derivativos	5.4	-	111.817	Não Circulante			666.219	Resultado Financeiro, Líquido		(440.353)	(278.858)
Contas a receber	7	2.567	6.170	Empréstimos e financiamentos	16	2.255.975	1.603.843	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		153.582	157.021
Depósitos judiciais	19	25.307	24.262	Debitures	17	2.771.507	1.581.574	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	20	(51.897)	(54.886)
Mútuos com partes relacionadas	10.2	-	16.630	Instrumentos financeiros derivativos	5.4	59.002	58.120	Lucro líquido do exercício		101.685	102.135
Outras contas a receber	11	71	56	Arrendamentos	18	9.359	10.562	Lucro líquido por ação (em R\$):	23		
Investimentos	12.1	1.782.872	3.028	Provisão para riscos	19	16.886	14.698	Básico		0,1003	0,1888
Imobilizado	13	5.146.658	3.768.972	Impostos diferidos	20	142.571	84.966	Diluído		0,0991	0,1851
Intangível	14	110.064	77.937	Provisão para passivo a descoberto	12.1	2.420	-				
		7.067.539	4.008.872	capital próprio a pagar	22.4	23.929	-				
			11.009.986	Patrimônio Líquido			9.482.889				
			3.989.214	Capital social	22.1	2.315.556	890.405				
				Reserva de capital	22.2	10.325	2.662				
				Reserva de lucros	22.3	11.963	135.727				
				Ajuste de avaliação patrimonial	22.4	(15.437)	(26.518)				
				Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.322.407	1.002.276				
						9.201.802	5.016.907				
						14.925.238	5.022.258				

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022											
<i>(Em milhares de reais - R\$)</i>											
	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido		Controladora	Consolidado	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		594.736	-	2.692	1.772	56.077	-	655.277			
Integralização de capital	22.1	295.669	-	-	-	-	-	295.669			
Programa de investimento - Opção de compra de ações		-	(30)	-	-	-	-	(30)			
Lucro do exercício		-	-	-	102.135	-	-	102.135			
Hedge accounting - fluxo de caixa		-	-	-	-	(40.179)	-	(40.179)			
Imposto de renda e contribuição social diferido - hedge accounting		-	-	-	-	13.661	-	13.661			
Destinações:											
Constituição da reserva legal		-	-	5.107	(5.107)	-	-	-	23.390	(40.179)	23.390
Dividendos obrigatórios		-	-	-	(24.257)	-	-	(24.257)	15.437	(26.518)	15.437
Constituição de reserva para retenção de lucros		-	-	-	72.771	(72.771)	-	-	(7.953)	13.661	(7.953)
									15.437	(26.518)	15.437
Saldos em 31 de dezembro de 2022		890.405	-	2.662	6.879	128.848	(26.518)	1.002.276	117.122	75.617	117.122
Integralização de capital	22.1	1.425.151	-	-	-	-	-	1.425.151			
Programa de investimento - Opção de compra de ações	22.2	-	1.652	-	-	-	-	1.652			
Transações de capital advindas da incorporação	22.2	-	-	-	-	-	-	-			
Distribuição de dividendos	22.4	-	-	-	(128.848)	-	-	(128.848)			
Lucro do exercício		-	-	-	101.685	-	-	101.685			
Hedge accounting - fluxo de caixa	22.5	-	-	-	-	16.789	-	16.789			
Imposto de renda e contribuição social diferido - hedge accounting	22.5	-	-	-	-	(5.708)	-	(5.708)			
Destinação do lucro líquido do exercício:											
Dividendos Intercalares	22.4	-	-	-	(40.000)	-	-	(40.000)			
Juros sobre capital próprio	22.4	-	-	-	(57.678)	-	-	(57.678)			
Constituição da reserva legal	22.3	-	-	5.084	(5.084)	-	-	-			
Absorção da distribuição de dividendos intercalares		-	-	-	1.077	-	-	1.077			
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.315.556	6.011	4.314	11.963	-	(15.437)	2.322.407			

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022											
<i>(Em milhares de reais - R\$)</i>											
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	Nota explicativa	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				Outros passivos circulantes e não circulantes							
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		153.582	157.021	Caixa aplicado nas atividades operacionais	(5.192)	(631)	1.220				
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o fluxo de caixa		439.479	283.359	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(234.738)	(6					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

→ continuação

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Unidas Loções e Serviços S.A. ("Companhia" ou "Unidas"), anteriormente denominada Ouro Verde Locação e Serviço S.A., é uma sociedade anônima, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na categoria "A", sediada em Curitiba - Paraná.

Em 8 de julho de 2019, foi adquirida pelo Cedar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo Cedar"), fundo de investimento sob gestão da Brookfield Brasil Asset Management Investments Ltda. e controlado pela Brookfield Asset Management, Inc. A Companhia tem por objeto a locação de máquinas, equipamentos pesados, veículos leves e pesados e a terceirização de frota. Além de atender todas as regiões do território nacional por meio de contratos de longo prazo que variam de um a oito anos, é uma empresa multir marcas, com relacionamento junto aos principais fabricantes de veículos, máquinas e equipamentos brasileiros e internacionais. Também faz parte dos negócios da Companhia renovar constantemente sua frota, alienando veículos no final de suas vidas úteis econômicas para substituí-los por veículos novos.

Em 1º de outubro de 2022, o acionista controlador da Companhia, Fundo Cedar, concluiu a aquisição da totalidade das ações da Unidas Locadora S.A., sociedade detentora dos ativos de RAC ("rent a car") e seminovos desinvestidos da Unidas S.A., incluindo a marca Unidas e suas submarcas. Após essa aquisição, foi criado o Grupo Unidas, que passou a atuar em dois segmentos de negócio: Gestão e Terceirização de Frota (GTF) e Aluguel de Veículos (RAC).

Em 24 de abril de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia teve a sua razão social alterada de Ouro Verde Locação e Serviço S.A. para Unidas Loções e Serviços S.A.

Reorganização societária

Em 1º de julho de 2023, foi concluído o processo de reorganização societária entre a Companhia e a Unidas Locadora S.A. ("Unidas Locadora" ou "Locadora"), sociedade coligada e pertencente ao mesmo grupo econômico, com o objetivo de aumentar as sinergias entre as duas sociedades, reforçando os negócios de aluguel de veículos leves, pesados e terceirização de frota.

A transação foi concluída mediante contribuição da totalidade das ações representativas do capital social da Unidas Locadora pelo único acionista Fundo Cedar.

Essa transação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) O capital da Companhia foi aumentado em R\$1.425.151, passando de R\$890.405 para R\$2.315.556, mediante a emissão de 889.910.883 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que conferiram ao seu titular os mesmos direitos e prerrogativas das ações ordinárias atualmente existentes, nos termos do artigo 170 da Lei das S.A. Em razão do aumento de capital ora aprovado, o capital social da Companhia passou a ser composto por 1.458.675.998 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

(ii) A subscrição e integralização de todas as ações ordinárias emitidas foi efetuada pelo único acionista Fundo Cedar, sendo o montante total de R\$1.425.151, integralizado mediante a contribuição à Companhia de 2.560.253.374 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Unidas Locadora.

(iii) As ações ordinárias da Unidas Locadora S.A. ora contribuídas à Companhia foram avaliadas, nos termos do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, por Meden Consultoria Empresarial Ltda. ("Empresa Especializada"), a qual elaborou o laudo de avaliação do Patrimônio Líquido Contábil apurado por meio dos livros contábeis da Unidas Locadora de 31 de maio de 2023, no valor de R\$1.425.151.

A seguir apresentamos o quadro demonstrativo do acervo líquido contábil ajustado da Unidas Locadora S.A. em 1º de julho de 2023, que teve por objetivo suportar a reestruturação societária:

	01/07/2023		01/07/2023
Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
Circulante		Circulante	
Fornecedores		Fornecedores	558.064
Emprestimos, financiamentos e debêntures		Emprestimos, financiamentos e debêntures	110.491
Caixa e equivalentes de caixa	1.088.364	Passivo de arrendamento	60.976
Instrumentos financeiros derivativos	22.493	Instrumentos financeiros derivativos	36.594
Contas a receber de clientes	327.360	Salários e encargos a pagar	25.239
Veículos em desativação para renovação de frota	385.343	Obrigações tributárias	4.599
Impostos a recuperar	16.722	Partes relacionadas	1.853
Despesas antecipadas	32.906	Receita diferida	44.119
Partes relacionadas	876	Valores de contraprestação a pagar e outros	416.232
	<u>1.874.064</u>		<u>1.258.167</u>
Não circulante		Patrimônio líquido (a)	
Contas a receber de clientes	89	Capital social	1.039.951
Despesas antecipadas	776	Reserva de capital	200.985
Imobilizado	4.476.719	Reserva de lucros	7.735
Ativo de direito de uso	137.098	Reserva especial de ágio	165.830
Intangível	<u>122.587</u>	Lucros acumulados	<u>18.692</u>
	<u>4.737.269</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>6.611.333</u>
Total do ativo	<u>6.611.333</u>		

(a) A diferença entre o acervo líquido do laudo de avaliação do Patrimônio Líquido Contábil apurado por meio dos livros contábeis da Unidas Locadora de 31 de maio de 2023 para o saldo contábil em 1º de julho de 2023 foi apropriado à rubrica de "Reserva de capital".

1.1. Medida provisória nº 1.175/2023 - Incentivos concedidos à Indústria Automotiva

Em 5 de junho de 2023, o Governo Federal anunciou, por meio da Medida Provisória nº 1.175/2023, um programa que concedeu incentivos à indústria automotiva para fomentar a demanda por carros através da concessão de descontos, de R\$2 a R\$8, voltados inicialmente para pessoas físicas, em carros com preço até R\$120 financiados por créditos tributários concedidos às montadoras. A redução nos preços dos carros novos impactou nos preços de carros seminovos e, mesmo após o fim da medida provisória, o preço dos veículos se manteve em queda.

Deste modo, a Administração observou a necessidade de redução dos preços praticados para venda de parte dos carros desativados após o uso nas operações de aluguel e reconheceu no resultado do quarto trimestre um impacto negativo de R\$85.241 e R\$190.270, no Individual e no Consolidado, respectivamente, antes dos impostos, sendo R\$82.807 e R\$165.160 de depreciação adicional da frota, no Individual e no Consolidado, respectivamente, e R\$2.434 e R\$25.110 de ajuste ao valor recuperável de veículos em desativação para renovação de frota, no Individual e no Consolidado, respectivamente. O efeito negativo representou cerca de 1,8% do valor da frota consolidada ao final do exercício.

2. BASES DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2024.

2.2. Bases de consolidação e investimento em subsidiárias

A Companhia consolida as empresas sobre as quais detém o controle. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais da controladora Unidas e das subsidiárias sediadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em subsidiárias pelo método da equivalência patrimonial. Os investimentos quando negativos são reclassificados para conta apropriada no passivo, sendo denominado "Provisão para passivo à descoberto".

Na consolidação, foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das subsidiárias, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas decorrentes de transações efetuadas entre as empresas. A classificação das contas contábeis do consolidado segue as premissas de agrupamento da Controladora.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas companhias e consistentes com as políticas adotadas pelo Grupo. As controladas, diretas e indiretas, da Companhia estão sumarizadas a seguir:

	Porcentagem de participação	
	2023	2022
Unidas Valoriza Ltda.	Direto 100%	100%
Unidas Locadora S.A.	Direto 100%	-
Unidas Locadora Franquias Ltda.	Indireto 100%	-

Unidas Valoriza Ltda. - Subsidiária integral que atua no segmento de comércio e varejo de veículos usados e possui sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Unidas Locadora S.A. - Subsidiária integral que atua no segmento de gestão de frota e RAC e possui sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

Unidas Locadora Franquias Ltda. - Subsidiária integral que conduz o negócio de franquias no Brasil e possui sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a moeda de apresentação.

2.4. Conversão para a moeda de apresentação

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e instrumentos financeiros derivativos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

2.5. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), elaborada nos termos do CPC 09, é requerida pela legislação societária e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas. As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto, ela está sendo apresentada como informação adicional, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.6. Pronunciamentos novos ou revisados em 2023

Desde 1º de janeiro de 2023, foram emitidas e entraram em vigor as seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas:

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2/CPC 26 (R1): Divulgação de Políticas Contábeis	As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

Alterações ao IAS 1/CPG 26 (R1): Classificação de ativos e passivos como Circulante ou Não Circulante

Visa promover a consistência na aplicação dos requisitos da norma, ajudando as entidades a determinar se, no balanço patrimonial, os empréstimos e financiamentos e outros passivos com uma data de liquidação incerta devem ser classificados como circulantes ou não circulantes.

Alterações ao IAS 8/CPG 23: Definição de Estimativas Contábeis

As alterações propostas por essa emenda ao IAS 8, norma correlata ao NBC TG 23, esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos Originados de uma Simples Transação

As alterações que esclarecem que a isenção de reconhecimento inicial não se aplica a transações em que montantes iguais de diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis surgem no período do reconhecimento inicial.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou impactos significativos quando da adoção dessas novas normas, alterações e interpretações de normas.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

3.1. Ativos financeiros

a) Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); e
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio do Grupo para gestão dos ativos financeiros e nos termos contratuais dos fluxos de caixa.

O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado abrangente;

- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de o Grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

b) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

c) Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação.

Variação atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

d) Impairment

O Grupo avalia em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

e) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

3.2. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições de risco de:

- Variação cambial das dívidas em moeda estrangeira, através da designação de 100% desta exposição em um *relatório de hedge accounting*; e

- Variação das taxas de juros de determinadas emissões de debêntures e instrumentos de dívidas, através da designação de 60-100% desta exposição em uma *relação de hedge accounting*.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de *hedge (hedge accounting)*. Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

O Grupo adota a contabilidade de *hedge (hedge accounting)* e designa certos derivativos como:

- *Hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa);

- *Hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na nota explicativa nº 5.3.

As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão demonstradas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração do resultado abrangente.

a) Hedge de fluxo de caixa

Até 31 de junho de 2022, antes da reestruturação societária, conforme diretrizes estabelecidas no item 6.5.2 do pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9, a Companhia optou pela designação de *hedge* de fluxo de caixa para proteger apenas o componente de risco de variação cambial das dívidas contraídas de acordo com a Lei nº 4.131/1962 (empréstimos em moeda estrangeira, concedidos por banco no exterior para uma empresa sediada no Brasil, para suprir a sua necessidade de capital de giro), aplicando a exceção apresentada no item 6.5.4 do pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9, no qual o *hedge* de risco de moeda estrangeira de compra em produto ser contabilizado como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa.

Conforme definido no item 6.5.11 do pronunciamento técnico CPC 48, enquanto o *hedge* de fluxo de caixa atender aos critérios de qualificação do item 6.4.1, a relação de proteção deve ser contabilizada da seguinte forma:

- O componente separado do patrimônio líquido associado ao item protegido será ajustado ao menor valor entre: (i) o ganho ou a perda acumulada no instrumento de *hedge* desde o início do *hedge*; e (ii) a alteração acumulada no valor justo do item protegido desde o início do *hedge*.

- A parcela do ganho ou da perda do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo será reconhecida em outros resultados abrangentes.

- Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de *hedge* será uma inefetividade de *hedge* a ser reconhecida no resultado.

A mensuração do instrumento de *hedge* é realizada por meio da marcação a mercado (cálculo de valor justo), que é definido no item 9 do pronunciamento técnico CPC 46/IFRS 13. Desta forma, na marcação a mercado, a entidade considerará a projeção do fluxo futuro até o vencimento e descontá-lo ao valor presente para a data de referência do cálculo.

A partir de 1º de julho de 2023 (data da reestruturação societária) o Grupo harmonizou sua prática contábil com a da subsidiária Unidas Locadora S.A., aderindo ao *hedge* de valor justo para todos os novos derivativos contratados, mantendo aqueles que já haviam sido designados como *hedge* de fluxo de caixa nesta modalidade até sua liquidação.

b) Hedge de valor justo

Conforme diretrizes estabelecidas no item 6.5.2 do pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9, o Grupo optou pela designação de *hedge* de valor justo para se proteger dos riscos de variação da taxa de juros e de variação cambial dos *swaps* contratados.

Conforme definido no item 6.5.8 do pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9, enquanto a cobertura de valor justo atender aos critérios de qualificação do item 6.4.1, a relação de proteção deve ser contabilizada da seguinte forma:

- O ganho ou a perda no instrumento de *hedge* será reconhecido no resultado (ou outros resultados abrangentes, se o instrumento de *hedge* protegesse instrumento patrimonial para o qual a entidade escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes, de acordo com o item 5.7.5).

- O ganho ou a perda protegida no item protegido deverá ajustar o valor contábil do item protegido (se aplicável) e será reconhecido no resultado.

- Teste de efetividade do *hedge accounting*

Durante 2023 foram realizados testes de eficácia que demonstraram que o programa de contabilidade de *hedge* implementado é altamente efetivo. A frequência de avaliação da efetividade da estrutura do *hedge* é trimestral.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até à data de encerramento exercício.

3.4. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber da prestação de serviços, do aluguel de veículos e da venda de ativos alienados para renovação da frota no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber. As contas a receber são ajustadas pelo seu valor presente somente quando o efeito é considerado relevante em relação aos respectivos contratos às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

3.5. Ativos destinados à venda

a) Reconhecimento e mensuração

Os ativos destinados à venda compreendem os saldos dos "veículos para venda" da Unidas Valoriza Ltda. e dos "veículos em desativação para renovação de frota" da Companhia e da Unidas Locadora.

Os veículos após o término de contrato de locação são reclassificados para a conta de "veículos em desativação para renovação de frota" tendo sua depreciação suspensa e passam a ser destinados para

venda (atividade acessória às operações da Companhia da Unidas Locadora). São classificados como "veículos em desativação para renovação da frota", no ativo circulante, os veículos cujos valores contábeis serão recuperados por meio da venda, em vez do uso contínuo. Essa condição é considerada atendida quando: (i) os veículos estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sendo sua venda altamente provável; (ii) a Administração está comprometida com a venda dos veículos desativados do imobilizado; (iii) os veículos são efetivamente colocados à venda por preço razoável em relação ao seu valor justo corrente; e (iv) espera-se que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação.

Os ativos destinados à venda são apresentados pelo menor valor entre o valor justo deduzido das despesas estimadas de venda e o seu valor contábil líquido.

Ganhos e perdas na alienação desses veículos são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil, e são reconhecidos nas linhas de receita operacional líquida e custos de venda da frota, respectivamente.

b) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com as normas descritas no IAS 36/CPG 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, os ativos destinados à venda têm o seu valor recuperável menor, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

3.6. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Grupo inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os veículos em operação, seja nas atividades de aluguel de carros ou de gestão de frota, estão classificados no ativo imobilizado, enquanto os veículos em desativação, após o uso nessas atividades, são mensurados como "veículos em desativação para renovação da frota" no ativo circulante (nota explicativa nº 3.5).

Os ganhos e as perdas na alienação de imobilizado são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

b) Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 DA UNIDAS LOCAÇÕES E SERVIÇOS S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→ * continuação

na antecipação de títulos por parte dos fornecedores, em que o banco antecipa o valor para o fornecedor na data de solicitação e recebe o valor devido pela Companhia na data de vencimento.

Os fornecedores têm autonomia para decidir pela antecipação de seus recebíveis, bem como escolher a melhor opção que os atenda e ainda indicar e/ou optar por sua própria instituição financeira, permitindo que gerenciem suas necessidades da melhor forma.

O limite de crédito para essa operação é aprovado pelas instituições financeiras, baseadas no risco da Companhia e não há compartilhamento entre outras linhas disponibilizadas, bem como não existem quaisquer garantias ou cláusulas de covenants financeiros atrelados à operação.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.11. Provisão para riscos (contingências trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.14. Benefícios a empregados a) Provisão para participação nos resultados O Grupo possui política interna de pagamento de participação nos resultados aos seus colaboradores na forma da Lei no 10.101/00. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (constructive obligation).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía benefícios de longo prazo ou pós-emprego.

3.15. Capital social As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido e os custos incrementalmente diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.16. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são reconhecidas como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício. O Estatuto Social em vigor determina a distribuição mínima obrigatória de 25% do lucro líquido do exercício após dedução da reserva legal. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3.17. Resultado por ação - básico e diluído O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro ou prejuízo líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia, considerando o número médio ponderado de ações no respectivo período. O resultado diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada a quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferenciais potenciais que provocariam diluição.

3.18. Recirculação da receita A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Receita de locação de veículos A receita de locação de veículos (rent a car) é medida pelo valor justo da contraprestação dos serviços de locação a receber. As receitas são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel, e as receitas de rent a car são reconhecidas pro-rata dia, pelo período do contrato.

b) Receita de gestão e terceirização de froτας As receitas com gestão e terceirização de frotas representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e são contabilizadas em uma base linear durante o período do contrato.

A receita de serviços a faturar corresponde ao reconhecimento da receita de serviços prestados não faturada ao cliente, calculada em base estimada referente ao período em que ocorreu a prestação de serviços, visando adequar o reconhecimento da receita ao período de competência.

c) Receita de venda de veículos A receita da venda de veículos é uma atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, seja provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, os custos associados à possível devolução de veículos possam ser estimados de forma confiável, não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas.

d) Programa de fidelidade de clientes A Unidas Locadora opera um programa de fidelidade no qual os clientes acumulam pontos por meio das compras realizadas, que permitem obter descontos em compras futuras. Um passivo de contrato de pontos concedidos é reconhecido no momento da venda. A receita é reconhecida quando os pontos são resgatados ou quando expiram após 12 meses da venda inicial.

3.19. Receitas e despesas financeiras A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos (perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures e perdas nos instrumentos de hedge.

3.20. Informações por segmento Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios: (i) que podem obter receitas e incorrer em despesas; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e (iii) para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

A Companhia definiu dois segmentos operacionais reportáveis (nota explicativa nº 28), que são gerenciados separadamente com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelo Conselho de Administração. Os segmentos operacionais aplicam às mesmas práticas contábeis descritas nestas demonstrações financeiras.

3.21. Programa de investimento em ações da Companhia A Companhia iniciou em 28 de dezembro de 2020 seu Programa de Investimento ("Programa"), que consiste na oferta onerosa de opções de compra ou subscrição de ações da Companhia a certos executivos chave da alta Administração ("Investidores Elegíveis"). As principais condições do Programa estão descritas na nota explicativa nº 22.2. Na mesma data, o Programa foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária que delegou ao Conselho de Administração da Companhia, por meio de planos de investimento, a definição dos Investidores Elegíveis, número de opções a serem ofertadas a cada um, bem como seu valor de aquisição e exercício ("Plano"), sempre com base nos critérios definidos no Programa.

O Primeiro Plano de Investimentos da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2020 e aditado em 01 de novembro de 2023. Em 06 de novembro de 2023, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, o Segundo Plano de Investimento em Ações da Companhia ("Programa"), destinado a certos executivos chave da alta administração ("Investidores Elegíveis").

O valor pago pelos Investidores Elegíveis que optaram por aderir ao Plano teve como contrapartida o registro no patrimônio líquido da Companhia em reserva de capital, na rubrica "Programa de investimento - Opção de compra de ações", com a previsão de subscrição de ações preferenciais apenas para os casos em que tais opções forem exercidas. Essas ações preferenciais passarão a compor o capital social da Companhia.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

4.1. Receita de serviços prestados As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo e são contabilizadas em uma base linear durante o período do contrato. Parte dessa receita decorre de receita de serviços a faturar, a qual se origina no reconhecimento da receita de serviços prestados, não faturada ao cliente, calculada em base estimada referente ao período em que ocorreu a prestação de serviços, visando adequar o reconhecimento da receita ao período de competência.

4.2. Valor residual e vida útil dos veículos leves e pesados, máquinas e equipamentos pesados A Companhia efetua análise da vida útil dos bens do imobilizado e estima o valor residual de venda dos veículos leves e pesados, máquinas e equipamentos pesados. Com base nesse valor residual, estima a taxa de depreciação dos bens para que ao fim dos contratos com clientes, que em geral coincidem com a vida útil dos bens, o valor residual contábil seja próximo do valor residual de venda. Para alguns contratos a vida útil é ajustada considerando o cliente e o histórico de uso dos veículos.

4.3. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4.4. Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber A Companhia avalia continuamente sua carteira de recebíveis de forma a identificar se existem indícios de impairment sobre os títulos de cada cliente que compõe a carteira. Se sim, a Companhia avalia se o cliente inadimplente deu garantias reais e se elas são suficientes para cobrir a exposição líquida da Companhia. Caso as garantias reais não sejam suficientes, a provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida no resultado, classificada como "despesa com vendas".

4.5. Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos A Companhia efetua análise de recuperabilidade dos saldos de tributos diferidos ativos anualmente, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros, sendo constituídos ativos somente para a parcela dos saldos de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias sobre os quais a Companhia e suas subsidiárias possuem projeções de utilização dentro de um prazo considerado razoável. A Administração utiliza-se de premissas significativas nesses estudos, projetando suas receitas, custos e despesas, com base nas informações obtidas da atual base de contratos de longo prazo com clientes e expectativas de ampliação dessa base.

4.6. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros Para os ativos não financeiros sujeitos a amortização ou depreciação, a Companhia avalia, no mínimo anualmente, se há alguma indicação de redução do valor recuperável. Caso sejam identificados indícios, é efetuado o teste de impairment considerando o nível de Unidade Geradora de Caixa - UGC, que são os segmentos operacionais. Nesse circunstância, a Companhia utiliza-se de premissas chave na determinação dos fluxos de caixa projetados.

Ativos não financeiros com vida útil indefinida, como marcas e patentes, são submetidos anualmente a testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderá apresentar indicação de redução ao valor recuperável (nota explicativa nº 14).

4.7. Direito de uso e passivo de arrendamento A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas renovações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de desconto com base nas taxas aplicáveis no mercado brasileiro, ajustadas à realidade da Companhia (spread de crédito). A Companhia utiliza-se de premissas relevantes na determinação da taxa de desconto para a mensuração do valor presente dos pagamentos de arrendamento.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO E VALOR JUSTO

5.1. Fatores de risco financeiro As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As práticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles, para monitorar riscos e aderência aos limites. A administração da Companhia criou comitês especializados, de forma a tratar de temas críticos do negócio, além de ter estruturado um sistema de controles internos para auxiliar o alcance de seus objetivos operacionais e estratégicos.

a) Risco de mercado

i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas com instituições financeiras.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio e taxa de juros), o qual é apreciado pela Companhia para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A prática da administração para controle consiste em um acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as práticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Conforme sua prática de gerenciamento de riscos financeiros, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteger sua exposição de taxa de juros nos custos financeiros dentro de determinados níveis. As características específicas dessas operações de hedge estão divulgadas na nota explicativa nº 5.4.

ii) Risco cambial O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos reconhecidos. Conforme sua política de gerenciamento de riscos financeiros, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de reduzir sua exposição a mudanças na taxa de câmbio com swap cambial para contratos ativos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía operações vigentes de hedge com caráter exclusivo de proteção cambial para os respectivos empréstimos em moeda estrangeira contratados junto a instituições financeiras. As características específicas dessas operações de hedge estão divulgadas na nota explicativa nº 5.4.

b) Risco de crédito O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas, ou seja, decorrem da possibilidade de a companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos que estão de acordo com a política de investimentos da Companhia.

Para o caso de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada da IFRS 9/ CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas, considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é:

Table with 4 columns: Notas, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, and totals.

i) Qualidade do crédito dos ativos financeiros A qualidade do crédito dos ativos financeiros é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito, para caixa e equivalente de caixa ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Caixa e depósitos bancários em contas correntes

Table with 4 columns: 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include AAA(bra), Caixa, and total.

Aplicações financeiras AAA(bra)

Table with 4 columns: 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include total and sub-totals.

c) Risco de liquidez Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados futuros e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Fluxo contratual futuro, 12 meses ou menos, Entre 2 e 5 anos, Acima de 5 anos, Total.

Passivos Fornecedores e risco sacado Empréstimos e financiamentos Debêntures Arrendamentos Instrumentos financeiros derivativos, líquidos

Table with 5 columns: 31/12/2023, Fluxo contratual futuro, 12 meses ou menos, Entre 2 e 5 anos, Acima de 5 anos, Total. Rows include total and sub-totals.

Passivos Fornecedores e risco sacado Empréstimos e financiamentos Debêntures Arrendamentos Instrumentos financeiros derivativos, líquidos

Table with 5 columns: 31/12/2023, Fluxo contratual futuro, 12 meses ou menos, Entre 2 e 5 anos, Acima de 5 anos, Total. Rows include total and sub-totals.

d) Análise de sensibilidade - taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía a seguinte exposição à taxa de juros (CDI):

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, Risco de taxa CDI, Risco de taxa CDI. Rows include Empréstimos e financiamentos e debêntures, Debêntures, Instrumentos financeiros derivativos, líquidos, Aplicações financeiras, and total.

Exposição ao risco de CDI Taxa CDI (ao ano) em 31/12/2023 Taxa de juros estimada conforme cenários previstos Diferença entre taxas Efeito no resultado líquido em R\$ - ganho/(perda)

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, Cenário provável, Cenário I deterioração de 25%, Cenário II deterioração de 50%. Rows include total and sub-totals.

5.2. Gestão de capital A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor, mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. O capital consiste na soma dos recursos obtidos com os acionistas e com instituições financeiras, líquido do caixa e equivalentes de caixa.

A diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis, com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida líquida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

Empréstimos, financiamentos e debêntures e instrumentos financeiros derivativos passivos Caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos ativos Dívida líquida Total do patrimônio líquido Total do capital patrimônio líquido e dívida líquida Quociente de alavancagem

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include total and sub-totals.

3.19. Receitas e despesas financeiras A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos (perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures e perdas nos instrumentos de hedge.

3.20. Informações por segmento Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios: (i) que podem obter receitas e incorrer em despesas; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e (iii) para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

A Companhia definiu dois segmentos operacionais reportáveis (nota explicativa nº 28), que são gerenciados separadamente com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelo Conselho de Administração. Os segmentos operacionais aplicam às mesmas práticas contábeis descritas nestas demonstrações financeiras.

3.21. Programa de investimento em ações da Companhia A Companhia iniciou em 28 de dezembro de 2020 seu Programa de Investimento ("Programa"), que consiste na oferta onerosa de opções de compra ou subscrição de ações da Companhia a certos executivos chave da alta Administração ("Investidores Elegíveis"). As principais condições do Programa estão descritas na nota explicativa nº 22.2. Na mesma data, o Programa foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária que delegou ao Conselho de Administração da Companhia, por meio de planos de investimento, a definição dos Investidores Elegíveis, número de opções a serem ofertadas a cada um, bem como seu valor de aquisição e exercício ("Plano"), sempre com base nos critérios definidos no Programa.

O Primeiro Plano de Investimentos da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2020 e aditado em 01 de novembro de 2023. Em 06 de novembro de 2023, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, o Segundo Plano de Investimento em Ações da Companhia ("Programa"), destinado a certos executivos chave da alta administração ("Investidores Elegíveis").

O valor pago pelos Investidores Elegíveis que optaram por aderir ao Plano teve como contrapartida o registro no patrimônio líquido da Companhia em reserva de capital, na rubrica "Programa de investimento - Opção de compra de ações", com a previsão de subscrição de ações preferenciais apenas para os casos em que tais opções forem exercidas. Essas ações preferenciais passarão a compor o capital social da Companhia.

10,81%, com base na curva futura de juros projetada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), ante a taxa efetiva anualizada de 11,65%, verificada para o exercício de 31 de dezembro de 2023.

Exposição ao risco de CDI Taxa CDI (ao ano) em 31/12/2023 Taxa de juros estimada conforme cenários previstos Diferença entre taxas Efeito no resultado líquido em R\$ - ganho/(perda)

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, Cenário provável, Cenário I deterioração de 25%, Cenário II deterioração de 50%. Rows include total and sub-totals.

3.19. Receitas e despesas financeiras A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos (perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures e perdas nos instrumentos de hedge.

3.20. Informações por segmento Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios: (i) que podem obter receitas e incorrer em despesas; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e (iii) para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

A Companhia definiu dois segmentos operacionais reportáveis (nota explicativa nº 28), que são gerenciados separadamente com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelo Conselho de Administração. Os segmentos operacionais aplicam às mesmas práticas contábeis descritas nestas demonstrações financeiras.

3.21. Programa de investimento em ações da Companhia A Companhia iniciou em 28 de dezembro de 2020 seu Programa de Investimento ("Programa"), que consiste na oferta onerosa de opções de compra ou subscrição de ações da Companhia a certos executivos chave da alta Administração ("Investidores Elegíveis"). As principais condições do Programa estão descritas na nota explicativa nº 22.2. Na mesma data, o Programa foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária que delegou ao Conselho de Administração da Companhia, por meio de planos de investimento, a definição dos Investidores Elegíveis, número de opções a serem ofertadas a cada um, bem como seu valor de aquisição e exercício ("Plano"), sempre com base nos critérios definidos no Programa.

O Primeiro Plano de Investimentos da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2020 e aditado em 01 de novembro de 2023. Em 06 de novembro de 2023, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, o Segundo Plano de Investimento em Ações da Companhia ("Programa"), destinado a certos executivos chave da alta administração ("Investidores Elegíveis").

O valor pago pelos Investidores Elegíveis que optaram por aderir ao Plano teve como contrapartida o registro no patrimônio líquido da Companhia em reserva de capital, na rubrica "Programa de investimento - Opção de compra de ações", com a previsão de subscrição de ações preferenciais apenas para os casos em que tais opções forem exercidas. Essas ações preferenciais passarão a compor o capital social da Companhia.

O valor pago pelos Investidores Elegíveis que optaram por aderir ao Plano teve como contrapartida o registro no patrimônio líquido da Companhia em reserva de capital, na rubrica "Programa de investimento - Opção de compra de ações", com a previsão de subscrição de ações preferenciais apenas para os casos em que tais opções forem exercidas. Essas ações preferenciais passarão a compor o capital social da Companhia.

continua →

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 DA UNIDAS LOCAÇÕES E SERVIÇOS S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

5.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos as perdas de crédito esperadas (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Para fins de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as mensurações do valor justo são classificadas em diferentes níveis, definidos como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Os valores justos das operações com instrumentos financeiros derivativos são classificados no Nível 2 e estão apresentados na nota explicativa nº 5.4. Não há instrumentos financeiros mensurados e registrados a valor justo nos Níveis 1 e 3 de hierarquia.

Os instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos valores mensurados pelo valor justo. O valor justo dos passivos financeiros reconhecidos ao custo amortizado no balanço patrimonial da Companhia está demonstrado a seguir:

	Notas	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	16	2.326.525	2.553.417	1.680.622	1.690.408
Debêntures	17	3.263.315	3.346.107	1.647.866	1.664.886
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	5.4	111.163	111.163	24.831	24.831
Arrendamentos	18	11.312	15.541	13.809	13.809

Os instrumentos financeiros derivativos foram designados formalmente como hedge accounting, são mensurados pelo valor justo na data da celebração do contrato e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas no resultado do exercício, exceto pelo ganho decorrente da variação do risco de crédito registrado em "Outros resultados abrangentes". Em 31 de dezembro de 2023, os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos em aberto estão a seguir sumariados.

Empresa	Operações	Moeda	Período	Taxas		Juros			Marcação a mercado			Ganho/(perda)	
				Nacional (R\$)	Posição ativa	Posição passiva	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido	Total
Unidas	Swap de moedas	USD	60 meses	365.250	US\$ + 5,7925% a.a.	CDI + 2,12% a.a.	363.273	(365.440)	(2.167)	367.380	(365.250)	2.130	(37)
Unidas	Swap de moedas	USD	60 meses	154.500	US\$ + 2,0225% a.a.	CDI + 2,5% a.a.	145.263	(154.583)	(9.320)	144.443	(154.500)	(10.057)	(19.377)
Unidas	Swap de moedas	USD	60 meses	170.532	US\$ + 2,0225% a.a.	CDI + 2,5% a.a.	146.194	(178.177)	(31.983)	160.450	(170.532)	(10.082)	(42.065)
Unidas	Swap de moedas	USD	60 meses	224.740	US\$ + 2,7200% a.a.	CDI + 2,25% a.a.	193.886	(225.806)	(31.920)	206.556	(224.740)	(18.184)	(50.104)
Unidas	Swap debêntures	BRL	60 meses	71.772	CDI + 1,50% a.a.	IPCA + 5,00% a.a.	18.219	(18.122)	97	72.096	(71.773)	323	420
Locadora	Swap de moedas	USD	60 meses	200.000	US\$ + 5,565 % a.a.	CDI + 1,95% a.a.	181.077	(205.847)	(24.770)	206.296	(200.000)	6.296	(18.474)
Locadora	Swap de moedas	USD	60 meses	900.000	US\$ + 5,565 % a.a.	CDI + 1,95% a.a.	814.848	(926.311)	(111.463)	928.330	(900.000)	28.330	(83.133)
				1.862.760	(2.074.286)	(211.526)	2.085.551	(2.086.795)	(1.244)	(212.770)		49.971	
							Ativo circulante	80.621		Ativo circulante	(30.650)		
							Ativo não circulante	798.815		Ativo não circulante	(798.815)		
							Passivo circulante	(110.764)		Passivo circulante	23.701		(87.063)
							Passivo não circulante	(980.198)		Passivo não circulante	804.520		(175.678)

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e utilizando metodologia de avaliação de projeção de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência, as estimativas acima não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras no Brasil.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	1.195	906	2.736	907
Aplicações financeiras	1.490.905	574.807	2.364.263	586.192
	1.492.100	575.713	2.366.999	587.099

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Esses instrumentos financeiros referem-se substancialmente a certificado de depósito bancário, com remuneração média de 102,4% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2023 (103,6% em 31 de dezembro de 2022).

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa são avaliadas mediante referência às classificações externas de crédito. Em 31 de dezembro de 2023, não existia diferença entre o valor contábil e o valor justo de equivalentes de caixa.

7. CONTAS A RECEBER

Abaixo, encontra-se disposta a composição das contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Locações e prestação de serviços	361.470	302.707	714.114	302.707
Serviço a faturar	105.848	87.290	213.171	87.290
Ativos destinados à venda	21.249	5.423	23.376	7.821
Contas a receber de partes relacionadas	13.675	9.399	13.638	9.399
Ajuste a valor presente	502.242	404.819	964.659	407.217
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(902)	(4.419)	(902)	(4.419)
	(124.216)	(116.375)	(180.424)	(116.453)
	377.124	284.025	783.333	286.345
Circulante	374.557	277.855	780.764	280.175
Não circulante	2.567	6.170	2.569	6.170

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui saldo de contas a receber como garantia das operações de empréstimos, financiamento e debêntures.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das informações contábeis é o valor contábil. A abertura do saldo por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	324.217	279.894	723.712	282.292
Vencidos				
1 a 60 dias	41.997	17.006	55.928	17.006
61 a 90 dias	4.926	3.973	8.981	3.973
91 a 180 dias	16.136	6.958	28.920	6.958
Acima de 180 dias	114.966	96.988	147.118	96.988
	502.242	404.819	964.659	407.217

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. A provisão é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente, e a movimentação do exercício encontra-se apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	(116.375)	(94.668)	(116.453)	(94.668)
Saldo advindo de reestruturação societária	-	-	(42.165)	-
Constituição no exercício	(15.818)	(36.468)	(30.904)	(36.546)
Reversão no exercício	3.036	14.761	4.157	14.761
Baixa definitiva	4.941	-	4.941	-
Saldo no final do exercício	(124.216)	(116.375)	(180.424)	(116.453)

A despeça com a constituição de provisão para perda de créditos esperadas foi registrada na rubrica de "Despesas de vendas" na demonstração de resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores são compensados contra a baixa definitiva do título.

8. ATIVOS DESTINADOS À VENDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Veículos para revenda	-	-	3.571	20.182
Veículos em desativação para renovação de frota	76.153	48.707	414.962	48.707
	76.153	48.707	418.533	68.889

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 os veículos em ajuste ao valor recuperável de R\$2.434 (controladora) e R\$25.110 (consolidado) nos veículos em desativação para renovação de frota. Não há ativos disponíveis para venda que estejam mantidos como garantia.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL a recuperar	9.670	20.821	76.930	20.852
PIS e COFINS a recuperar (i)	55.290	6.970	74.502	6.970
Outros impostos a recuperar	23.523	253	23.634	253
	88.483	28.044	175.066	28.075

(i) Em 30 de setembro de 2023, a Companhia e sua controlada Unidas Locadora S.A. concluíram a revisão da vida útil fiscal de determinados veículos de suas frotas. Como resultado dessa revisão, foram emitidos laudos técnicos por entidade devidamente qualificada à luz da legislação, alterando a vida útil fiscal média desses veículos, ocasionando o aumento da depreciação fiscal e, consequentemente, o aumento dos créditos de PIS/COFINS.

10. PARTES RELACIONADAS

10.1. Saldos e transações

Os principais saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos a operações com partes relacionadas, referem-se a contratos de locação de máquinas, equipamentos pesados e veículos leves e pesados da Companhia, e serviços compartilhados com outras companhias relacionadas, como demonstrado a seguir:

Patrimonial	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante				
Contas a receber				
Grupo BRK Ambiental (i)	4.271	3.661	4.271	3.661
Grupo Elera Renováveis (ii)	2.348	989	2.348	989
Grupo Arteris (iii)	7.002	4.735	7.002	4.735
Grupo Brookfield Brasil				
Participações (iv)	17	14	17	14
Unidas Locadora (v)	37	-	-	-

(i) Variação da reserva especial de ágio da Unidas Locadora (vide nota explicativa nº 2.2.2)

(ii) Aumento de Capital na empresa Unidas Locadora

(iii) Resultado de equivalência patrimonial

(iv) Saldo em 31 de dezembro de 2023

(v) Saldo em 31 de dezembro de 2022

	Notas	Consolidado		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	16	3.348.416	3.784.903	1.680.622	1.690.408
Debêntures	17	6.127.185	6.364.207	1.647.866	1.664.886
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	5.4	212.770	212.770	24.831	24.831
Arrendamentos	18	198.138	290.329	13.809	13.809

Os valores justos dos empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamento de imóveis foram estimados pela administração da Companhia, considerando o valor futuro na sua data de vencimento pela taxa contratada e descontados a valor presente pela taxa de mercado em 31 de dezembro de 2023 (Nível 2).

A administração entende que os demais instrumentos financeiros, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos, em razão dos vencimentos desses instrumentos financeiros se darem em data próxima ao balanço.

5.4. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes às operações financeiras contratadas em dólares americanos ou para proteção dos riscos de variação das taxas de juros de determinadas emissões de debêntures e instrumentos de dívidas.

A administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui operações com instrumentos financeiros derivativos, que se constituem em um acordo entre a Companhia e o banco, de compra ou venda de uma quantidade de moeda estrangeira em uma data futura, por uma taxa pré-definida. Não há desdobro de caixa no início da operação e, no vencimento, a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa efetiva da moeda. O principal objetivo é de proteger o resultado e fluxo de caixa futuro dos empréstimos em moeda estrangeira.

Controladora	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	16	2.326.525	2.553.417	1.690.408
Debêntures	17	3.263.315	3.346.107	1.647.866
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	5.4	111.163	111.163	24.831
Arrendamentos	18	11.312	15.541	13.809

12.3. Resumo das informações contábeis das controladas

Unidas Valoriza Ltda. 31/12/2023 31/12/2022 31/12/2023

Ativo	8.297	33.919	7.517.616
Passivo	10.717	30.891	5.734.744
Receita operacional líquida	63.431	54.083	3.409.465
Lucro (prejuízo) do exercício	(5.448)	(2.314)	(20.674)
Capital social	10	10	1.439.951
Quantidade ações possuídas (em lote mil)	10	10	3.258.907
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(2.420)	3.028	1.782.872
Participação no capital social, no fim do exercício	100%	100%	100%
Participação no patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(2.420)	3.028	1.782.872

13. IMOBILIZADO

Controladora Custo

	Edifi- cações	Direito de uso	Veículos, tratores e colhe- doras (a)	Máquinas e equi- pamentos (a)	Móveis e uten- sílios	Outros imobi- lizados	Total
Em 31/12/2021	9.200	12.466	3.199.996	49.141	2.102	14.379	3.287.284
Adições	-	693	1.679.278	1.851	353	3.448	1.685.623
Baixas	(766)	-	(15.758)	(807)	(1)	(1.276)	(18.608)
Transferências (b)	1.441	-	(394.647)	45	13	(1.690)	(394.838)
Em 31/12/2022	9.875	13.159	4.468.869	50.230	2.467	14.861	4.559.461
Em 31/12/2022	9.875	13.159	4.468.869	50.230	2.467	14.861	4.559.461
Adições	-	528	2.397.582	1.845	559	7.797	2.408.311
Baixas	(75)	-	(54.496)	(1.599)	(2)	(974)	(57.146)
Transferências (b)	-	-					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 DA UNIDAS LOCAÇÕES E SERVIÇOS S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

15. FORNECEDORES				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Veículos, máquinas e equipamentos	842.827	184.377	1.846.574	184.377
Contas a pagar com partes relacionadas	1.964	918	-	918
Outros	43.425	87.939	135.433	92.945
	888.216	273.234	1.982.007	278.240

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

15.1. Risco Sacado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Risco sacado (veículos, máquinas e equipamentos)	11.841	54.951	86.468	54.951
	11.841	54.951	86.468	54.951

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS						
Empresa	Natureza	Taxa média	Controladora		Consolidado	
		efetiva de juros	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Unidas	empréstimo em moeda estrangeira (a)	Dólar = 2,5650% a.a.	-	196.505	-	196.505
		Dólar + 2,5328% a.a.	-	197.735	-	197.735
Unidas	empréstimo em moeda estrangeira (b)	Dólar + 2,0225% a.a.	145.260	156.554	145.260	156.554
		Dólar + 2,0225% a.a.	146.050	157.398	146.050	157.398
Unidas	empréstimo em moeda estrangeira (c)	Dólar + 2,7200% a.a.	193.851	208.922	193.851	208.922
		Dólar + 5,7925% a.a.	365.376	-	365.376	-
Unidas	empréstimo em moeda estrangeira (d)	CDI + 2,41% a.a. = 14,58% a.a.	1.033.125	515.349	1.033.125	515.349
		Capital de giro (IPCA) + 4,4% a.a. = 16,65% a.a.	18.424	18.355	18.424	18.355
Unidas	empréstimo em moeda estrangeira (e)	8,50% a.a.	182.351	232.109	182.351	232.109
		CDI + 2,25% a.a. = 14,40% a.a.	250.658	-	250.658	-
Unidas	empréstimo em moeda estrangeira (f)	Dólar + 5,5650% a.a.	-	-	187.033	-
		Dólar + 5,5650% a.a.	-	-	841.648	-
(-) Custo de transação (j)			(8.570)	(2.305)	(15.360)	(2.305)
			2.326.525	1.680.622	3.348.416	1.680.622
			70.550	76.779	113.997	76.779
Passivo circulante			2.255.975	1.603.843	3.234.419	1.603.843
Passivo não circulante			-	-	-	-

(a) Em 28 de dezembro de 2023 a Companhia liquidou de forma antecipada duas operações de empréstimo em moeda estrangeira no valor total de USD 62.500, junto ao Banco Scotiabank, bem como as duas operações de swap contratadas para proteção dos respectivos empréstimos.

(b) Em dezembro de 2020, a Companhia firmou nova operação de empréstimo externo nos termos da Lei nº 4.131/1962, sendo que o ingresso de recursos ocorreu em duas tranches: (i) USD30.000 em 29 de dezembro de 2020, totalizando R\$154.500; e (ii) USD30.000 em 3 de março de 2021, totalizando R\$170.532. Para cobertura do risco de exposição cambial, foi contratada operação de swap vinculada, designada formalmente como *hedging accounting*. Os recursos captados estão sendo utilizados no curso normal dos negócios da Companhia para compra de ativos para investimento. A amortização de juros ocorre semestralmente.

(c) Em dezembro de 2021, a Companhia firmou nova operação de empréstimo externo nos termos da Lei nº 4.131/1962, sendo que o ingresso de recursos ocorreu em uma tranche de USD40.000 em 15 de dezembro de 2021, totalizando R\$224.740. Para cobertura do risco de exposição cambial, foi contratada operação de swap vinculada, designada formalmente como *hedging accounting*. Os recursos captados estão sendo utilizados no curso normal dos negócios da Companhia para compra de ativos para investimento. A amortização de juros ocorre semestralmente.

(d) Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia firmou nova operação de empréstimo externo nos termos da Lei nº 4.131/1962, sendo que o ingresso de recursos ocorreu em uma tranche de USD75.000 em 28 de dezembro de 2023, totalizando R\$365.250. Para cobertura do risco de exposição cambial foi contratada operação de swap vinculada. Os recursos captados estão sendo utilizados no curso normal dos negócios da Companhia para compra de ativos para investimento. A amortização de juros ocorre semestralmente.

(e) Em novembro de 2022, a Companhia firmou operação de empréstimo no valor de R\$508.326. Os recursos captados estão sendo utilizados no curso normal dos negócios e investimento da Companhia. A remuneração da operação é de CDI + 2,24%, e o pagamento dos juros ocorre semestralmente.

(f) Em 20 de outubro de 2023, a Companhia firmou operação de empréstimo no valor de R\$505.680. Os recursos captados estão sendo utilizados no curso normal dos negócios e investimento da Companhia. A remuneração da operação é de CDI + 2,58%, e o pagamento dos juros ocorre semestralmente.

(g) Em 20 de dezembro de 2023 a Companhia firmou nova operação de empréstimo no valor de R\$ 250.000,00. Os recursos captados estão sendo utilizados no curso normal dos negócios da Companhia. A remuneração da operação é de CDI + 2,25%, e o pagamento dos juros ocorre semestralmente.

(h) Em 3 de outubro de 2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Cedar Locações e Investimentos S.A. (incorporada pela Unidas Locadora em janeiro de 2023), a contratação de empréstimo na modalidade 4131, junto ao The Bank of Nova Scotia, no montante de R\$200.000, equivalente a US\$36.934 na contratação, com vencimento em 7 de outubro de 2027, bem como a contratação de swap casado para CDI+1,95% a.a., nos termos e condições previstos no *Credit Agreement*. Os recursos líquidos obtidos pela Cedar Locações foram utilizados no curso normal dos negócios, para reforço de caixa.

(i) Em 3 de outubro de 2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Unidas Locadora, a contratação de empréstimo na modalidade 4131, junto ao The Bank of Nova Scotia, no montante de R\$900.000, equivalente a US\$166.205 na contratação, com vencimento em 7 de outubro de 2027, bem como a contratação de swap casado para CDI+1,95% a.a., nos termos e condições previstos no *Credit Agreement*. Os recursos líquidos obtidos pela Unidas Locadora foram utilizados no curso normal dos negócios, para reforço de caixa.

(j) Custo de transação: os custos de transação incorridos no processo de empréstimos, ainda não apropriados ao resultado da Companhia, foram apresentados reduzindo o saldo passivo e computados na taxa efetiva dos juros. Os saldos dos custos de transação serão apropriados ao resultado pelo mesmo prazo de vencimento do empréstimo.

Em 31 de dezembro de 2023, as informações sumarizadas sobre os vencimentos dos financiamentos e empréstimos estão apresentadas pelo valor presente da seguinte forma:

Modalidade	Valor	Vencimento Controlada					2028	2028 em diante
		2024	2025	2026	2027	2028		
Empréstimo em moeda estrangeira	850.537	51.723	258.203	177.514	181.549	181.548	-	-
Capital de giro	1.484.558	20.686	-	531.034	653.388	279.450	-	-
	2.335.095	72.409	258.203	177.514	712.583	834.936	279.450	-

Modalidade	Valor	Vencimento Consolidado					2028	2028 em diante
		2024	2025	2026	2027	2028		
Empréstimo em moeda estrangeira	1.879.218	96.945	258.203	502.055	840.467	181.548	-	-
Capital de giro	1.484.558	20.686	-	531.034	653.388	279.450	-	-
	3.363.776	117.631	258.203	502.055	1.371.501	834.936	279.450	-

16.1. Características do endividamento

As principais características do endividamento estão apresentadas a seguir:

Empresa	Título de dívida	Ano de vencimento	Taxa	Garantias	Amortização	Juros
Unidas	empréstimo em moeda estrangeira	c/Swap CDI + 2,50% a.a.	2026	Quirografária	Semestral	Semestral
Unidas	empréstimo em moeda estrangeira	c/Swap CDI + 2,25% a.a.	2026	Quirografária	Semestral	Semestral
Unidas	empréstimo em moeda estrangeira	c/Swap CDI + 2,12% a.a.	2028	Quirografária	Capital	CDI + 2,41% a.a.
Unidas	empréstimo em moeda estrangeira	c/Swap CDI + 2,25% a.a.	2028	Quirografária	Capital	= 14,58% a.a.
Unidas	empréstimo em moeda estrangeira	c/Swap CDI + 2,25% a.a.	2029	Quirografária	Capital	= 14,40% a.a.
Unidas	empréstimo em moeda estrangeira	c/Swap CDI + 1,95% a.a.	2029	Quirografária	Capital	IPCA + 4,4% a.a.
Unidas	empréstimo em moeda estrangeira	c/Swap CDI + 1,95% a.a.	2029	Quirografária	Capital	= 9,29% a.a.
Unidas	empréstimo em moeda estrangeira	c/Swap CDI + 1,95% a.a.	2024	Quirografária	Capital	8,50% a.a.
Unidas	empréstimo em moeda estrangeira	c/Swap CDI + 1,95% a.a.	2027	Quirografária	Capital	US\$ + 5,5650% a.a.
Unidas	empréstimo em moeda estrangeira	c/Swap CDI + 1,95% a.a.	2027	Quirografária	Capital	US\$ + 5,5650% a.a.

16.2. Custos de captação a apropriar

Os custos de captação ainda não apropriados ao resultado são apresentados reduzindo o saldo do passivo e apropriados ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos a serem apropriados ao resultado em exercícios subsequentes são compostos como segue:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2024	(1.859)	(477)	(3.634)	(477)
2025	(1.859)	(477)	(3.630)	(477)
2026	(1.859)	(477)	(3.630)	(477)
2027	(1.780)	(477)	(3.253)	(477)
2028	(1.193)	(397)	(1.193)	(397)
Acima de 2029	(20)	-	(20)	-
	(8.570)	(2.305)	(15.360)	(2.305)

16.3. Covenants

Em determinados contratos de empréstimos, nas modalidades de capital de giro e empréstimos em moeda estrangeira junto aos agentes fiduciários e instituições financeiras, a Companhia e sua controlada assumiram a obrigação de cumprir determinadas cláusulas restritivas de vencimento antecipado (*covenants*) apuradas anualmente e trimestralmente, tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência por parte da Companhia que não seja devidamente elidida no prazo legal; (ii) questões relacionadas à inadimplência, não curadas no prazo previsto, em valor individual ou agregado igual ou superior a 3% do patrimônio líquido médio consolidado apurado nos últimos três trimestres; (iii) redução de capital da Unidas, exceto se previamente autorizadas pelos debenturistas; (iv) não

manutenção de índices financeiros (*covenants* financeiros) apurados trimestralmente, com base nas informações contábeis consolidadas da Companhia; e (v) rebaixamento do rating da Companhia, não permitindo ser inferior à categoria "A(bra)".

Os *covenants* financeiros sobre empréstimos assumidos por Companhia são:

a) Unidas Locações e Serviços S.A.

Índice

Dívida Líquida/Imobilizado Igual ou inferior a 0,95

Dívida Líquida/EBITDA Ajustado* Igual ou inferior a 2,75

EBITDA Ajustado*/Despesas financeiras líquidas Igual ou superior a 3,00

b) Unidas Locadora S.A.

Índice

Dívida Líquida/EBITDA Igual ou inferior a 4,00

EBITDA Ajustado*/Despesas financeiras líquidas Igual ou superior a 3,00

* EBITDA Ajustado: contempla EBITDA referente à atividade de locação + receita de venda de ativos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e sua controlada estão em conformidade com todos os *covenants* financeiros e não financeiros requeridos pelos empréstimos.

17. DEBÊNTURES						
Empresa	Natureza	Encargos	Controladora		Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Unidas	5ª Emissão (a)	IPCA + 4,40% a.a. e 8,50% a.a.	283.009	283.269	283.009	283.269
		IPCA + 4,40% a.a. e 8,50% a.a.	253.030	253.240	253.030	253.240
Unidas	6ª Emissão (a)	CDI + 0,70% a.a.	30.171	60.442	30.171	60.442
		CDI + 1,50% a.a.	27.467	55.315	27.467	55.315
Unidas	7ª Emissão (a)	CDI + 2,40% a.a.	300.958	301.448	300.958	301.448
		CDI + 2,45% a.a.	354.597	355.538	354.597	355.538
Unidas	12ª Emissão (e)	CDI + 2,40% a.a.	265.301	-	265.301	-
		CDI + 2,40% a.a.	512.192	-	512.192	-
Unidas	14ª Emissão/ CRA (g)	CDI + 1,70% a.a. e 12,50% a.a. e IPCA + 7,50% a.a.	250.574	-	250.574	-
		CDI + 2,25% a.a.	396.056	342.727	396.056	342.727
Unidas	comerciais (i)	CDI + 2,50% a.a.	607.909	-	607.909	-
		CDI + 2,00% a.a.	-	-	1.551.693	-
Unidas	comerciais (j)	CDI + 2,30% a.a.	-	-	798.915	-
		CDI + 1,70% a.a. e IPCA + 7,50% a.a.	-	-	250.575	-
Unidas	comerciais (m)	CDI + 2,50% a.a.	-	-	300.000	-
		CDI + 2,50% a.a.	3.281.264	1.651.979	6.182.447	1.651.979
Unidas	comerciais (n)	CDI + 2,50% a.a.	(17.949)	(4.113)	(55.262)	(4.113)
		CDI + 2,50% a.a.	3.263.315	1.647.866	6.127.185	1.647.866
Unidas	comerciais (o)	CDI + 2,50% a.a.	491.808	66.292	583.990	66.292
		CDI + 2,50% a.a.	2.771.507	1.581.574	5.543.195	1.581.574

(a) Referem-se à emissão de debêntures simples, nos termos da Instrução CVM nº 476, não convertíveis em ações, possuem prazo de pagamento entre 5 e 10 anos, com pagamentos da remuneração em parcelas semestrais consecutivas e amortização do principal em parcelas anuais iguais e consecutivas a partir do fim de cada período de carência. Os recursos líquidos captados por meio da Oferta foram utilizados no curso normal dos negócios da Companhia, para compra de ativos para investimento.

(b) Referem-se à emissão de debêntures simples, nos termos da Instrução CVM nº 476, não convertíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, possui prazo de pagamento de cinco anos, com pagamento de juros semestral e com vencimento previsto para amortização anual a partir do fim do 24º mês. Do saldo total de R\$27.467 apresentado em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$9.014 está indexado ao CDI + 1,5% conforme remuneração prevista na escritura da 9ª emissão, e o montante de R\$18.453 passou a ser indexado ao IPCA + 5% decorrente de contrato de instrumento financeiro derivativo (swap) de taxa de juros firmado pela Companhia, designado formalmente como *hedging accounting*. Os recursos líquidos captados por meio da Oferta foram utilizados no curso normal dos negócios da Companhia, para compra de ativos para investimento.

(c) Em 20 de junho de 2021, a Companhia realizou Oferta Restrita de 300.000 debêntures simples, nos termos da Instrução CVM nº 476, não convertíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em série única, da 10ª emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de R\$300.000. A data de vencimento da série única será em cinco anos, com pagamento de Juros semestral e com amortização anual a partir do fim do 48º mês. As debêntures são da espécie quirografária e não contam com quaisquer garantias. Os recursos líquidos captados por meio da oferta serão utilizados no curso normal dos negócios da Companhia, para reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro.

(d) Em 30 de maio de 2022, a Companhia realizou Oferta Restrita de 350.000 debêntures simples, nos termos da Instrução CVM nº 476, não convertíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em série única, da 11ª emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de R\$350.000. A data de vencimento da série única será em cinco anos, com vencimento previsto para amortização anual a partir do 48º mês. A remuneração da série será CDI + 2,45% a.a. As debêntures são da espécie quirografária e não contam com quaisquer garantias. Os recursos líquidos captados por meio da oferta serão utilizados no curso normal dos negócios da Companhia, para reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro.

(e) Em 13 de julho de 2023, a Companhia realizou Oferta Pública de 250.000 debêntures simples, nos termos da Resolução CVM nº 160/22, não convertíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em série única, da 12ª emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de R\$250.000. A data de vencimento da série única será em cinco anos, com vencimento previsto para amortização anual a partir do 48º mês. A remuneração da série será CDI + 2,40% a.a. As debêntures são da espécie quirografária e não contam com quaisquer garantias. Os recursos líquidos captados por meio da oferta serão utilizados no curso normal dos negócios da Companhia, para reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro.

(f) Em 5 de outubro de 2023, a Companhia realizou Oferta Pública de 500.000 debêntures simples, nos termos da Resolução CVM nº 160, não convertíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em série única, da 13ª emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de R\$500.000. A data de vencimento da série única será em 57 meses, com vencimento previsto para amortização semestral a partir do 51º mês. A remuneração da série será CDI + 2,40% a.a. As debêntures são da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional. Os recursos líquidos captados por meio da oferta serão utilizados, exclusivamente, para reembolso da aquisição dos Veículos, os quais foram, simultaneamente, objeto de locação aos Produtores Rurais, conforme Contratos de Locação de Veículos celebrados entre a Emissora e os Produtores Rurais.

(g) Em 15 de dezembro de 2023, a Companhia realizou Oferta Privada de 250.000 debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 160, não convertíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em 3 séries, sendo (i) 51.250 Debêntures da 1ª Série; (ii) 116.250 Debêntures da 2ª Série; e (iii) 82.500 Debêntures da 3ª Série, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de 250.000. As Debêntures foram subscritas exclusivamente pela Securitizadora no âmbito da Operação de Securitização, para compor integralmente o lastro dos CRA. A data de vencimento das séries serão, (i) 60 meses para a 1ª série, com amortização prevista para o 60º mês, (ii) 60 meses para a 2ª série, com amortização prevista para o 60º mês, e (iii) 84 meses para a 3ª série, com amortização prevista para o 72º e 84º meses. A remuneração das séries serão (i) CDI + 1,70% a.a. para a 1ª série, (ii) Prê de 12,5% a.a. para a 2ª série, e (iii) IPCA + 7,50% a.a. para a 3ª série. As debêntures são da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional. Os recursos líquidos captados por meio da oferta serão utilizados, exclusivamente, para reembolso da aquisição dos Veículos, os quais foram, simultaneamente, objeto de locação aos Produtores Rurais, conforme Contratos de Locação de Veículos celebrados entre a Emissora e os Produtores Rurais.

(h) Em 18 de janeiro de 2022, a Companhia realizou Oferta Restrita de 60 notas promissórias comerciais, nos termos da Instrução CVM nº 476, não convertíveis em ações, emitidas sob a forma cartular, em série única, da 3ª emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$500,00, perfazendo o montante total de R\$300.000. A data de vencimento da série única será em dois anos, com vencimento previsto para amortização em 8 de janeiro de 2024. O valor nominal das notas promissórias, bem como sua remuneração, será pago na data de vencimento. A remuneração da série será CDI + 2,25% a.a. As notas promissórias são da espécie quirografária e não contam com quaisquer garantias. Os recursos líquidos captados por meio da oferta serão utilizados no curso normal dos negócios da Companhia, para reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro.

(i) Em 24 de maio de 2023, a Companhia realizou Oferta Restrita de 600.000 Notas Comerciais Escriturais, nos termos da Resolução CVM nº 160/22, não convertíveis em ações, emitidas em série única, para distribuição pública pelo rito de registro automático de distribuição da 1ª emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de R\$600.000. As notas comerciais são simples e não convertíveis em ações de emissão da Companhia e foram emitidas sob a forma escritural. A data de vencimento da série única será em dois anos, com vencimento previsto para amortização *bullet* em 24 de maio de 2025. A remuneração da série será CDI+2,50% a.a. As notas comerciais não contam com quaisquer garantias. Os recursos líquidos captados por meio da oferta serão utilizados no curso normal dos negócios da Companhia, na seguinte ordem, para reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro.

(j) Em 13 de janeiro de 2023, a Unidas Locadora realizou Oferta Pública de 750.000 debêntures simples, nos termos da Resolução CVM 160, não convertíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em série única, da emissão da Unidas Locadora, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de R\$750.000. A data de vencimento da série será em 84 meses, com vencimento anual nos meses 72º e 84º. A remuneração da série será CDI + 2,30% a.a. As debêntures são da espécie quirografária e não contam com quaisquer garantias. Os recursos líquidos captados por meio da oferta serão utilizados no curso normal dos negócios da Unidas Locadora, para reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro.

(k) Em 27 de setembro de 2022, a Cedar Locações e Investimentos S.A. (incorporada pela Unidas Locadora em janeiro de 2023) realizou Oferta Restrita de 1.500.000 debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 476, não convertíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em série única, da 2ª emissão da Cedar Locações, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de R\$1.500.000. A data de vencimento da série será em 60 meses, com vencimento anual nos meses 48º e 60º. A remuneração da série será CDI + 2,00% a.a. As debêntures são da espécie quirografária e não contam com quaisquer garantias. Os recursos líquidos captados por meio da oferta foram utilizados para a Consumação da Aquisição da Unidas Locadora S.A., investimentos em bens de capitais e reforço de capital de giro. Em fevereiro de 2023 foi firmado o 2º aditivo da escritura de emissão onde afirma que em decorrência da Incorporação da Cedar pela Unidas, a presente emissão para a ser chamada de 2ª emissão da Unidas Locadora.

(l) Em 15 de dezembro de 2023, a Unidas Locadora realizou Oferta Privada de 250.000 debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 160, não convertíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em 3 séries, sendo (i) 51.250 Debêntures da 1ª Série; (ii) 116.250 Debêntures da 2ª Série; e (iii) 82.500 Debêntures da 3ª Série, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de 250.000. As Debêntures foram subscritas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 DA UNIDAS LOCAÇÕES E SERVIÇOS S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* continuação

	Gestão e Terceirização de Frotas	Aluguel de Veículos	Saldo não alocado	Eliminações/ Reclassi- ficações	Consolidado	31/12/2023		
						Gestão e Terceirização de Frotas	Aluguel de Veículos	Consolidado
Imobilizado	5.443.276	5.260.620	-	-	10.703.896			
Outros ativos	8.233	287.614	324.266	(17.607)	602.506			
Total do ativo	7.694.905	6.291.577	2.741.236	(1.802.480)	14.925.238			
Passivo								
Fornecedores e risco sacado	903.269	1.167.207	-	(2.001)	2.068.475			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	9.475.601	-	9.475.601			
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	262.741	-	262.741			
Outros passivos	6.236	526.638	283.167	(20.027)	796.014			
Total do passivo	909.505	1.693.845	10.021.509	(22.028)	12.602.831			
Patrimônio Líquido								
Patrimônio líquido	909.505	1.693.845	14.124.368	(1.802.480)	14.925.238			

Não apresentamos informações comparativas de balanço por segmento para 2022 porque o segmento Aluguel de Veículos iniciou-se com a reestruturação societária entre a Unidas Locações e Serviços S.A. e a Unidas Locadora S.A. em 1º de julho de 2023.

Abaixo está apresentada a demonstração de resultado por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2023		
	Gestão e Terceirização de Frotas	Aluguel de Veículos	Consolidado
Receita operacional líquida			
Locação, gestão e terceirização de frotas	1.349.709	941.376	2.291.085
Ativos alienados para renovação da frota	723.908	945.519	1.669.427
Custos			
Custos, sem depreciação e amortização	(880.516)	(1.252.113)	(2.132.629)
Custo com depreciação e amortização	(434.119)	(314.788)	(748.907)
Lucro bruto	758.982	319.994	1.078.976
Despesas operacionais			
Com vendas	(28.532)	(112.584)	(141.116)
Gerais e administrativas, sem depreciação e amortização	(68.254)	(90.493)	(158.747)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(776)	62.244	61.468
Com depreciação e amortização	(13.421)	(15.915)	(29.336)
Resultado operacional	647.999	163.246	811.245
Resultado financeiro			(681.140)

	31/12/2023		
	Gestão e Terceirização de Frotas	Aluguel de Veículos	Consolidado
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			130.105
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido			(28.420)
Lucro líquido do exercício			101.685

Não apresentamos informações comparativas de resultado por segmento para 2022 porque o segmento Aluguel de Veículos iniciou-se com a reestruturação societária entre a Unidas Locações e Serviços S.A. e a Unidas Locadora S.A. em 1º de julho de 2023.

29. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros para frota conforme exigências contratuais e para danos a terceiros. As coberturas são apresentadas a seguir:

Ativos segurados	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Predial	Danos materiais	50.612	53.109		
Cyber	Segurança da informação	15.000	15.000		
D&O	Responsabilidade civil geral	100.000	100.000		
Veículo e/ou carga	Transporte e seguro de frota	5.972	8.524		
Responsabilidade Civil	Danos a terceiros	22.490	75.050		

30. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa e IAS 07 - Statement of Cash Flows:

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Divulgação suplementar sobre as informações do fluxo de caixa				
Demonstração do caixa pago pela aquisição de veículos				
Total de veículos, tratores, colhedoras e acessórios adquiridos para o ativo imobilizado	13 (2.399.852)	(1.681.129)	(4.588.245)	(1.681.129)
Variação líquida do saldo de fornecedores - veículos, tratores, colhedoras e acessórios	615.339	41.386	1.191.043	41.386
Caixa pago na aquisição de veículos e acessórios	(1.784.513)	(1.639.743)	(3.397.202)	(1.639.743)
Atividades que não afetam o caixa				

DIRETORIA

Cláudio José Zattar
Diretor Presidente

Carlos Augusto Moreira
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Laura Rymsha Barbosa
Diretora Jurídica e Compliance

Manuel Messias Rodrigues da Silva
Diretor Comercial de Frotas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alexandre Honore Marie Thiollier Neto
Presidente do Conselho de Administração

Henrique Carsalade Martins
Vice Presidente do Conselho de Administração

Patrick Magalhães Von Schaaffhausen
Membro Efetivo do Conselho de Administração

Rafael Thor de Moura Rebelo Rocha
Membro Efetivo do Conselho de Administração

Serge Toppjian
Membro Efetivo do Conselho de Administração

CONTADOR

Leandro Lucio Gomes da Silva - CRC MG-093866/0-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Acionistas, Conselheiras e Administradores da Unidas Locações e Serviços S.A. - Curitiba - PR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unidas Locações e Serviços S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para os assuntos abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Determinação da vida útil e valor residual dos ativos destinados a locação:** Para o cálculo da depreciação dos ativos, a Companhia e suas controladas estimam o valor depreciável pela diferença entre o custo de aquisição e seu valor residual estimado de venda ao final da sua vida útil, deduzido dos descontos comerciais e das despesas de venda, que são definidos com base no histórico da Companhia. Devido ao julgamento envolvido nas estimativas para determinação da vida útil e valor residual e, consequentemente, do valor depreciável dos ativos destinados a locação, existe riscos de impactos relevantes no resultado de cada período e, portanto, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Como a nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação e testes do desenho dos processos e controles internos chaves relacionados à determinação da vida útil e valor residual e, consequentemente, ao cálculo da depreciação dos ativos destinados a locação; (ii) avaliação das premissas-chaves utilizadas pela diretoria para determinação do valor depreciável e vida útil dos ativos, o que incluiu a estimativa do valor residual dos ativos ao final da vida útil a partir do preço estimado de venda, deduzido das despesas com venda e descontos comerciais historicamente praticados; (iii) recálculo da despesa de depreciação do período para os ativos considerando as premissas avaliadas; (iv) avaliação do preço estimado de venda com dados históricos e de mercado; (v) exame de documentação utilizada pela diretoria como suporte às premissas-chave adotadas e cálculos realizados; (vi) avaliação das divulgações incluídas pela diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A necessidade de aprimoramento dos controles internos considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados, incluindo os controles de negócios relacionados as estimativas para mensuração do valor residual dos ativos para locação, alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas referentes aos valores residuais dos ativos para locação. Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as premissas adotadas para determinação da vida útil e do valor residual estimados dos ativos destinados a venda e o cálculo da depreciação do exercício findo em 31 de

dezembro de 2023, assim como as divulgações nas notas explicativas nos 3.6 e 13, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Reconhecimento da receita de prestação de serviço de locação:** A Companhia conduz o negócio de prestação de serviços de locação através de contratos firmados junto a seus clientes, com condições para o cumprimento da obrigação de performance e o consequente reconhecimento da receita em uma base mensal pelo período do contrato firmado e que o ativo permanece locado ao cliente. Devido à relevância dos valores de prestação de serviço de locação, volume de transações e contratos com clientes, assim como, pela existência de risco do não reconhecimento da receita de locação de acordo com as premissas do contrato na competência correta, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como a nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação e testes do desenho dos processos e controles internos chaves relacionados ao reconhecimento de receita de locação, bem como daqueles relacionados ao processo de faturamento da Companhia; (ii) teste de auditoria, por amostragem, para análise de contratos firmados entre a Companhia e seus clientes para avaliação das condições para cumprimento da obrigação de performance; (iii) análise de transações não usuais e correlação entre a receita registrada com o contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, com inspeção de documentação-suporte; (iv) avaliação sobre o reconhecimento da receita na competência adequada durante e, também, ao final do período, através de procedimentos de corte da receita ("cut-off"); (v) avaliação das divulgações incluídas pela diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A necessidade de aprimoramento dos controles internos considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados, alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria referentes ao reconhecimento da receita. Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento da receita da Companhia derivadas dos contratos de locação para suportar os julgamentos, estimativas e divulgações nas notas explicativas nºs 3.18 e 24, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 11 de março de 2024, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da

	Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Hedge accounting - fluxo de caixa		23.390	(40.179)	23.390
Hedge accounting - imposto de renda e contribuição social	(7.953)			13.661
Adição de direito de uso de imóveis	13	528	(693)	(7.953)
Adição de arrendamento de imóveis	13	(528)	693	(7.953)
Compensação de imposto de renda e contribuição social com impostos a recuperar		-	-	(76.935)
Impostos a recuperar compensados com imposto de renda e contribuição social		-	-	76.935
Imposto de renda diferido - Benefício fiscal		-	-	662
Imposto de renda diferido - Benefício fiscal		-	-	(662)
		15.437	(26.518)	15.437

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) 16ª emissão de debêntures simples
Em 04 de janeiro de 2024, a Companhia realizou Oferta Pública de 150.000 debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 160, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em série única, da 16ª (décima sexta) emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$150.000. A data de vencimento da série única será em 24 meses, com vencimento previsto para amortização anual 24º mês. A remuneração da série será CDI + 2,23% a.a. As debêntures são da espécie girográfrica, com garantia adicional fidejussória. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão integralmente destinados para fins corporativos gerais, incluindo, mas não se limitando a capital de giro, gestão de caixa e reforço de liquidez, com o alongamento no perfil de dívida da Emissora e/ou das suas controladas (inclusive, por meio de liquidação de dívidas em geral).

b) 17ª emissão de debêntures simples
Em 02 de fevereiro de 2024, a Companhia realizou Oferta Pública de 225.000 debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 160, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em série única, da 17ª (décima sétima) emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$225.000. A data de vencimento da série única será em 60 meses, com vencimento previsto para amortização anual no 48º e 60º mês. A remuneração da série será CDI + 2,40% a.a. As debêntures são da espécie girográfrica, com garantia adicional fidejussória. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão utilizados para investimentos nas operações da Emissora e/ou de suas Controladas, incluindo, sem limitação, a aquisição de veículos.

c) Aporte de capital na Unidas Locadora S.A.
Em 26 de fevereiro de 2024, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da controlada Unidas Locadora S.A. no montante de R\$100.000, mediante a emissão de 222.326.489 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$0,45 (quarenta e cinco centavos) por ação ordinária, sendo totalmente subscrito e integralizado na mesma data.

Belo Horizonte, 13 de março de 2024



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O
Rogério Xavier Magalhães
Contador CRC MG-080613/O

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 22/03/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 22/03/2024 07:18:04
Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>
Identificador de validação: a7833171a38a98cad0ee7ebab09adb564d67e7900ec1e8429190187025b10f69



Assinatura

Assinado em: 22/03/2024 07:18:14
Tipo de assinatura: Desenho na tela
Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 09570162000130
E-mail: financeiro2@induscom.com.br
Identificador: 0a44a1062b63a784f0a5985590d7adec



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.113.244, 172.31.16.189	-25.4541824,-49.2568576	Curitiba	80215-230	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 123.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 983/2020. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.

